

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE**



**Faculdade de Letras**

*ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO:  
CEM ANOS DE MEMÓRIAS, UM PROJECTO MUSEOLÓGICO  
-(1912-2012) –*

**Eva Maria Mesquita Cordeiro**

**Mestrado em Arte, Património e Teorias do Restauro**

**2010**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE**



**Faculdade de Letras**

*ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO:  
CEM ANOS DE MEMÓRIAS, UM PROJECTO MUSEOLÓGICO  
- (1912-2012) -*

**Eva Maria Mesquita Cordeiro**

**Dissertação orientada pelo Professor Doutor Fernando Grilo**

**Mestrado em Arte, Património e Teorias do Restauro**

**2010**

## RESUMO

Título: *“Orfeão Universitário do Porto: Cem anos de Memórias, um Projecto Museológico – (1912-2012)”*

Neste trabalho apresenta-se uma proposta de musealização do acervo de uma Instituição praticamente centenária - o Orfeão Universitário do Porto - localizada no coração histórico da cidade e dos seus estudantes universitários. A pesquisa baseia-se na história oral e escrita administrativa da instituição. Para o efeito foram recolhidos os testemunhos de antigos e actuais orfeonistas, amigos e familiares e, ainda, de alguns habitantes da cidade nortenha, que de certa forma cruzaram caminho com esta história. Reconstituíram-se os espaços, o percurso histórico-artístico e os seus intervenientes. Procedeu-se ao levantamento dos objectos ofertados à Instituição aquando as suas viagens, que ao longo de noventa e oito anos de fervorosa actividade conseguiu juntar uma belíssima colecção etnográfica e monográfica, e que se irá traduzir na elaboração do respectivo catálogo. Deste modo, objectiva-se a tomada de consciência e a salvaguarda de um património, uma identidade, uma escola, através da sua musealização, com a apresentação de um conteúdo expositivo. Um produto cultural, resultado de gerações passadas, perspectivando-se um equipamento social, vivo e dinâmico, preservado na sua função original, a produção de uma arte e a preservação e divulgação de uma cultura.

**Palavras-Chave:** Musealização, Museu Universitário, Colecções Etnográficas, Universidade do Porto, Orfeão Universitário do Porto, Porto, Século XX.

## ABSTRACT

Title: “*Orfeão Universitário do Porto: a hundred years of memories, a single museologic project – (1912-2012)*”

In this essay we present a proposal for musealization of the collection of a nearly century-old institution, the *Orfeão Universitário do Porto*, located in the historic heart of Porto and its students. The research is based on oral history and the administrative writing of the institution for this purpose were collected the testimonies of the ancients, the current elements, friends and family and some inhabitants of the northern city that somehow crossed paths with this story. Spatial premises, the art-historical path, and the “actors” have been reconstituted. Proceeded to the lifting of objects offered to the institution during their journeys, an inventory was produced and compiled, that over ninety-eight years of fervent activity earned a stunning ethnographic collection and monograph, and which will lead to the elaboration of a catalogue. Thus, the objective is awareness and safeguarding a heritage, a patrimony, an identity, a school, through its musealization with the presentation of an exhibition content. A cultural product is exhibited as the result of past generations, looking ahead to a social service facilities, alive and dynamic, preserved in its original function, the production of an art and the preservation and dissemination of a culture.

**Key words:** Musealization, University Museums, Ethnographic collections, University of Porto, *Orfeão Universitário do Porto*, Porto, XX Century.

A todos os que têm “alma de eterno estudante”, aqui vos deixo ...

## **Amores de Estudante**

Música: Aureliano da Fonseca  
Letra: Paulo Pombo

*São como as rosas de um dia,  
Os amores de um estudante  
Que o vento logo levou.  
Pétalas emurchecidas  
Deixam no ar um perfume,  
De um sonho que se sonhou.*

*Capas negras de estudante,  
São como asas de andorinha  
Enquanto dura o Verão.  
Palpitam sonhos distantes,  
Alinhados nos beirais  
No palácio da ilusão.*

*Os amores de um estudante  
São frágeis ondas do mar,  
Que os ventos logo varreram.  
Pairam na vida um instante  
Logo descem, depois morrem  
Mal se sabe se nasceram.*

*Mocidade, Oh! Mocidade,  
Louca, ingénua e generosa  
E faminta de ilusão  
Que nunca sabe os motivos  
De quanto queira o capricho  
Ou lhe diga o coração.*

***Quero, ficar sempre estudante,  
P'ra eternizar, a ilusão de um instante.  
E sendo assim, o meu sonho de Amor  
Será sempre rezado, baixinho dentro de mim.***

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, pelo apoio incondicional ao longo de todo o meu percurso académico e pela confiança renovada a cada momento.

Às minhas irmãs, Paula e Carolina, pelo apoio nos momentos menos fáceis, pela ajuda inestimável e pelos momentos de descontração proporcionados.

Ao Professor Doutor Fernando Grilo, pelo apoio e orientação na presente investigação.

A todos os entrevistados que se disponibilizaram, prontamente, para colaborar na investigação, partilhando as suas recordações. Obrigada pelo entusiasmo e pelo característico bem receber. E em especial ao Dr. António Huet, pelo incentivo e acompanhamento arquivístico.

À Direcção do Orfeão Universitário do Porto, à Associação dos Antigos Orfeonistas da Universidade do Porto (AAOUP) e à Reitoria da Universidade do Porto e seus funcionários pela disponibilidade constante.

A todos os amigos que me ajudaram e incentivaram ao longo desta caminhada, em especial à Marina Pinto e Joana Maduro pela disponibilidade e por assegurarem, tão eficientemente, o cumprimento das minhas funções institucionais aquando da realização do presente trabalho.

Ao Mário Gonçalves, pelo incentivo constante e pelo acompanhamento crítico e sempre construtivo do meu trabalho.

## **ABREVIATURAS e SIGLAS**

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

fl. - Folha

p. - Página

pp. – Páginas

Vol. – Volume

PM – Projecto Museológico

A.C.G. – Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

A.C.M. – Arquivo sa Câmara Municipal do Porto

A.H.M.P. – Arquivo Histórico Municipal do Porto

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AAOUP – Associação dos Antigos Orfeonistas da Universidade do Porto

AAP – Associação Académica do Porto

AEP – Associação de Estudantes do Porto

AHOUP – Arquivo Histórico do OUP

ANF – Arquivo Nacional de Fotografia

B.P.M.P. – Biblioteca Pública Municipal do Porto

CMP – Câmara Municipal do Porto

ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto

FAP – Federação Académica do Porto

FITU – Festival Internacional de Tunas Universitárias

GIE – Grupo de Intervenção Etnográfica

INE – Instituto Nacional de Estatística

M.N.S.R. – Museu Nacional de Soares dos Reis

M.N.T – Museu Nacional do Traje

OAP – Orpheon Académico do Porto

OAUP – Orfeão Académico da Universidade do Porto

OUP – Orfeão Universitário do Porto

R.C.V. – Real Companhia Velha

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

R.U.P. – Reitoria da Universidade do Porto

U.P. – Universidade do Porto

## ÍNDICE

RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	IV
DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VI
ABREVIATURAS e SIGLAS.....	VII
ÍNDICE.....	9
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
<b>I CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....</b>	<b>16</b>
1.1.O ensino público na cidade do Porto.....	17
1.1.1. Antecessores da Academia Politécnica.....	17
1.1.2. A Academia Politécnica - 1837.....	29
1.1.3. A instituição da Universidade do Porto em 1911 e consequente acção legislativa.....	36
1.2.O Edifício da Praça Gomes Teixeira.....	43
1.3.O Movimento Associativo no Ensino Superior Portuense.....	54
<b>II CAPÍTULO - O ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO.....</b>	<b>57</b>
2.1. Fundação de um Orpheon Académico no Porto.....	58
2.1.1. Fundação e ideologias.....	60
2.1.2. Reconhecimento pela Universidade.....	64
2.1.3. Amores de Estudante - a História de um Hino.....	68
2.1.4. A decisiva reforma institucional de 1942.....	74
2.1.5. O Reconhecimento Artístico.....	77
2.1.6. Os anos 60 e o Ultramar.....	80
2.1.7. A irreverência dos 80's.....	82

<b>III CAPÍTULO - PROJECTO MUSEOLÓGICO .....</b>	<b>84</b>
3.1. Museus da Universidade do Porto .....	85
3.1.1. Valores, objectivos do projecto.....	87
3.2. A proposta de musealização: Orfeão Universitário do Porto.....	89
3.2.1. A execução do projecto e o seu programa científico .....	91
3.2.2. O Espaço Museológico.....	93
3.2.3. Os Serviços Museológicos .....	95
3.2.4. Proposta expositiva do acervo.....	97
CONCLUSÃO .....	101
BIBLIOGRAFIA .....	101
ARTIGOS .....	105
FONTES MANUSCRITAS .....	108
WEBGRAFIA .....	110

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1:</b> Petição de 18 Outubro 1761.....	113
<b>Ilustração 2:</b> Decreto de 30 Julho 1762, cria a Aula Náutica. ....	114
<b>Ilustração 3:</b> Planta Topográfica do Porto de George Balck, 1813. ....	115
<b>Ilustração 4:</b> Igreja do Colégio dos Órfãos de Sra. da Graça.....	115
<b>Ilustração 5:</b> Primeiro projecto apresentado por Carlos Amarante, 1807.....	116
<b>Ilustração 6:</b> Segundo e aprovado projecto de Carlos Amarante.....	117
<b>Ilustração 7:</b> Fachada Norte e Corte do projecto de Carlos Amarante .....	118
<b>Ilustração 8:</b> Lado Nascente e fachada Poente. Projecto de Carlos Amarante .....	118
<b>Ilustração 9:</b> Academia Real da Marinha e Comércio, desenho de Joaquim Villanova. .....	119
<b>Ilustração 10:</b> Academia Real da Marinha e Comércio, desenho de Joaquim Villanova .....	119
<b>Ilustração 11:</b> Hospício dos Religiosos de Santo António.....	120
<b>Ilustração 12:</b> Mercado do Peixe e o Hospício dos Expostos .....	120
<b>Ilustração 13:</b> Alçado nascente da Real Casa Pia .....	121
<b>Ilustração 14:</b> Fachada principal do antigo edifício da Real Casa Pia.....	122
<b>Ilustração 15:</b> Fotografia da fachada da Real Casa Pia.....	122
<b>Ilustração 16:</b> Alvará de criação da Real Academia da Marinha e Comércio da Cidade do Porto. ....	123
<b>Ilustração 17:</b> Alvará de 29 Julho de 1803 .....	124
<b>Ilustração 18:</b> Casa Balsemão ou Palácio Visconde da Trindade.....	124
<b>Ilustração 19:</b> Vista actual do Palacete de Balsemão.....	125
<b>Ilustração 20:</b> Novo Hospital da Misericórdia, desenho de Joaquim Villanova.....	125
<b>Ilustração 21:</b> Hospital de Santo António. (Postal do século XIX). ....	126
<b>Ilustração 22:</b> Novo edifício da Escola Médico-Cirúrgica .....	126

<b>Ilustração 23:</b> Risco da fachada da Faculdade de Medicina .....	127
<b>Ilustração 24:</b> Fachada do edifício principal da Antiga Escola Médica Cirúrgica .....	127
<b>Ilustração 25:</b> Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar .....	128
<b>Ilustração 26:</b> Planta Topográfica da antiga Faculdade de Medicina .....	129
<b>Ilustração 27:</b> Convento de Santo António da Cidade.....	130
<b>Ilustração 28:</b> Biblioteca Pública Municipal do Porto.....	130
<b>Ilustração 29:</b> Academia Politécnica do Porto, lado Sul.....	131
<b>Ilustração 30:</b> Academia Politécnica do Porto, fachada Norte. ....	131
<b>Ilustração 31:</b> Academia Politécnica do Porto, fachada Sul.....	132
<b>Ilustração 32:</b> Fachada principal do edifício da Faculdade de Ciências.....	132
<b>Ilustração 33:</b> Acta da “ <i>Sessão de Inauguração da Universidade do Porto e da eleição do seu primeiro Reitor.</i> ” .....	133
<b>Ilustração 34:</b> Fachada Norte do edifício da Praça Gomes Teixeira.....	134
<b>Ilustração 35:</b> Nova Faculdade de Ciências.....	134
<b>Ilustração 36:</b> Nova Faculdade de Ciências, Pólo 3, Campo Alegre. ....	135
<b>Ilustração 37:</b> Planta do novo Hospital Escolar do Porto. ....	136
<b>Ilustração 38:</b> Planta Topográfica da Cidade Universitária do Porto. ....	137
<b>Ilustração 39:</b> Hospital Escolar São João, Porto.....	137
<b>Ilustração 40:</b> Fachada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto .....	138
<b>Ilustração 41:</b> Faculdade de Engenharia, Rua dos Bragas. ....	138
<b>Ilustração 42:</b> Fachada Principal da Faculdade de Engenharia.....	139
<b>Ilustração 43:</b> Planta do 1º Pavimento da Faculdade de Engenharia. ....	139
<b>Ilustração 44:</b> Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.. ....	140
<b>Ilustração 45:</b> Vista aérea da Faculdade de Engenharia.. ....	140
<b>Ilustração 46:</b> Planta da nova Faculdade de Engenharia da U.P. ....	141
<b>Ilustração 47:</b> Planta geral da Faculdade de Farmácia.....	142

<b>Ilustração 48:</b> Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.....	142
<b>Ilustração 49:</b> Quinta de Burmester. Planta topográfica. ....	143
<b>Ilustração 50:</b> Notícia da ocupação do Seminário de Vilar pela Faculdade de Letras. ....	144
<b>Ilustração 51:</b> Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Projecto de execução. ....	144
<b>Ilustração 52:</b> Vista da Via Panorâmica da Faculdade de Letras.....	145
<b>Ilustração 53:</b> Faculdade de Letras, Pólo 3 - Campo Alegre .....	145
<b>Ilustração 54:</b> Faculdade de Economia no Pólo 2 – Asprela.. .....	146
<b>Ilustração 55:</b> Planta geral da Faculdade de Economia .....	146
<b>Ilustração 56:</b> Fachada da Faculdade de Desporto da UP, Pólo 2 - Asprela.....	147
<b>Ilustração 57:</b> Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da U.P. . . .	147
<b>Ilustração 58:</b> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.P. . . . . .	148
<b>Ilustração 59:</b> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Estudo prévio... ..	148
<b>Ilustração 60:</b> Faculdade de Arquitectura, Pólo 3 – Campo Alegre. ....	149
<b>Ilustração 61:</b> Faculdade de Arquitectura. Planta de Pavimentos.....	149
<b>Ilustração 62:</b> Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Perspectiva.....	150
<b>Ilustração 63:</b> Faculdade de Medicina Dentária da UP, Pólo 2 – Asprela.....	151
<b>Ilustração 64:</b> Faculdade de Medicina Dentária da U. P. Projecto de execução.....	151
<b>Ilustração 65:</b> Faculdade de Medicina da U.P. Pavilhões pré-fabricados e desmontáveis. Pavilhão 1 e 2.....	152
<b>Ilustração 66:</b> Palacete Braguinha - Faculdade de Belas-Artes. ....	153
<b>Ilustração 67:</b> Faculdade de Belas Artes da U.P. Execução. Projecto de fundações e estruturas.....	153
<b>Ilustração 68:</b> Notícia do Diário de Lisboa, 20 de Abril de 1974.....	154
<b>Ilustração 69:</b> Escadaria nobre do edifício da Praça Gomes Teixeira .....	154
<b>Ilustração 70:</b> Coro Clássico do Orfeão Universitário, 1951 .....	155
<b>Ilustração 71:</b> Coro Clássico do Orfeão Universitário do Porto, 2010 .....	155
<b>Ilustração 72:</b> Ex-quartel da Torre da Marca .....	156

<b>Ilustração 73:</b> Maqueta da antiga Reitoria da UP. ....	156
<b>Ilustração 74:</b> Documentos de Fundação do Orpheon Académico do Porto .....	157
<b>Ilustração 75:</b> Orpheon Académico do Porto, 1913.....	158
<b>Ilustração 76:</b> Programa do primeiro espectáculo do Orfeão Académico do Porto....	158
<b>Ilustração 77:</b> Palácio de Cristal, 1913. ....	159
<b>Ilustração 78:</b> Espectáculo de 13 de Abril de 1937, Teatro Rivoli. ....	159
<b>Ilustração 79:</b> Tuna Académica do Porto, 1937.....	160
<b>Ilustração 80:</b> Orquestra Universitária de Tangos, 1940 .....	160
<b>Ilustração 81:</b> Aureliano da Fonseca e Paulo Pombo .....	161
<b>Ilustração 82:</b> Capa da <i>tango-canção</i> “Amores de Estudantes” .....	162
<b>Ilustração 83:</b> Partitura do tango “Amores de Estudante”. .....	162
<b>Ilustração 84:</b> Actuação do Coro Clássico no Sarau Anual de 1973 .....	163
<b>Ilustração 85:</b> Grupo de Bailados Regionais do OUP .....	163
<b>Ilustração 86:</b> Diploma da Medalha de Ouro de Mérito Artístico da Cidade do Porto .....	164
<b>Ilustração 87:</b> Orquestra Ligeira do OUP, 1958 .....	165
<b>Ilustração 88:</b> Grupo de Danças de Pauliteiros de Miranda do OUP .....	165
<b>Ilustração 89:</b> Actuação no Palácio de Cristal, Porto, a 29 de Março de 2009.....	166
<b>Ilustração 90:</b> Lápide do título de Sócio Honorário da Casa do Distrito do Porto de Luanda .....	166
<b>Ilustração 91:</b> Boletim do Orfeão, 13 de Dezembro de 1957. ....	167
<b>Ilustração 92:</b> Orquestra de Tangos, na RTP, no dia 1 de Março de 1959 .....	168
<b>Ilustração 93:</b> Excerto do Jornal do Orfeão, de Dezembro de 1960.....	168
<b>Ilustração 94:</b> Diploma do OUP como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.....	169

## INTRODUÇÃO

O Orfeão Universitário do Porto enverga em si uma vasta história, institucional e humana, numa perfeita combinação de paixão pela cultura popular portuguesa e de empenho e dedicação de jovens estudantes. Na realidade, esta revelou ser a fórmula ideal para a concretização e fundamentação deste projecto que, apesar de não ser pioneiro em Portugal, tornou-se irreverente e único, resistindo há já noventa e oito anos. Tal património merece não apenas uma ampla divulgação mas também, e sobretudo, a preservação dos seus ideais e do espólio reunido ao longo da sua actividade.

Deste modo, o presente trabalho visa a exposição de uma proposta de musealização do acervo do Orfeão Universitário do Porto, numa descrição expositiva dos momentos determinantes do seu percurso, apresentada por ordem cronológica. Assim, pretende-se um relato claro e conciso, abrangendo um público tão alargado quanto possível.

Num primeiro capítulo é realizado o enquadramento histórico do ensino público na cidade do Porto, fazendo referência aos antecessores da Academia Politécnica e à Universidade do Porto, abarcando a vertente académica (ensino e movimento associativo) e arquitectónica.

Seguidamente, é introduzido o tema central – Orfeão Universitário do Porto – contemplando a sua origem, as ideologias, bem como o seu percurso institucional, numa perspectiva desenvolvimental e reformativa.

O terceiro e último capítulo, inicia-se com a contextualização do Programa Museológico, apresentado pela Secção de Museologia da Universidade do Porto no ano de 2002, e aprovado pela Reitoria da Universidade do Porto. Continuamente, segue-se a apresentação do Projecto Museológico para o espólio do Orfeão Universitário do Porto, tendo como base o Programa supracitado, culminando numa proposta expositiva referente à sala de exposições permanente deste núcleo museológico.

# **I CAPÍTULO**

## **ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

## 1.1. O ensino público na cidade do Porto

### 1.1.1. Os antecessores da Academia Politécnica

Advindo de um contexto histórico problemático que Portugal estava inserido<sup>1</sup>, temia-se em terra uma invasão iminente e no mar imperava a insegurança da navegação comercial. Foi então que a 18 de Outubro de 1761 (ver Anexo I I, Ilustração 1), 35 dos principais comerciantes portuenses enviaram à Coroa uma petição, nela consta o pedindo de autorização da construção de duas fragatas de guerra para que estas escoltassem os navios mercantes que saíam da foz do Porto. Em resposta a este pedido fora decretado, por diploma, a 30 de Julho (ver Anexo I I, Ilustração 2) de 1762, por El-Rei D. José I a criação de um estabelecimento de ensino na Cidade do Porto, de forma a responder eficazmente à formação de gentes especializadas, para a criação e construção das fragatas requeridas pelos comerciantes, fora assim criada a Aula Náutica (1762 - 1803). Nesse mesmo ano de 1762, foram “(...) criados 12 tenente-de-mar e 18 guarda-marinhas “com aula e residência” na cidade do Porto”.

É de 26 de Novembro de 1762, a carta que El-Rei enviara nomeando Francisco Carneiro de Figueiroa como Guarda-Marinha das Fragatas de Guerra de Repartição do Porto “(...) com todas as honras, liberdades e privilégios” e D. João de Almada e Melo “meu muito amado e prezado primo”, “Capitão-General de Minha Armada Real de Alto Bordo do Mar Oceano”. Nesta carta vinham mais uma quantas nomeações, todos com suas origens em famílias

---

<sup>1</sup> Guerra dos sete anos ocorreu entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França, a Áustria e seus aliados (Saxônia, Rússia, Suécia e Espanha), de um lado, e a Inglaterra, Portugal, a Prússia e Hannover, de outro. Foi o primeiro conflito a ter carácter mundial, e o seu resultado apontado por alguns como o ponto fulcral que deu origem à Era Moderna. A Guerra foi precedida por uma reformulação do sistema de alianças entre as principais potências europeias, a chamada Revolução Diplomática de 1756. O seu desfecho contou com o Tratado de Paris, firmado, em 1763, pelos franceses, austríacos e ingleses assinalando a paz. No caso Português a repercussão dessa luta sentiu-se no Brasil. Portugal não aderiu ao "pacto de família", o que motivou o ataque dos espanhóis no Brasil. O Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, encerrou o conflito: a Espanha tomou posse da colónia de Sacramento e de grande parte do actual território do Rio Grande do Sul, enquanto Portugal recuperava a ilha de Santa Catarina.

nobres, com Foro de Fidalgo por parte, pelo menos, um dos progenitores e que *viviam a lei da nobreza*.

A Junta Administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fora nomeada para comandar esta Aula. Escola que fornecia uma instrução unicamente prática, a estes futuros marinheiros, vindo a ser colmatada a bordo, com a instrução nas embarcações comerciais.

A 12 de Maio de 1764, com “*obrigação de ser mestre da aula da cidade do Porto, na qual lerá todos os dias que não forem de guarda, e explicará a náutica aos oficiais da marinha e mais pessoas que se quiserem aplicar àquela ciência*”, fora nomeado o primeiro professor, Professor António Rodrigues dos Santos.

A Aula funcionou, essencialmente, nas instalações do então Colégio dos Meninos Órfãos, porém não antes do ano de 1764. Estas informações são reforçadas numa carta, datada de 29 de Outubro de 1764. Carta que João Almada e Melo dirige ao Juiz, Vereadores e ao Senado da Câmara, dizendo:

“*Sua Magestade foy servido ordenar que nesta Cidade se estabellesse hua Aulla publica, em qual se enssinasse (...) a Arte de navegar. (...) E para dar execusão à Rede ordem tenho ellegido e aprovado a Salla do Collegio dos Meninos Orfãos (...)*”<sup>2</sup> (ver Anexo I I, Ilustração 3 e 4).

A estas informações acrescentamos um documento de 17 de Setembro de 1771, onde é declarado o interesse da Junta Administrativa no arrendamento das casas anexas à Casa da Companhia, na altura pertencentes a Manuel de Figueiroa Pinto. No entanto e aquando a selecção da sala para a nova Aula, “*estas haviam sido demolidas para, entre outras coisas, se construir uma casa própria e decente não só para a oficina da contadoria (...) mas também para a casa da marinha, (...)*”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Arquivo Municipal do Porto, Livro nº15 de *Próprias*, fl.141.

<sup>3</sup> GARCIA, Luísa Fernandes (Coord.). (2003). *2º Centenário da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto*, Universidade do Porto, Porto.

A Aula de Náutica marcou, assim, o início do ensino público na cidade do Porto, “*pondo fim ao monopólio do ensino congreganista, como o dos jesuítas, (...)*”<sup>4</sup>.

Assente a Aula de Náutica e passados dezassete anos da sua criação, a Junta da Companhia, mostrou necessidade de completar o quadro de estudos, visto ainda não ser suficiente “*para uma adequada preparação dos homens do mar*”. Era necessário criar uma Aula de Debuxo e Desenho (1779 – 1803). Assim entendeu, e propôs, a Junta de Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A 27 de Novembro de 1779, sai o decreto, assinado por D. Maria I e é criada a dita *Aula* com o seu início marcado para dia 17 de Fevereiro de 1780. Nela aprendiam a desenhar as máquinas e os instrumentos, aprendiam a tirar cartas geográficas e topográficas dos países, das plantas, das cidades, das embarcações. As suas vantagens eram óbvias seria, assim, possível fazer um diário de bordo ilustrado no que não só ajudaria no conhecimento das terras, pessoas e culturas como no desenvolvimento das ciências. Seu primeiro “lente da Aula” fora António Fernandes Jácome. A este, sucedera o conhecido pintor Vieira Portuense<sup>5</sup>, nomeado a 20 de Dezembro de 1800, o qual, três anos passados, se convertera no director da Aula, sucedendo-lhe na docência outros como José Teixeira Barreto, Raimundo José da Costa e, mais tarde, Domingos de Sequeira<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> De seu nome Francisco Vieira de Matos, nasceu no Porto a 13 de Maio de 1765. Um Pintor português e um dos introdutores do neoclassicismo na nossa pintura. Juntamente com Domingos Sequeira, foi um dos dois grandes pintores portugueses da sua geração. Estuda por Lisboa e Roma. Viaja por toda a Europa antes de regressar a Portugal em 1800. Foi professor e director da Aula de Desenho e Debuxo, no Porto. Contraí tuberculose e muda-se para o Funchal, onde morre a 2 de Maio de 1805, com apenas 39 anos. Actualmente está representado no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa e Museu Nacional de Soares dos Reis no Porto.

<sup>6</sup> Domingos António de Sequeira nasce em Lisboa a 10 de Março de 1768. De origem modesta, fora educado na Casa Pia de Lisboa, após o quê frequentou o curso de Desenho e Figura na Aula Régia. Com uma pensão de D. Maria I, em 1788, partiu para Itália e estudou na Academia Portuguesa em Roma, onde recebeu aulas de António Cavallucci. Sendo admitido, depois, na Academia di San Luca. Regressou a Lisboa em 1795. Em 1802 é nomeado pintor da corte e co-director da empreitada de pintura do Palácio da Ajuda. Em 1803 foi professor de Desenho e Domingos António de Sequeira nasce em Lisboa a 10 de Março de 1768. De origem modesta, fora educado na Casa Pia de Lisboa, Pintura das princesas, e em

A Aula de Debuxo e Desenho funcionou também no Colégio dos Meninos Órfãos, sob administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas de Alto Douro, até 1802. Nesse mesmo ano, fora transferida, devido ao distinto número de alunos, para o Hospício dos Religiosos de Santo António (ver Anexo I I, Ilustração 11 e 12).

A vontade de alargar as áreas de estudo permanecia viva. Foi então que os comerciantes e proprietários de navios requereram, a 26 de Outubro de 1799, ao Príncipe Regente, futuro D. João VI, solicitando o estabelecimento, no Porto, de aulas oficiais de comércio e de matemática e de aulas para o ensino das línguas francesa e inglesa, propondo-se, mesmo, a disponibilizar meios para a sua manutenção e instalação em edifício próprio<sup>7</sup>. Assim, não só formariam marinheiros, como pilotos e mestres de navios, preparando-se ao mesmo tempo os jovens portuenses *“com génio para o comércio”*.

Ao contrário das restantes Aulas, estas teriam lugar na residência do Desembargador Conservador da Marinha – a Real Casa Pia<sup>8</sup> (ver Anexo I I, Ilustração 13 a 15), por ele disponibilizada em ofício, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho a 26 de Outubro de 1799:

*“Acompanhavam o requerimento uma minuta da carta de lei que criava a Academia de Marinha e ainda um Plano de Estatutos.”*

A necessidade do estabelecimento da Academia tornava-se cada vez mais um assunto urgente, foi então que a 31 de Dezembro de 1800, o próprio D.

---

1806, director da Aula de Desenho e no Porto. Viveu intensamente as convulsões políticas da época vindo a exilar em França com a contra-revolução absolutista da Vila-Francada, e onde expôs, no Salão do Louvre, A Morte de Camões, obra que lhe mereceu medalha de ouro e colocação entre os pintores românticos mais representativos. Acabou por se fixar em Roma em 1826, onde se dedicou à pintura religiosa, em visões de luminosidade já romântica. Morreu naquela cidade, sem rever Portugal, encontrando-se o seu túmulo na Chiesa di Sant'Antonio dei Portoghesi, a 8 de Março de 1937. Em termos estéticos é considerado o pintor de transição do Neoclassicismo para o Romantismo.

<sup>7</sup> SANTOS, Cândido dos. (2003). *As Raízes – 1762.1911 In 2º Centenário da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto*, Universidade do Porto, Porto

<sup>8</sup> Actualmente sede da Guarda Nacional Republicana.

Francisco de Almada e Mendonça<sup>9</sup> pedia licença, em ofício, para “*que expusesse o assunto da criação da Academia a Sua Majestade.*” *Infelizmente, com a mudança de pasta da Marinha e dos Negócios Ultramarinos para o Visconde de Anadia, nos inicio do ano de 1801, D. Francisco perdera o apoio do patrocinador ficando o seu projecto por realizar.* No entanto uma boa notícia surge aquando a tomada de posse, de Francisco Vieira, o Portuense, da direcção da aula de Desenho. Francisco Vieira devolve-lhe o prestígio, aumentando a frequência da Aula de tal forma que esta tivera que mudar, em 1802, de instalações, saindo do Colégio dos Órfãos.

O Alvará régio chegara a 9 de Fevereiro de 1803 (ver Anexo I I, Ilustração 16), instituindo a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto (1803 - 1837), acrescentando as aulas, de matemática e comércio e das línguas Inglesa e Francesa, e em substituição das Aulas de Náutica e de Debuxo e Desenho, a qual foi ocupar instalações do Colégio dos Meninos Órfãos:

“ (...) *Hey por bem Determinar o seguinte:*

*I. Que na Cidade do Porto se erijão Aulas de Mathematica, de Commercio, das linguas Ingleza e Franceza, para governo das quaes Mandarei formar Estatutos proprios.*

*II. Que estas Aulas se estabelecerão por ora no Collegio dos Meninos Orfãos, e nas Casas, que melhor proporção tenham para este fim.*

*III. Que se proceda sem perda de tempo à edificação de huma Casa no Terreno do Collegio dos Meninos Orfãos, propria para as referidas Aulas, que se vão erigir, e para as duas já creadas, para todas ficarem em hum só Edificio; facilitando-se desta forma o commodo para aquellas pessoas, que quizerem frequentar huma Aula depois da outra. (...)*

---

<sup>9</sup> Segundo filho de João de Almada e Melo.

*V. Que a Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fique encarregada (...) da construção do Edifício, mandando tirar a Planta delle, para subir à Minha Real Presença pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino. (...)*

*Dado no Palacio de Quéluz em nove de Fevereiro de mil oitocentos e três.<sup>10</sup>,*

Nascia assim a Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto. O alvará de criação é completado pelo de 29 de Julho (ver Anexo I, Ilustração 17), este não só soma um curso de Filosofia Racional e Moral e uma aula de Agricultura à Academia, como informa que esta reger-se-ia por estatutos próprios, referendados também neste documento pelo Visconde de Balsemão.

A sessão solene de inicio da actividade lectiva da Academia realizou-se de 4 de Novembro desse ano, na Igreja do Colégio dos Órfãos, onde João Baptista Fetal da Silva Lisboa, lente da recém-criada Academia, proferiu a “oração de sapiência”, como regista a acta lavrada por João Peixoto da Silva, Secretário da Academia:

*“Na tarde de dia 4 de Novembro do ano de 1803 se fez a abertura desta Academia Real da Marinha e Comércio, cujo acto por ser o primeiro da mesma Academia, teve lugar na Igreja do Colégio dos Orfãos.(...) Recitou o lente (...) a oração, como lhe era determinado pela lei (...); e começou o primeiro ano lectivo sendo desde logo frequentadas as aulas (...).”*

A Academia apesar de ter tido um início de actividade notável, em todas as disciplinas, e surpreendentemente nas Aulas de línguas<sup>11</sup>, atravessou períodos de

<sup>10</sup> Alvará Original (A.N.T.T., Leis, Maço 9, nº67).

<sup>11</sup> Entre 1803 e 1832, matricularam-se 1200 alunos na Aula de inglês e 2518 alunos na de francês.

perturbação, como as invasões francesas e as lutas entre absolutistas e liberais. Exemplo disso foi o seu encerramento aquando o Cerco do Porto<sup>12</sup>.

Com o início do regime liberal, várias modificações aconteceram, quer nas atribuições da Junta Administrativa da Companhia, quer nas do Director Literário da Academia, cargo criado em 27 de Agosto de 1817. O cargo teria como função “*o regimento e direcção geral de estudos e o governo ordinário da Academia, fazendo guardar a boa ordem e subordinação entre os empregados e zelando pela observância dos estatutos*”. Doutor Joaquim Navarro de Andrade, lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra fora o primeiro a ocupar este cargo. Lutou pelo prestígio da Academia e não escondeu a ambição de elevá-la a Universidade. Para isso enviara exposições a D. João VI, então residente no Brasil. Como modelo, a Universidade de Coimbra. A sua *reforma* propunha desde o alargamento do plano de estudos às garantias para os alunos formados na Academia, passando pelo recrutamento e selecção de professores e até pelo traço académico. Tudo era referenciado, inclusive a apresentação de um selo próprio para símbolo da Academia, para o Doutor Joaquim Navarro de Andrade, a figura de Minerva<sup>13</sup>, “*derramando luzes e conhecimento nos que se aplicam às artes em geral*”. Infelizmente estas aspirações não tiveram grande repercussão nas Cortes nem na Comissão de Instrução Pública. E o cargo viria a terminar a 19 de Outubro de 1836.

As aulas da Academia seguiram seu curso normal até ao ano de 1820. No entanto outros problemas surgiam, as despesas para a sua manutenção e construção do edifício já ultrapassavam os montantes estabelecidos. Tendo que se tomar medidas adequadas e que assegurassem a Academia, a redução e reestruturação das despesas vieram por alvará régio no dia 3 de Novembro de 1825. Porém, estas medidas não se revelaram suficientes e a Academia entrou em

---

<sup>12</sup> Período de 1832 a 1834, quando as tropas liberais de D. Pedro estiveram situadas pelas forças realistas fiéis a D. Miguel. A essa heróica resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro se deveu a vitória da causa liberal em Portugal.

<sup>13</sup> Figura que viria, mais tarde e até hoje, a ser a imagem da Universidade do Porto.

franca decadência. De seguida com o Cerco do Porto, em 1832, as aulas foram suspensas e o edifício adaptado como hospital militar. Só a 13 de Outubro de 1834 a Academia retomara a actividade, todavia, não no Colégio dos Órfãos. As aulas passaram a ser leccionadas na então chamada Praça dos Ferrados (a actual Praça de Carlos Alberto), no Palacete da Viscondessa de Balsemão (ver Anexo I, Ilustração 18 e 19) e no então Hospício dos Expostos (ver Anexo I, Ilustração 12) implantado no terreno onde hoje figura o Palácio da Justiça da cidade do Porto. Só voltariam ao edifício primeiro da Academia, dois anos depois, em 1836 aquando a desocupação por parte do hospital militar.

No mesmo ano da retoma da actividade da Academia a sua direcção deixa de estar a cargo da Junta da Companhia Geral para se submeter às regras das instituições de ensino estatais, e assim se manteve até 1837, data em que, por acção do governo de Passos Manuel, foi profundamente remodelada, vindo a converter-se na Academia Politécnica do Porto.

A Academia da Marinha e Comércio do Porto era uma escola em que se juntava tudo, estudos maiores e menores, uma escola que formava homens para a admissão às faculdades da Universidade, como se dizia na altura e nos relembra Cândido dos Santos.

Pela mesma altura, mais propriamente a 25 de Junho de 1825 fora criada a Régia Escola de Cirurgia (ver Anexo I, Ilustração 20 e 21), no Porto, ao mesmo tempo que a sua congénere de Lisboa. No regulamento aprovado por Alvará, a instituição destas escolas fora justificada da seguinte forma:

*“Sendo indispensável e da mais absoluta necessidade que os Cirurgiões adquiram os precisos conhecimentos para bem e dignamente prehencherem, e com publica utilidade, os empregos de Cirurgiões no Exército e na Armada; assim como para poderem socorrer os Povos, tanto nos lugares onde não existirem Medicos, como naqueles cujo número não for sufficiente para ocorrer a todas as affecções do seu foro”.*

O funcionamento da Escola decorreu com normalidade durante dez anos, tendo havido também uma interrupção aquando o Cerco do Porto. É nessa altura, em 1836, que houvera uma reorganização de todo o ensino médico, que procurou melhorar “(...) *não só com proveito do ensino público, mas também com utilidade dos hospitais de ambas as cidades*”, resultando numa reforma das escolas de Cirurgia do Porto e de Lisboa, “(...) *destinadas especialmente a formar uma classe de Facultativos tão necessária e importante*” e na conseqüente criação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1836-1911, (ver Anexo I, Ilustração 22, 24 e 25), e de idêntico estabelecimento em Lisboa.

O Decreto de 29 de Dezembro de 1836 consumou essa reforma transformando as antigas escolas de Cirurgia em escolas Médico-Cirúrgicas, transformações, essas, a nível da reorganização e adaptação do plano de estudos aos progressos da ciência médica e da cirurgia. O seu funcionamento porém, fora somente definido e aprovado, por decreto, a 23 de Abril de 1840, o qual abrangia todas as unidades orgânicas do estabelecimento, desde do Conselho Escolar, Director, Secretário, Tesoureiro aos estabelecimentos próprios como o gabinete anatómico, a casa das dissecções, o laboratório, a biblioteca e o curso médico-cirúrgico e os cursos anexos (farmacêutico e de parteiras).

As suas instalações, durante os primeiros tempos, foram no Hospital da Misericórdia<sup>14</sup> (ver Anexo I, Ilustração 21). As aulas de prática médico-cirúrgica eram aí ministradas. No entanto rapidamente se fez entender, devido à insuficiência das instalações, a necessidade de construir um edifício próprio. Como solução a esta necessidade, parte da escola passara para o extinto convento dos Carmelitas (ver Anexo I, Ilustração 22), confirmada pelo Decreto de 20 de Outubro de 1852. Porém, esta não tinha sido a solução definitiva pois nesse edifício, seria instalada a Guarda Nacional, onde ainda hoje se encontra. Devido a essa confusão a Escola beneficiou da construção de um edifício próprio.

---

<sup>14</sup> O actual Hospital de Santo António e onde já funcionava a Régia Escola de Cirurgia.

Os estudos de Farmácia emergiram ao mesmo tempo que a instituição das Escolas Médico-Cirúrgicas. O Decreto de 29 de Dezembro de 1836, que as criou, determinava que *“em cada uma das Escolas Médico-Cirúrgicas haverá anexa uma Escola de Farmácia”*. O ensino farmacêutico viria a ser, pela Carta de Lei de 19 de Julho de 1902, e *“para todos os efeitos, considerado como ensino superior”*, embora leccionado nas Escolas anexas. Pouco tempo depois, o regulamento, aprovado por Decreto, de 27 de Novembro do mesmo ano, veio dar enquadramento legal e funcional às Escolas de Farmácia, inserindo-as no regime imperante para as escolas de ensino superior.

A Escola Médico-Cirúrgica seria elevada, já após a implantação da República, ao nível de Faculdade pelo Decreto de 22 de Fevereiro de 1911, devido a uma mudança de carácter orgânico, pois no Diploma de fundação da Universidade do Porto incluíam três faculdades, sendo uma delas, a de Medicina, recentemente instituída.

Tendo sido o ano de 1836 de extrema importância a nível educacional no nosso país, tal facto reflectiu-se obviamente na capital nortenha. Para além das reestruturações e criações das Escolas médicas e farmacêuticas devemos também referir a criação de mais uma importante Academia, a Academia Portuense de Belas Artes (1836 - 1911), (ver Anexo I, Ilustração 27 e 28). Passos Manuel, como Ministro do Reino, não só era responsável pelas políticas educativas como dera a devida importância ao ensino artístico, deste a pintura ao teatro. Considerado o pai do ensino técnico português, defendeu o princípio da promoção e a difusão do estudo das Belas Artes e a sua aplicação à indústria.

Segundo os Estatutos da Academia, *“(…) esta era constituída por académicos honorários e de mérito e por professores, competindo a sua administração a um Director nomeado pelo Governo. Auxiliando a Academia na prossecução dos fins para que fora criada, funcionou uma escola – a Escola Académica –, que fornecia os cursos de Desenho, Gravura e Pintura Histórica, Escultura, Arquitectura Naval e Civil. Três anos depois fora anexado a esta o*

“*Museu Portuense*”.<sup>15</sup> A Academia e o Museu ocuparam o abandonado Convento de Santo António da Cidade<sup>16</sup> (*ver Anexo I, Ilustração 27*), junto a São Lázaro. No entanto algumas das aulas começaram no edifício da, e aquando a, Academia Politécnica, onde permaneceram até à década de 1870’s.

Em 1881, a Academia pretendia reforçar a disjunção entre a Academia e a Escola. Desta vontade reformista surge o Decreto de 22 de Março. Este atribui à Academia as *funções de promoção da arte e da arqueologia, de realização de exposições, de conservação e restauro de monumentos e de defesa do património museológico*, e à Escola de Belas Artes, que fora o principal objecto de reforma do seu ensino, aumenta os cursos leccionados como, o curso *Geral de Desenho, o de Arquitectura Civil, o de Pintura Histórica, o de Pintura da Paisagem, o de Escultura Estatuária, o de Gravura a Talho Doce, o de Gravura em Madeira e também cursos de Belas Artes com aplicação às artes industriais*. Com a República vieram grandes mudanças, as Academias de Belas Artes foram extintas, criando-se conselhos de Arte e Arqueologia em sua substituição. Porém a Escola de Belas Artes sobrevive a todas as reestruturações, pois havia entretanto obtido o estatuto de Organismo Autónomo. Nova reforma no ensino artístico aconteceu no ano de 1931, pelo Decreto n.º 19.760, de 20 de Maio<sup>17</sup>. Em 1950, a Lei n.º 2.043, de 10 de Julho, incutiu as bases para uma nova reorganização do ensino nas Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do

---

<sup>15</sup> Museu Portuense de Pintura e Estampas, também designado “Ateneu D. Pedro”, foi anexado à Academia Portuense de Belas Artes. Regente D. Pedro fora responsável pela sua criação, em 1833, embora a fundação propriamente dita apenas tenha sido oficializada, pelo Decreto de 12 de Setembro de 1836. Este Museu adveio da necessidade de preservação e conservação das obras de arte roubadas aquando o Cerco do Porto e as que haviam sido abandonadas pelos Conventos. Com a implementação da República, o Museu Portuense passou-se a designar Museu Soares dos Reis, ficando subordinado ao Conselho da “3.ª Circunscrição”.

<sup>16</sup> O edifício da actual Biblioteca Pública Municipal do Porto. Foi primeiramente um hospício franciscano de Santo António da Cidade (1780-1789), e depois transformado em convento. Durante as Invasões Francesas serviu de depósito militar e de hospital. Abandonado pelos religiosos em 1832, à entrada do Exército Liberal, foi ocupado por tropas inglesas e francesas. Em 1842 nele passou a funcionar a Real Biblioteca Pública, que fora criada em 1833 pelo Regente D. Pedro. Entre os seus bibliotecários contou-se Alexandre Herculano.

<sup>17</sup> Foi nessa altura que se constituíram Cursos Especiais, de nível elementar, para cada um das artes, pintura, escultura e arquitectura, e que a sua frequência se seguia à de um Curso Superior.

Porto. No entanto, o funcionamento da Escola do Porto manteve-se sensivelmente dentro dos mesmos parâmetros até 14 de Novembro de 1957 data do Diploma de aprovação o Regulamento das Escolas Superiores de Belas-Artes, passando o curso de Arquitectura<sup>18</sup>, de Pintura e Escultura<sup>19</sup> considerados cursos superiores.

As mudanças não param por aqui, após o 25 de Abril de 1974 essas tiveram forte eco na estrutura pedagógica e científica. A partir desse ano lectivo, de 1974-75, verificou-se a reestruturação dos cursos de Pintura e de Escultura leccionados pela 2.<sup>a</sup> Secção da ESBAP, os quais adquiriram a designação de Artes Plásticas (Escultura e de Artes Plásticas), Pintura, e mais tarde o Curso de Design de Comunicação (Arte Gráfica)<sup>20</sup>. A 21 de Dezembro de 1979 é promulgada a razão para a desvinculação e posterior extinção da denominada 1.<sup>a</sup> Secção da ESBAP. Fora criada a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. No entanto o curso manteve-se até Outubro de 1984. Entretanto, avizinhava-se, o fim da existência da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Aquando a decisão do Senado da Universidade de integração da ESBAP na Universidade do Porto, acabando por dar origem em 1992 à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> O Curso de Arquitectura, com a duração de seis anos, distribuiu-se por três ciclos e integrou algumas cadeiras leccionadas na Faculdade de Ciências durante os dois primeiros anos.

<sup>19</sup> Os Cursos de Pintura e de Escultura, com a duração de cinco anos, passaram a ser igualmente compostos por três ciclos, correspondendo os dois primeiros aos cursos gerais e o terceiro aos cursos complementares.

<sup>20</sup> Reforma posteriormente reconhecida pelo Decreto-lei n.º 80/83, de 9 de Fevereiro.

<sup>21</sup> Despacho n.º 307/ME/92, de 30 de Outubro

### 1.1.2. A Academia Politécnica do Porto - 1837

O ensino ministrado pela Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto fora, em 1837, objecto de profunda remodelação curricular, como consequência, vimos a Escola ser inteiramente absorpta pela Academia Politécnica.

Esta fora o estabelecimento de um ensino superior técnico criado pelo governo de Passos Manuel, com o *fim de plantar no país as ciências industriais*. Reformulado por completo o ensino, o Diploma de 13 de Janeiro de 1837 criara a Academia Politécnica do Porto (ver Anexo I, Ilustração 29 a 32) com o intuito de uma “ (...) ‘alta’ formação industrial”<sup>22</sup>. A sua localização no Porto fora justificada pelo governo considerando que “a populosa e rica cidade do Porto [seria] a localidade mais apropriada pelo seu extenso comércio e outras muitas circunstâncias”.

Inaugurada em Março desse ano tivera como primeiro Director Literário, o pintor João Baptista Ribeiro. A 7 de Agosto de 1838 fora assinado o primeiro plano de estudos da nova Academia. Na sua elaboração os lentes “*revelaram saber e inteligência*”, resultando catorze cursos de apenas onze cadeiras<sup>23</sup>.

Não estando dotada das instalações necessárias, nem sendo de imediato criadas as disciplinas, isto é, os lugares docentes, de que carecia, a Academia Politécnica do Porto teve um arranque lento e difícil. Também não foi alheio a estas dificuldades de arranque o não se querer admitir que a nova instituição tivesse um carácter universitário, privilégio então exclusivo da Universidade de Coimbra. Os seus primeiros lentes eram, então, oriundos dessa Universidade,

---

<sup>22</sup> Esta expressão mostra a política de Passos Manuel e toda a importância que dá a ao ensino técnico. Esta Academia estaria portanto destinada a formar desde engenheiros civis de todas as classes - minas, pontes, calçadas -, a construtores, oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas e também artistas.

<sup>23</sup> Como Cândido dos Santos refere no livro comemorativo da Universidade do Porto - *Universidade do Porto. Raízes e Memórias da Instituição*, p. 93.

realidade que só em meados do século começara a alterar-se, devido à ascensão de alunos formados na própria Academia Politécnica.

O plano de estudos da Academia Politécnica era, então, constituído por onze disciplinas, agrupadas em três áreas – a de Matemática, a de Filosofia e a de Comércio –, esta organização tal como o seu ensino evoluíram ao longo dos anos, sendo reformulado por inúmeras vezes, num processo em que o Conselho Académico da instituição foi em geral liderante.

A primeira reforma viera com Costa Cabral, em 1844. De tal necessidade nascera a realidade da aplicação do primeiro programa e suas intenções que se revelaram muito aquém. O ensino mostrava-se carente, apesar dos apelos, sem resposta, do Conselho Académico ao Governo, relatando tais dificuldades. Costa Cabral, a 20 de Setembro desse ano decreta algumas alterações no plano de estudos, indo contra à opinião de alguns professores, como o caso de Joaquim Torcato Álvares Ribeiro, futuro Director da Academia, pois, na sua opinião, suprime uma cadeira que era considerada fundamental: “ (...) o corte orçamental determinou a supressão da disciplina de “Construções” numa escola destinada a formar engenheiros civis!”<sup>24</sup>

Todavia, nem tudo eram “más” notícias. Esta reforma acabou por abordar e responder favoravelmente a muitos apelos do Conselho Académico. As propinas, por exemplo, foram reduzidas; o pedido de instalação de um jardim botânico e experimental e um laboratório foi autorizado, contudo, não concediam o terreno; e as disciplinas do curso preparatório da Escola Médica aumentaram. O único senão foi a lentidão da aplicação destes pontos, como refere o Director no relatório que elaborara a 21 de Setembro de 1848.

Em 1854, outra reforma se avizinhara. Esta revelaria um dos maiores sustos desta Academia. Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, o seu autor. Júlio Pimentel apareceu propondo um Projecto Lei reformador que abrangia todos os estabelecimentos de instrução superior do país. O susto foi que segundo esse

---

<sup>24</sup> Discurso de um lente na sessão de abertura do ano lectivo de 1846-1847.

mesmo Projecto Lei, a Academia Politécnica seria simplesmente suprimida. Tal notícia abalara o Conselho Académico e seus lentes. Álvares Ribeiro, Ferreira Braga, Parada Leitão e Santa Clara, reuniram-se de imediato para redigir um documento à Corte mostrando toda a sua indignação, desta reunião resultaria o documento, *“Breve Memoria sobre a Instrução Pública Superior no Porto, e nas Províncias do Norte offerecida aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos Lentes da Academia Polytécnica”*, datado de 1 de Maio. Com a clara falta de apoio político este projecto revelara-se somente um susto para a Academia. As revelações desse ano ainda não tinham acabado, três meses depois teriam início as “negociações”, com o objectivo de dar resposta ao maior número de dificuldades da Academia, estas enumeradas pelo Conselho em documento datado de 29 de Dezembro de 1854.

*“É para sentir (...) com a Politécnica, a Médico-Cirúrgica a todos os estabelecimentos literários (...) do Porto estejam mal acomodados em diversos edifícios, (...) desprovidos (...) de aprestos e meios para desempenharem (...) as funções do ensino para que foram criadas. (...) A cidade depositária fiel do coração do grande D. Pedro (...), é digna de ter um edifício que reúna todos os seus estabelecimentos literários: Liceu, Politécnica, Médico-Cirúrgica, Belas-Artes, Escola Industrial, Museu, Biblioteca (...) e a opinião geral indica como local apropriado e com capacidade para tudo isto o começado edifício da Graça (...).”*

Acreditam que a Academia estaria num momento em que o mais importante seria *“regularizar e melhorar o que existe do que destruir para inventar e renovar sobre a fé de teorias arriscadas”*, propunham então, um novo edifício, em terreno anteriormente concedido, para a Escola Médico-cirúrgica (ver Anexo I, Ilustração 22) que estaria a ocupar uma pequena ala do Hospital Santo António e para a Politécnica um laboratório químico e o restabelecimento da cadeira suprimida por Costa Cabral, agora com o programa de *“Construções Públicas”*.

Propuseram também outras quatro cadeiras<sup>25</sup>, no entanto estas não foram vistas como necessárias. O Conselho Superior de Instrução Pública refere que embora sejam precisas reformulações, não havia “*necessidade de reformas de fundo, porque [essas] foram feitas em 1836*”. Porém, foi também com esta reforma que as “promessas” da anterior teriam início, os militares poderiam finalmente frequentar os cursos de Instrução à Admissão na Escola do Exército na cidade nortenha, não tendo necessidade que se deslocar à capital.

A 8 de Julho de 1860, o Ministro do Reino, Marquês de Loulé<sup>26</sup>, apressava João Baptista Ribeiro, a indicar ao Conselho Académico, a reforma do programa, de 1838, «envelhecido» face ao número de anos em que vigorara, e aos desenvolvimentos e progresso que entretanto se verificara nas Ciências. A Comissão de Lentes que o Conselho designou especialmente para este fim, apresentou um projecto de reforma que se aprovou a 18 de Maio de 1861<sup>27</sup>. Este projecto termina com os vestígios do plano de estudos aprovado em 1838, e aglutinam curso de Oficiais da Marinha e o curso de preparação para o exército, tornando-se um curso único intitulado, Oficiais do Exército e da Marinha. Apesar desta mudança a Academia desceria para a categoria de escola industrial, a 15 de Abril de 1863.

Foi então neste momento que não só o Conselho Académico *acordou* como todo o povo portuense, como podemos comprovar por este excerto de uma notícia publicada no jornal *O Comércio do Porto* a 9 de Novembro de 1863:

---

<sup>25</sup> Economia Política; Construções Navais; Geologia, Mineralogia e arte de Minas; Agricultura, Economia rural e Tecnologia.

<sup>26</sup> Nuno José de Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, Ministro do Reino, pela primeira vez, entre 6 de Junho de 1856 até 16 de Março de 1859.

<sup>27</sup> Segundo a proposta do Conselho de Lentes, os cursos da Academia passavam a ser: I – Engenheiros Civis (1.º De Minas; 2.º De Construtores de Navios; 3.º Geógrafos; 4.º De Pontes e Estradas); II – Directores de Fábricas; III – Pilotos; IV – Comerciantes; V – Agricultores; VI – Artistas; VII – Preparatórios para Oficiais do Exército e da Marinha (compreendendo o 1.º, De Oficiais de Estado Maior e Engenharia; 2.º, De Oficiais e Artilharia e 3.º, De Oficiais de Marinha); VIII – De Aspirantes a Oficiais e IX – Preparatório da Escola Médico-Cirúrgica.

*“Uma longa história de longos 27 anos narra os sucedimentos (...) que mostram (...) a má vontade de ter as províncias do Norte de Portugal na consideração que merecem. (...) Felizmente a questão passou do recinto académico para a cidade inteira. Do edifício arruinado saíram vozes energéticas. Da terra ofendida, levantaram-se os clamores fervorosos, independentes, razoáveis e justos.”.*

Esta seria a *ameaça* mais séria alguma vez recaída sobre a Academia. O alvo de protestos não seria, de forma alguma, as reformas mas todo o procedimento do Conselho Geral de Instrução Pública. É então que o corpo docente reage, através de um documento dirigido ao Rei D. Luís, a 16 de Outubro desse ano, onde declaram:

*“Há muito tempo, (...), se trama contra o magistério público exercido nas províncias, especialmente contra os estabelecimentos de instrução superior do Porto, e mais especialmente ainda contra a Academia Politécnica (...). Até 1837, a palavra reforma aplicada à Academia do Porto significou sempre ampliação, aperfeiçoamento; desde essa época, porém, a mesma palavra (...) passou a significar o contrário; passou a ser sinónimo de ruína, destruição, aniquilação, para conseguir o qual nenhum meio se tem poupado nem ainda os menos decorosos. (...), a regra a todas as reclamações, quando se dignam a responder, pode reduzir-se a três palavras: “não há dinheiro” (...) nem ao menos para obviar à queda e total ruína dum dos mais belos edifícios do Porto”.*

As suas palavras de indignação, juntamente com a voz do povo, fizeram com que este projecto ameaçador fosse anulado. Estas palavras uniram a cidade, lentes e seus estudantes. Mas as reformas não acabam por aqui. A 12 de Outubro de 1864, era nomeado pelo Ministro Duque de Loulé<sup>28</sup>, um Conselheiro para

---

<sup>28</sup> Nomeado Ministro do Reino, pela segunda vez entre, 4 de Julho de 1860 e 17 de Abril de 1865.

efectuar “*uma inspecção extraordinária à Academia Politécnica do Porto*”<sup>29</sup>. O Conselheiro nomeado fora o Dr. José Maria de Abreu. O Conselho Académico estava em fervoroso, para acalmar os ânimos, o Conselheiro referira que a inspecção teria em vista a melhoria do ensino logo mantendo-a como estabelecimento de Instrução Superior. Após os ânimos acalmados, Dr. José Abreu reporta, no seu documento, as deficiências de base e a sua viciosa organização, representações essas que inúmeras vezes o Conselho reportara ao Governo e desse raras vezes obterá resposta ou correcção. Uma delas seria a má organização de alguns cursos e a inutilidade de outros.<sup>30</sup> Os cursos com mais frequência eram os cursos preparatórios (Oficiais de Exército e Marinha e os da Escola Médico-cirúrgica). A exposição deste problema fez com que o Conselheiro propusera uma reorganização e redução dos cursos, reorganização que fora bem aceite pelo Conselho Académico. Ou seja, a Academia manteria quatro grandes cursos – Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Comércio e Pilotagem – e preparatórios da Escola Médica e o de Exército e Naval. Desta reestruturação sairá uma parceria entre duas escolas, entre a Academia e o Instituto Industrial do Porto, conseguindo juntos criar mais cursos preparatórios sem novas contratações de pessoal. Respeitando as três palavras mágicas, “*não há dinheiro*”. Em 1868 fora introduzida mais uma cadeira, seria esta de Mecânica, e a 10 de Outubro de 1883, o docente e deputado Wenceslau de Lima pedida, ele mesmo, às Cortes a restauração de uma disciplina, desta vez dedicada a Geologia, Mineralogia e Metalurgia e arte de Minas. Este pedido seria o antecomeço da última grande reforma. Esta fora decretada em 1885, pela Carta de Lei de 21 de Julho e pelo Decreto de 10 de Setembro do mesmo ano, uma vez que introduziu e instituiu alterações na estrutura dos *curricula* e novos cursos

---

<sup>29</sup> Excerto do “*Relatório da Inspeção extraordinária feita à Academia Polytechnica do Porto em 1864*”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

<sup>30</sup> Mesmo a frequência, naquela altura, ter aumentado na Academia, não deixava de haver cursos totalmente desertos. Ora vejamos o curso de Pilotos, a título de exemplo, não se encontra referido nos relatórios estatísticos da Academia por entre 1854 e 1864 não houvera frequentações. Já o curso de Comércio, haviam terminado somente quatro alunos.

superiores a que a frequência da Academia dava acesso<sup>31</sup>. É revista em 1893, 1895 e em 8 de Outubro de 1897, ano em que fora extinguida a cadeira de Comércio para ser substituída pela de Electrotecnicia incluída na cadeira de Tecnologia Industrial do Curso de Engenheiros Cíveis Industriais, tentando dar à escola um carácter mais acentuado de Instituto Superior Técnico. Este panorama, como sabemos, não era novo, aliás já em 1882 o Conselho Académico havia aprovado um projecto de fusão da Academia com o Instituto Industrial do Porto<sup>32</sup> com o objectivo de criar um estabelecimento de ensino superior técnico denominado Instituto Politécnico do Porto.<sup>33</sup>

Com a criação da Universidade do Porto, em 1911, a Academia Politécnica fora desmembrada e parcialmente integrada na nova Faculdade de Ciências, onde surgiram secções de Ciências Matemáticas, Ciências Físico-Químicas e Ciências Histórico-Naturais. As cadeiras que, na Academia, correspondiam aos cursos de Engenharia, foram declaradas anexas àquela Faculdade e vieram a constituir, em 1915, a Faculdade Técnica, a qual, por sua vez, iria mais tarde a dar origem à Faculdade de Engenharia.

---

<sup>31</sup> O novo plano de estudos centrava-se em “dois especiais” – o de engenheiros civis e obras públicas, de minas e industriais e o de Comércio —, aos quais se associavam “cursos preparatórios” para a frequência da Escola Naval, das escolas Médico-Cirúrgica e das escolas de Farmácia.

<sup>32</sup> Conhecido, desde 1985, por Instituto Politécnico do Porto, este foi uma criação e/ou junção de escolas e institutos centenários. No entanto o Instituto Industrial do Porto fora fundado no ano de 1864 advindo da Escola Industrial do Porto (1852).

<sup>33</sup> FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda. (2001). *A Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Reitoria da Universidade do Porto, Porto.

### *1.1.3. A instituição da Universidade do Porto em 1911 e consequente acção legislativa*

A 22 de Março de 1911, o Governo Provisório da República, funda por Decreto duas novas Universidades, “ (...) no território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades, uma com sede em Lisboa e outra no Porto.”<sup>34</sup>

A esta Universidade nortenha é claramente possível apontar como suas anteriores a Aula de Náutica, estabelecida por D. José I em 1762, e a Aula de Debuxo e Desenho, criada por D. Maria I em 1779. Porém a Universidade vai basear-se essencialmente nas instituições de Ensino Superior criadas já no Oitocentos, como a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica.

A Academia Politécnica tinha como objectivo primário o ensino das ciências industriais formando engenheiros de todas as secções, além de outras especialidades profissionais, como oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas e artistas. Herdeira da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto, criada em 1803 pelo Príncipe-Regente, surgiu em resultado da reforma de Passos Manuel, Ministro do Reino no Governo saído da Revolução de Setembro. No âmbito desta reforma, o nome da Academia Real é alterado para Academia Politécnica em 1837, sendo adoptadas as anteriores disposições estatutárias. Contudo, o governo económico e literário da Academia, até ali sob a inspecção da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, é transferido para o Conselho dos Lentes. Não obstante as grandes dificuldades financeiras por que passou, a Academia Politécnica do Porto conheceu uma época de apogeu científico, com cientistas eminentes como Gomes Teixeira e Ferreira da Silva. A Escola Médico-Cirúrgica do Porto também é resultado da reforma de Passos Manuel, em 1836. Sucede-se à Régia Escola de Cirurgia, criada em 1825 por D. João VI, e funcionava em

---

<sup>34</sup> In Artº1, Decreto de 22 de Março de 1911.

ligação com o Novo Hospital da Misericórdia do Porto. Em 1837, é estabelecido um novo plano geral de estudos, que, além de alargar o número de cadeiras, as dividia em cadeiras médicas e cadeiras cirúrgicas. A Escola Médico-Cirúrgica tinha o seu assento no Hospital de Santo António, anexando uma Escola de Farmácia que compreendia cursos teóricos e cursos práticos.

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, provocou importantes mudanças ao campo do ensino, por exemplo a criação de mais duas universidades em território português. Subscrevem o Diploma Joaquim Teófilo Braga, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho e António José de Almeida. No entanto seria este último, António José de Almeida (1866 – 1929), na altura Ministro do Interior<sup>35</sup>, considerado o *fundador* destas casas de ensino.

No prefácio do Decreto já se sentia as novas preocupações para com o ensino. Por exemplo a democratização do ensino e da cultura, “(...) *um dos primeiros deveres do Estado democrático é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura, quando disso sejam capazes (...)*”, na atribuição de bolsas de estudo para alunos intelectualmente capazes mas desprovidos de meios financeiros<sup>36</sup>, e no envio de alunos para o estrangeiro para aperfeiçoamento científico.

Um outro importante diploma, é o de 19 de Abril de 1911, aqui é definida a constituição universitária. Este dispõe, no art.º2: *As Universidades do Estado são três: a antiga Universidade de Coimbra, a nova Universidade de Lisboa e a nova Universidade do Porto*. Esta por sua vez é referida no art.º 5 do mesmo decreto onde diz que era constituída por uma Faculdade de Ciências (ver Anexo I, Ilustração 34 a 36) – com Ciências Matemáticas, Físico-Químicas e Histórico-Naturais; uma Faculdade de Medicina (ver Anexo I, Ilustração 37 a 40) com uma

<sup>35</sup> Por onde passavam os assuntos da Instrução Pública. Não é demais recordar que o Ministério de Instrução Pública será criado pela Lei nº12 de 7 de Junho de 1913.

<sup>36</sup> SANTOS, Cândido. (1996). Universidade do Porto. Raízes e Memórias de uma Instituição. Reitoria da Universidade do Porto, Porto, p. 177.

Escola de Farmácia anexa e ainda uma Faculdade de Comércio sendo que esta última nunca se concretizou. No entanto, pelo mesmo decreto a Faculdade de Ciências anexava uma Escola de Engenharia.

A sua inauguração deu-se 16 de Junho desse mesmo ano, dando simultaneamente a eleição do primeiro Reitor, neste caso, do matemático Dr. Francisco Gomes Teixeira. Seria a partir daquele dia que a Universidade se tornara autónoma não só no seu próprio governo económico e científico como no seu ensino, como mostram os artigos 7 e 13 do Decreto de 19 de Abril de 1911, respectivamente:

*Art.º7: “É confiado às Universidades o seu próprio governo económico e científico”;*

*Art.º13: “Só as Universidades são competentes para governar o respectivo ensino.”.*

O governo da Universidade pertencera aos corpos Académicos: Senado<sup>37</sup>, Assembleia Geral dos Professores, Conselhos das Faculdades e Escolas e aos seus Delegados efectivos, nomeadamente, Director e Reitor.

A criação da Universidade não se ficou pela confederação das Escolas Superiores já existentes, pelo contrário, esta introduzira grandes mudanças pedagógicas, como o exemplo da profunda revisão dos planos de estudo dos cursos da Academia e a sua correspondente equivalência do mesmo, como fora exemplo a Faculdade de Ciências. E na Faculdade de Medicina o plano inicial adaptado (1911-1912) foi o Plano Geral de Estudos Médico-Cirúrgicos. É alterado o regime de frequência às aulas (presença obrigatória nas aulas práticas e de presença facultativa as teóricas) e também o regime de propinas. Para

---

<sup>37</sup> O Senado era constituído pelo antigo e o actual Reitor; pelo Vice-Reitor que preside quando a falta do Reitor; pelos Directos das Faculdade e Escolas e respectivos cessantes; por um professor ordinário de cada casa; por um representante dos antigos graduados da Universidade eleito pelos estudantes; pelo presidente da Câmara e Governador do Distrito e pelos *sponsors*. O Senado gozava de largas competências.

qualquer que quisesse pertencer à Universidade, só precisava matricular-se na mesma e frequentar as disciplinas pretendidas, no entanto a cada acto correspondia uma propina estabelecida pelo Governo. Somente os alunos bolseiros estavam isentos a tais pagamentos.

As mudanças políticas sempre se fizeram sentir no seio da Universidade pública e da sua comunidade. Não podemos, então, deixar de referir as transformações introduzidas pela política de Sidónio Pais, consignadas no Estatuto Universitário de 6 de Julho de 1918 e nas leis orgânicas das faculdades. Pretendia com isto definir o papel das mesmas, “*imprimir às Universidades um vigoroso impulso, (...), dar-lhes todas as regalias legítimas, para que, se tornem não só verdadeiros centros de investigação científica, mas possam também cooperar na solução dos mais instantes problemas da vida nacional*”. Por este estatuto as Universidades ficam sob a dependência e direcção da secretaria de Estado da Instrução Pública, no entanto com governo autónomo. Alargara-se os poderes do Reitor, e legislava-se as insígnias doutorais e também era reconhecido o poder de cada faculdade de atribuir o grau de Doutor por *honoris causa*<sup>38</sup>. O sidonismo, nascido coma revolução de 5 de Dezembro de 1917, não sobreviveu à morte do seu maior defensor. Presidente e professor universitário, Sidónio Pais morre, na Estação do Rossio a 14 de Dezembro de 1918. A sua morte não podia deixar indiferente a Universidade, tendo sido tema único da sessão extraordinária do Senado a 18 de Dezembro de 1918.

Com o tempo, as escolas anexas foram adquirindo autonomia, a Escola de Engenharia torna-se em Faculdade Técnica (em 1915) e assumindo mais tarde, em 1926, a designação de Faculdade de Engenharia (ver Anexo I, Ilustração 41 a 46), e a Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade em 1921 (ver Anexo I, Ilustração 47 e 48).

---

<sup>38</sup> SANTOS, Cândido. (1996). Universidade do Porto. Raízes e Memórias de uma Instituição. Reitoria da Universidade do Porto, Porto, p. 191.

Em 1919 foi criada no Porto uma Faculdade de Letras (ver Anexo I, Ilustração 49 a 53) pelo Ministro Leonardo Coimbra. Por razões alegadamente de ordem financeira (que escondiam motivações políticas), foi suprimida em 1928. Só em 1961 será criada no Porto uma nova Faculdade de Letras. Entretanto, em 1953, surgira uma Faculdade de Economia (ver Anexo I, Ilustração 54 e 55), tendo como objectivo o ensino e a cultura das ciências económicas. A Universidade do Porto conheceu uma grande expansão com a Revolução de Abril de 1974. Às seis faculdades existentes juntaram-se, como criação de raiz ou escolas integradas, as seguintes: ICBAS - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, 1975 (ver Anexo I, Ilustração 23 a 25), Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 1975, (ver Anexo I, Ilustração 56 e 57) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1977 (ver Anexo I, Ilustração 58 e 59) Faculdade de Arquitectura, 1979 (ver Anexo I, Ilustração 60 a 63) Faculdade de Medicina Dentária, 1989 (ver Anexo I, Ilustração 63 e 64) Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação, 1992 (ver Anexo I, Ilustração 65) Faculdade de Belas Artes, 1992 (ver Anexo I, Ilustração 66 e 67) e Faculdade de Direito, 1994 (ver Anexo I, Ilustração 41 e 42). Hoje, a Universidade do Porto conta com catorze faculdades e uma escola de pós-graduação, a Escola Superior de Gestão (Ex-Instituto Superior de Estudos Empresariais - 1988).

A reforma de 1918 foi seguida por outras, a primeira com o Decreto nº 12 426, de 2 de Outubro de 1926. Com esta, veio a tentativa de acabar com a “*disparidade*” entre as Universidades que se encontrava a nível da contratação dos docentes, que passaria a ser por concurso, e dos alunos que daí em diante teriam um plano de estudos mais “fixo” e “dirigido”, apesar da confusão inicial. Tudo isto porque se pretendia estabelecer uma norma orgânica e funcional da *Universidade Portuguesa*. As transformações não restariam por aí, três anos depois, no decreto nº 16 623 de 18 de Março de 1928, a Estado passa a dirigir as Universidades e a nomear o Reitor. Pouco a pouco tornou-se notório a necessidade de preencher os importantes cargos com *gente de confiança*.

O Estatuto de Instrução Universitária de 1930 vem consagrar estas mudanças, no entanto este documento revelar-se-á fundamental pela isenção do ensino aquando o Estado Novo. Com este Estatuto a estrutura governativa manteve-se, havendo somente reformas nos estudos, como verificaremos em 1948 na Faculdade de Medicina e em 1955 na Faculdade de Engenharia.

A seguinte reforma é já na década de 70. Foram lançadas por Veiga Simão as “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior”. Na altura a Universidade contava com seis<sup>39</sup> faculdades e esta reforma visava melhora-las. Reviu a carreira docente; o alargamento dos quadros dos professores; estabeleceu a equivalência de graus académicos em Universidades estrangeiras; cria novas Faculdades, Escolas e cursos<sup>40</sup>, entre outras coisas. No entanto a estrutura governativa mantém-se. O autoritarismo do regime revia-se nas Universidades nesses mesmos pontos de alteração da última reforma. Estamos um período de guerras coloniais, é de salientar a instituição do *estatuto de aluno militar* para os alunos que estiveram em serviço militar e que aos poucos retomavam os seus estudos, dando-lhes a possibilidade de realização de um exame por mês. Do *mal-estar* resultaram as greves de 1962 e 1968, porém foi entre 1969 e 1974 que a contestação estudantil se mostrara. Curioso é saber que no mesmo período a Universidade conheceu um verdadeiro aumento de matrículas, chegando mesmo a quadruplicar o número de alunos<sup>41</sup>. Tornara-se claro que as condições físicas e pedagógicas da Universidade começariam eventualmente a falhar. Só com a Revolução de 25 de Abril e com a instauração de uma gestão democrática nas escolas de instrução superior,<sup>42</sup> que não tivera longo futuro, se começara a reagir. No entanto em 1976 outro decreto saíra, desta vez um decreto de gestão, rotulado

---

<sup>39</sup> Sendo elas a Faculdade de Ciências, Medicina, Farmácia, Engenharia e Letras.

<sup>40</sup> É por esta altura criada a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Aveiro, a do Minho e a que viria a ser a Universidade de Évora e vários Institutos Politécnicos.

<sup>41</sup> SANTOS, Cândido. (1996). Universidade do Porto. Raízes e Memórias de uma Instituição. Reitoria da Universidade do Porto, Porto, p. 196-197.

<sup>42</sup> Decreto-Lei nº806/74 de 31 de Dezembro de 1974. O seu objectivo não resultara pois as suas disposições eram demasiado abstractas. Viria a ser substituído pelo Decreto-Lei de 28 de Outubro de 1976, nº781-A/76, da autoria do Ministro Sottomayor Cardia.

por muitos de “*ousado e progressista*”, este tinha três principais fins: implantar a democracia nos estabelecimentos escolares; a qualidade científica e pedagógica da instrução superior; e criar estruturas que garantissem a optimização da utilização/aplicação dos fundos financeiros atribuídos às instituições superiores. A responsabilidade estava agora repartida pelos vários órgãos internos<sup>43</sup>, a calma e a vontade de trabalho estavam de novo instalados.

Doze anos depois a autonomia pedagógica, financeira e científica fora restituída às Universidade<sup>44</sup>. Com essa lei, as escolas procederam à criação dos seus novos estatutos. No caso da Universidade do Porto, esses foram decretados a 26 de Julho de 1989.<sup>45</sup>

A Universidade do Porto é actualmente a maior universidade portuguesa (em número de estudantes, de faculdades e de cursos) e uma das mais prestigiadas instituições de ensino e investigação científica do país.

---

<sup>43</sup> Eram os seguintes: Assembleia Geral da Escola, Assembleia de Representantes, Conselho Directivo, Conselho Pedagógico, Conselho Científico e Conselho Disciplinar.

<sup>44</sup> Lei da Autonomia era assim conhecida a Lei nº108/88 de Setembro de 1988, a qual devolvia a autonomia às Universidades.

<sup>45</sup> Os órgãos administrativos estatutariamente referidos seriam: a Assembleia da Universidade, o Reitor, o Senado Universitário, o Conselho Administrativo e o Conselho Consultivo. No entanto o Senado era uma “*máquina pesada, lenta e pouco operativa*”, foi assim que o Reitor começou a contar com os actuais Vice-Reitores (no máximo três) e ainda com os pró-Reitores (máximo 5).

## 1.2. O edifício da Praça Gomes Teixeira

“ *Sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto*”, fora-se ai instalar o Colégio dos Meninos Órfãos de Nossa Senhora da Graça (ver Anexo I, Ilustração 3 e 4). E segundo um “*cronista do tempo, de si era muito alegre e muito mais com a vizinhança de uma alameda de frondos álamos*”<sup>46</sup>. No entanto cedo perceberam que “*os casinholos existentes eram insuficientes. Tinha de se fazer um edifício novo*”. Fora assim lançada a primeira pedra a 25 de Março de 1651.

Largos anos mais tarde, em 1803, nas casas do Colégio, foi inaugurada a Academia Real de Marinha e Comércio, tal como conta:

“*(...) o reverendo Bernardo Joaquim Gomes de Pinho que deixou escriptas umas memorias da sua administração no collegio, das quaes se depreheende atravez de longa exposição, que no seu tempo se fez a reduçção dos encargos pios dos legados a que era obrigado e se installaram em 1803 as aulas da Academia de Commercio e Marinha.*”<sup>47</sup>

Nesse mesmo ano Costa e Silva elaborara um projecto que viria a servir de base ao Engenheiro Carlos Amarante (ver Anexo I, Ilustração 5 a 8) e aos seus dois projectos apresentados em 1807. Não se sabe, ao certo, os motivos que terão levado, ao pedido ou à elaboração por parte do autor, de dois riscos. Visto que a sua principal diferença residia no posicionamento do edifício, da igreja e do claustro do Colégio dos Meninos Órfãos. Como nos descreve João Xavier na sua obra acerca deste edifício, num dos desenhos a implantação das construções foi mantida tal como se encontrava na realidade, no outro projectou-se uma disposição completamente diferente. Neste segundo debuxo, que viera a ser aprovado a 26 de Setembro desse ano, os especialistas têm-no como um ser imaginativo, pois apresentava uma imensa liberdade no traço ao contrário do

<sup>46</sup> SOLEDADE, Fr. Fernando da. *Historia Seráfica*, V Parte, Liv. V, Cáp. XVII, nº 1.434.

<sup>47</sup> GUEDES, Pde Baltazar (1951). *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de N. S.ª da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que a fundação dele sucedeu*. Imprensa Portuguesa. Câmara Municipal do Porto, pp.353 a 366.

primeiro esboço, que se prendia ao projecto de Costa e Silva.<sup>48</sup> Na verdade o risco aprovado, reposicionava os espaços construídos do Colégio dos Meninos Órfãos, colocando a Academia na ala norte – alçado principal – e a igreja no lado sul, no entanto o projecto não chegara a ser concluído. Porém, os traços que ainda hoje caracterizam o edifício devem-se a este projecto de Carlos Amarante<sup>49</sup>. O alçado norte segue o traçado desse projecto, contudo as obras avançavam lentamente devido à instabilidade política que o país ultrapassava e às suas implicações financeiras. Seguiu-se a ala sul até ao lado nascente e só depois a fachada nascente e o piso térreo da ala norte.

Esta obra dependeu durante vários anos dos apoios, nomeadamente da Câmara do Porto, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e do imposto “do real do vinho”<sup>50</sup>

O Cerco do Porto deixara o edifício em difíceis condições, “(...) em 1832 [o Colégio] não pôde elle realizar a festa sa Sr<sup>a</sup> da Graça pelo estado de ruina em que tinha a egreja por haverem alli cahido algumas granadas.” A 29 de Novembro de 1832 o Colégio e a Academia pediram “(...) protecção da Câmara porque o governo militar de D. Pedro IV queria estabelecer um hospital de sangue no collegio tirando de lá os órfãos [e cessar actividades lectivas] ”, este sem qualquer resultado, em Dezembro do mesmo ano recebem a intimação “para entregar o collegio ao ministerio da guerra”, para este servir de apoio às tropas liberais.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> XAVIER, João. (1994). *O Edifício da Faculdade de Ciências. A Evolução de um projecto*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.

<sup>49</sup> Faculdade de Ciências in *Os edifícios da Universidade do Porto: Projectos*. Porto, Universidade, 1987, pp.18-19

<sup>50</sup> Também designado por “subsídio literário” que constava do pagamento anual de um real por cada meio litro de vinho vendido do mês de Julho ao mês de Novembro na cidade do Porto e em todos os locais onde a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro tinha o exclusivo da venda do vinho maduro.

<sup>51</sup> GUEDES, Pde Baltazar (1951). *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de N. S.<sup>a</sup> da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que a fundação dele sucedeu*. Imprensa Portuguesa. Câmara Municipal do Porto, pp.353 a 366.

Com o fim da guerra, foi necessário iniciar profundas obras de recuperação. Como já referido, as aulas tiveram lugar na residência do Visconde de Balsemão (ver Anexo I, Ilustração 18 e 19), na Praça de Carlos Alberto, a título provisório. Tratava-se de uma casa apalaçada onde actualmente é ocupada por Serviços da Câmara Municipal.

A construção voltara a ser interrompida em 1834. Na altura já existia parte da ala sul, a fachada virada a norte e o respectivo piso térreo e havia-se iniciado a construção da fachada poente.

Todavia três anos mais tarde, a Academia Real da Marinha e Comércio fora substituída pela Academia Politécnica. Com toda a reestruturação no ensino deram conta que o espaço era insuficiente para responder positivamente às necessidades. Foi por essa razão que anos depois se procedeu à transferência do Colégio dos Meninos Órfãos para outro local e se criou uma Comissão responsável por traçar um projecto que possibilitasse a reunião de todos os estabelecimentos científicos, literários e artísticos da cidade neste único espaço.

Em 1862, era apresentado um novo projecto, pelo Prof. Gustavo Gonçalves de Sousa neste era incluído uma Biblioteca, uma Escola Industrial, a Academia das Belas Artes e da Academia Politécnica no edifício desta. Sendo que a Academia ficava na ala norte e numa parte das alas nascente e poente. O mais interessante é que este novo projecto propunha a continuidade, no exterior, do traçado do Engenheiro Carlos Amarante.

Outro projecto surgia no ano de 1889, desta vez pela mão do Engenheiro António Ferreira de Araújo e Silva, porém desta vez o projecto incluiria a Escola Médico-Cirúrgica. Foi nesta altura que se fixaram os traços arquitectónicos que chegaram aos nossos dias. As diferenças relativamente aos projectos anteriores encontram-se, essencialmente, no interior do edifício: pátios grandes e pouco proveitosos, no dizer de alguns.

O ritmo das obras era irregular e incerto, devido não só a “*problemas financeiros*” mas também à dificuldade de adaptação do edifício às suas funções, conjugando conforto e funcionalidade que iam surgindo ao longo da construção, por isso,

*“Sua Magestade El-Rei, considerando que, depois da Portaria de 25 de Agosto de 1898 e da de 17 de Agosto de 1900, que mandou ao director das obras publicas do districto do Porto proceder à conclusão do edifício da Academia Polytechnica d’aquella cidade, os estudos (...) teem sido modificados (...) há por bem nomear uma commissão composta do Dr. Francisco Gomes Teixeira, director da Academia Polytechnica (...), para propor o que julgar mais conveniente, de forma que (...) fique o melhor instalada possível no edificio em construção.”*<sup>52</sup>

Nos finais do século XIX, as obras sofrem progressos significativos, devido à aceleração do processo de expropriação das lojas existentes no piso térreo e das casas mais adjacentes da Academia.

*“Hei por bem declarar, nos termos da carta de lei de 11 de Maio de 1872 e na forma das plantas que com este decreto baixam competentemente autenticadas, de utilidade pública urgente para as obras dos arruamentos adjacentes ao edifício da Academia Poletechnica do Porto a expropriação, requerida pela competente Câmara Municipal, dos seguintes prédios no Campo dos Martyres da Pátria (...)”*<sup>53</sup>.

Quando foi criada a Faculdade de Ciências, em 1911, embora a matriz organizacional fosse comum às das suas iguais portuguesas, apresentava, porém, a especificidade de também ser, uma Escola de Engenharia, cursos já ministrados na antiga Academia Politécnica.

<sup>52</sup> Ministério do Reino. Direcção Geral da Instrução Pública. 4ª Repartição - Portaria de 2 de Maio de 1903. *Diário do Governo*. Lisboa. 97 (4 de Maio de 1903)

<sup>53</sup> Decreto de 12 de Maio de 1911

Pelo Decreto n.º 226 de 30 de Junho de 1914 foram fixados os estabelecimentos anexos à Faculdade de Ciências sendo eles: o Observatório, situado inicialmente na Serra do Pilar sendo que em 1948 um novo observatório fora construído e sua localização escolhida pelo Prof. Ruy Luis Gomes, o Monte da Virgem em Vila Nova de Gaia; o Laboratório de Física, existente desde 1911 no edifício principal da Academia Politécnica, o seu fruto é reconhecido na década de 70 aquando a Direcção do Prof. Moreira de Araújo; o Laboratório de Química, com os seus primórdios datados de 1894. Em 1922 é-lhe atribuído o nome de Laboratório Ferreira da Silva, é como sabemos uma herança da Academia e em 1926 torna-se de uso exclusivo da Faculdade; O Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, é fundado em 1921, porém o seu nome ocorre no ano de 1935. Nos seus primórdios a ideia seria este ser construído Anexo I à Faculdade de Ciências no Jardim dos Cordoeiros, no entanto nem este nem o Palácio de Cristal haviam provado ter condições para construir tal espaço, foi então que no ano de 1952 se conseguiu a Quinta dos Andresen, sita no Campo Alegre, criando um Jardim Botânico. Este espaço foi então dividido e partilhado com as instalações desportivas do Centro Universitário. A construção da Ponte da Arrábida trouxera cortes significativos ao jardim que foi compensado, pelo Governo, cedera a Quinta Burmester (ver Anexo I, Ilustração 49), a qual mais tarde fora também dividida entre o Jardim Botânico e a Faculdade de Letras; o Instituto de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre criado no mesmo ano que o Instituto de Botânica. A sua designação deve-se ao fundador do Museu de Zoologia Marítima, que começara em 1890 sendo só em 1916 oficialmente inaugurado. Este nasceu para responder ao estatuto universitário que achava que devia haver, anexo à Faculdade de Ciências um “*estabelecimento de Zoologia Marítima*”, em 1927 seria inaugurada a Estação de Zoologia Marítima, aberto ao público que viria a encerrar por motivos de ordem financeira em 1956; o Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, seu primeiro lente, em 1912, acompanhava o Instituto de Investigação e o Museu. A sua sede foi a Faculdade de Ciências, tal como foi sede da agremiação que lhe deu importância, a “*Revista da*

*Sociedade Portuguesa de Antropologia*” criada em 1918; o Instituto Geofísico tem como sede o antigo observatório D. Amélia, na Serra do Pilar, edifício que fora fundado em 1883 e na altura anexado à Academia Politécnica (em 1901) e mais tarde, em 1911, à Faculdade de Ciências. Desde 1946 que colabora com o Serviço Meteorológico Nacional; e o Laboratório Mineralógico e Geológico, este compreende vários Museus, sendo eles, o Museu Wenceslau de Lima, o de Mineralogia Geral e o de Mineralogia Portuguesa – “Colecção Castro Portugal” entre outros. Entre os anos de 1936 e 1946 houve uma enorme atenção para o seu trabalho, actualmente serve de apoio à investigação e actividades docentes da Universidade.

A Faculdade de Ciências instalou-se no edifício anteriormente ocupado pela Academia Politécnica, mas os espaços de que dispôs caracterizaram-se desde muito cedo pela insuficiência. Segundo as actas do Senado é por este motivo, que a Faculdade prontamente insistiu na saída do Instituto Industrial e Comercial para, entre outros propósitos, instalar convenientemente os seus laboratórios<sup>54</sup>.

Em 1919, é pedido um empréstimo com vista à construção de um novo edifício que albergaria o Museu, a Estação e o laboratório de Zoologia. E a 5 de Março de 1934, os membros do Senado aprovaram, por unanimidade, uma proposta posteriormente apresentada à Câmara Municipal do Porto, pelo vogal Dr. Pires de Lima. E que consistia na reforma do Jardim do Palácio de Cristal em Jardim Botânico e na instalação dos museus de História Natural nesse espaço urbano. Porém três anos mais tarde, em 1937, o mesmo vogal do Senado, entendera ser mais indicado declarar ao Governo a importância da compra da quinta da família Andresen para nela instalar o Jardim Botânico, o Observador Astronómico e um campo de jogos (Centro Universitário)<sup>55</sup>. Um mês mais tarde, o Reitor faz chegar ao Ministro da Educação Nacional um ofício pedindo “a aquisição da Quinta Grande de “Salabert”, na Rua do Campo Alegre, nº757 a

---

<sup>54</sup> Sessão de 11 de Novembro de 1911 in *Actas do Senado da Universidade do Porto*, Livro 1, fl. 3-5.

<sup>55</sup> *Actas do Senado da Universidade do Porto*, Livro 2, fl. 71

771, desta cidade, a qual se destinaria a Jardim Botânico e à instalação de Museus, de campos de jogos e de cultura física da mocidade Universitária”<sup>56</sup>. O pedido fora aceite tendo direito a visita do próprio Director Geral do Instituto de Alta Cultura. Porém a pequenez das áreas ocupadas era desconcertante.

A 6 de Julho de 1943, Professor Américo Pires de Lima, Director da Faculdade de Ciências, dirigiu ao Reitor um ofício onde mostra a sua preocupação com a falta de capacidade das instalações para responder às necessidades. Diz o seguinte:

*“ Conhece V. Ex.<sup>a</sup> muito bem as deficiências com que se debate esta Faculdade no que respeita a instalações. O edifício, grandioso e, aparentemente, com grande capacidade, era suficiente para quando a frequência não ia além de trezentos alunos. Com mais de novecentos que agora a frequentam, tornou-se nitidamente insuficiente. (...)”*<sup>57</sup>

A falta de espaço significava não só falhas nas instalações, como na distribuição dos serviços pelas escassas áreas disponíveis, afectando a comunicação com o exterior.

No dia 29 de Outubro de 1953, fora enviado ao Reitor da Universidade do Porto, pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte, cópias da correspondência que havia feito chegar à sua Direcção-Geral. Tomara-se assim conhecimento das intenções do Ministro das Obras Publicas em realojamento e a redistribuição de alguns serviços universitários, nomeadamente a mudança da Faculdade de Medicina para o novo Hospital Escolar do Porto (ver Anexo I, Ilustração 39 e 40). Assim, os Museus e os Institutos de Zoologia, de Geologia e de Antropologia poderiam ser transferidos para o edifício que a Faculdade de

---

<sup>56</sup> Ofício escrito do Reitor da Universidade do Porto ao Ministro da Educação Nacional a 6 de Abril de 1946. In *Projectos de Obras*, caixa 3.022, Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto.

<sup>57</sup> Ofício dirigido ao Reitor da Universidade do Porto pelo Director da Faculdade de Ciências a 6 de Julho de 1943. In *Processos de Correspondência*, caixa 177, Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto.

Medicina deixaria disponível, ficando assim a Faculdade de Ciências apta para readaptar e reinstalar os serviços da Reitoria e dos Institutos de Matemática, Física e Química.

Apenas um senão, a mudança dos Museus era matéria de complexidade declarada. Como referido nos documentos de Projectos de Obra, “(...) *a transferência dos Museus instalados no edifício da Faculdade de Ciências, e nomeadamente do Museu de Zoologia, que preenche a maior e a melhor parte da ala sul do edifício, e tem um pé direito que abrange o do andar nobre e o do 4º pavimento (e último) do edifício, é um problema há muito em debate e para o qual ainda se não encontrou solução razoável.*”<sup>58</sup>

No caso particular do Museu de Zoologia, esta mudança não só seria difícil como se revelaria muito dispendiosa. Estas razões levaram a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte a sugerir que “*se refundisse o actual carácter do Museu.*”<sup>59</sup> Ao que se responde que “*a superfície deste Museu é de 35m x 11m = 385m<sup>2</sup>, e tem de altura perto de 10m. E não há espaços desaproveitados. Pelo contrário, há exemplares exposto que de tal modo se comprimem, que o seu exame pelos estudiosos, curiosos ou entendidos se nos afigura, pelo menos para certas espécies, tarefa seriamente embaraçosa.*”

Veio agravar a situação o forte aumento de matrículas nas décadas de 50 e 60. Fazendo com que o Conselho Académico propusesse, ao Ministério a ocupação imediata do antigo edifício da Faculdade de Medicina, que entretanto também albergara a restaurada Faculdade de Letras. A reforma de 1965 não viera ajudar, pois ao aumentar o número de cadeiras, aumentada a necessidade de mais e maiores “*instalações propriamente universitárias*”.

Em 1974, mas propriamente no dia 20 de Abril, deflagrara um incêndio no Edifício da antiga Academia Politécnica (ver Anexo I, Ilustração 68). Segundo

---

<sup>58</sup> *Projectos de Obras*, caixa 3.022, Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto.

<sup>59</sup> *Idem.*

peritos e pelo estado de destruição, pensa-se que este terá começado no Salão Nobre. Graças ao serviço a corporação dos Bombeiros só a ala norte forra atingida. Para além do Salão Nobre, que ficou completamente destruído - tendo-se perdido essencialmente mobiliário e um fresco de Veloso Salgado (ver Anexo I, Ilustração 69 a 71) que completava o conjunto presente na escadaria nobre, onde apesar dos estragos estas foram apenas ligeiramente atingidas –, a escadaria nobre também fora afectada, devido a derrocada da cobertura, o segundo e terceiro piso foram também arruinados, no entanto admitia-se uma reparação para o uso imediato e continuação do funcionamento dos serviços. É de focar que entre os estragos causados contam-se os dos arquivos da Reitoria da Universidade e os da Faculdade de Ciências, tal como a Biblioteca da Faculdade de Economia que, numa primeira análise, se admite como destruídos ou seriamente corroídos. É imediatamente iniciado um plano de obras de recuperação. Apesar da necessidade de funcionamento e de acomodação das aulas, o Conselho optou por não desocupar as suas instalações caso ficassem garantidas a execução das medidas de emergência enunciadas. A concretização dessas medidas fora o necessário para que as aulas retomassem em três dias. Todavia mais obras seriam precisas, principalmente de reconstrução. O processo era moroso e no momento os serviços técnicos das Construções Escolares encontravam-se assoberbados de trabalho. Estes motivos juntos facilitaram o deferimento da sugestão feita pela Universidade ao Ministério de atribuir a realização do projecto ao Arquitecto Joaquim Marques de Araújo, “(...) *pessoa conhecedora do edifício e que se reputa capaz de bem desempenhar a missão em causa que, no caso do salão nobre, é delicada*” e o trabalho de oficina a “*técnicos estranhos*”<sup>60</sup>, *aptos neste tipo de obras, que não são as correntes*”<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Neste caso seria a “Oficina de escultura decorativa Domingos Enes Baganha, sita à Rua do Rosário, no Porto, e especializada em “Decorações, (...), Motivos decorativos (...) Estafe (...) e Construções Civis”. Esta oficina apresentava a suprema vantagem de possuir a quase totalidade dos modelos das ornamentações dos tectos e paredes, pois o seu fornecimento e assentamento haviam sido realizados pelo pai do então dono, o falecido António Enes Baganha, fundador da casa.

Segundo a Oficina de escultura decorativa Domingos Enes Baganha:

*“Estes tectos serão feitos em estafe reforçado de n/ fabrico e os seus diferentes planos nos movimentos dos seus moldurados serão igualmente em estafe amarrado a arame de cobre com linhadas de gesso a fim de manter, além de uma grande leveza, uma maior estabilidade. (...) As paredes do Salão serão totalmente refeitas de novo a partir do seu reboco, sendo feito todo a sei apainelamento que compreende pilastras com embasamento e capiteis, lambrim e caixilhos em emoldurados para encaixe de futuras telas. (...) Os apainelados das paredes da escada principal a meu vez estão em bom estado, prevendo portanto unicamente o seu restauro (...)”*<sup>62</sup>

No ano de 1978 as obras ainda não estavam concluídas, e por necessidade a Faculdade via-se dispersa pela cidade. Parte dos serviços da Reitoria encontravam-se no antigo Quartel da Torre da Marca (ver Anexo I, Ilustração 72 e 73), na Rua D. Manuel II, desde 1976, a Faculdade ocupava parte do edifício da antiga Escola Médica, e um prédio na Rua das Taipas, para além do Jardim Botânico estava na Quina do Campo Alegre. A Estação de Zoologia Marítima estava na Foz do Douro, o Observatório no Monte da Virgem e o Instituto Geofísico na Serra do Pilar. Em 1977<sup>63</sup>, o Relatório do Grupo Coordenador das Instalações Universitárias defendia a transferência de todos os Departamentos para um *“local a designar no Pólo 3”*. Ficando apenas os Museus e a Biblioteca, com os serviços de conservação e manutenção, no edifício do Carmo.

O espaço escasseava, mesmo com a desocupação das alas utilizadas pela Faculdade de Economia, e a diminuição da frequência de alunos, com a passagem dos dois primeiros anos das licenciaturas em Engenharia para a

---

<sup>61</sup> Direcção das Construções Escolares do Norte – *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: Relatório sobre o incêndio ocorrido em 20/4/74 e documentação fotográfica*. In *Projecto de Obras*, pasta 796 – Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto.

<sup>62</sup> *Idem*.

<sup>63</sup> Despacho nº 18/77, de 22 de Junho de 1977.

Faculdade de Engenharia, na Rua dos Bragas o espaço respondia positivamente às necessidades. No Relatório relata mais uma vez a situação:

*“O edifício tem uma área total de implantação de 5.133m<sup>2</sup> à qual se devem subtrair 711m<sup>2</sup> de pátios interiores. Trata-se de um edifício antigo, totalmente inadaptado a uma Faculdade (...) As dificuldades devido à falta de espaço são acrescidas pelo facto de uma parte substancial da área ser ocupada com os museus dos Institutos e com a Biblioteca Geral e Salão Nobre.”*<sup>64</sup>

A ampliação dos edifícios no centro da cidade era impossível. A Universidade dera então início à expansão para o Pólo 3. A Faculdade de Ciência transferia-se assim, durante o ano lectivo de 1996/97, para as suas novas instalações, no Campo Alegre, projectadas pelo Arquitecto José Carlos Louceiro contando com uma área de cerca de 50,000m<sup>2</sup>.

No edifício do Carmo permanecem o Museu de História Natural, o Museu da Ciência e o Fundo Bibliográfico Antigo da Biblioteca da Faculdade de Ciências<sup>65</sup> e desde 2007 a totalidade dos serviços da Reitoria da Universidade do Porto, depois de trinta anos sedeada na Rua D. Manuel II.

---

<sup>64</sup> COSTA, Alexandre Alves. (1990). *A Construção dos Espaços Universitários do Porto*. Boletim – Universidade do Porto. Porto 2/3 (Nov./Dez. 1990).

<sup>65</sup> CARDOSO, António Silva – *Evolução das Edificações da Universidade do Porto*. U.Porto: Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto. Porto 19 (Março, 2006).

### *1.3. Movimento Associativo no Ensino Superior Portuense*

O movimento associativo surgiu logo no mesmo ano do nascimento da Universidade do Porto (Dezembro de 1911), com a Associação de Estudantes do Porto, fundada pelo Engenheiro Pedro Alcântara de Andrade Morais, com o objectivo de defender a classe académica e promover a integração social e cultural. As primeiras eleições deram-se a 10 de Maio de 1911. A Associação estava sediada no nº 92 da Praça de Carlos Alberto, o edifício possuía um salão de festas, uma biblioteca, uma sala de leitura, uma de jogos, a secretaria e um bufete. Ser sócio tinha algumas regalias, como por exemplo um desconto de 50% em medicação, em transportes ferroviários e até em salas de espectáculos.

Depois de alguns problemas, nomeadamente o aumento de propinas, logo no ano seguinte à sua fundação, estava aí a oportunidade de defender e empregar os seus estatutos.

É por esta altura também que outras agremiações (re)nascem, tais como, a Associação dos Estudantes da Escola Normal, o Clube Recreativo Académico, a Associação Filantrópica dos Estudantes de Medicina do Porto, a Tuna Académica e o Orpheon Académico. Sem recursos, apoios, nem reconhecimento oficial a existência de algumas destas associações estavam condenadas.

Em 1918, surge de um aluno finalista do Liceu Alexandre Herculano, José Bonifácio da Costa, a ideia de uma Federação. A adesão, das Escolas de Ensino Superior e as Associações estudantis existentes, foi geral e imediata. Foram elaborados os estatutos e nomeada a Junta Directiva da Federação Académica do Porto. Esta Federação contava com diversas secções, desde de Imprensa, à de Educação Física, à de Arte e de Beneficência.

Porém em Outubro de 1918/19, o grande impulsionador muda-se para Coimbra para realizar o seu curso, não havendo sucessor à altura, a colectividade dissociou. No entanto em 1924/25 recria-se a Associação dos Estudantes do

Porto, com à ajuda e vontade do Orpheon Académico e da Tuna, os quais se apoiavam administrativamente.

Seguiu-se um período de paragem associativa, acompanhada do Decreto de 24 de Novembro de 1932 em que extinguiu todas as agremiações académicas. Tal decisão acontece durante parte de um período fascista, de manipulação e controlo político do movimento pelo regime.

Apesar da Universidade do Porto ter gerado uma onda associativa. A sua origem porém, do que há registo, data dos meados de Oitocentos, falava-se de um Teatro Académico que existira por volta do ano de 1851. Outro exemplo é a *Aliança Académica* fundada em 1875. E em 1909 a já referida *Associação Filantrópica dos Estudantes da Medicina do Porto*, que viviam do voluntariado dos docentes e das récitas, das quais estes alunos parecem ter sido pioneiros, podendo ajudar os colegas mais desfavorecidos, como por exemplo, a pagar propinas.

Ainda podemos referir o Teatro Universitário do Porto que fora inaugurado a 13 de Dezembro de 1948 por um grupo de estudantes da Universidade do Porto sob a direcção de um professor da Faculdade de Medicina, o Doutor Hernâni Monteiro. Ligando mais uma vez os alunos e docentes de Medicinas às récitas e ao teatro.

Podemos também incluir nesta categoria a imprensa estudantil, *O Rebate* (1880), *O Universidade*, e os avulsos *A Luz*, *Capa e Batina*, *A Alma*, *O Lusitano*, *A Rapaziada*, *Iris*, *O Morcego*, *A Vanguarda*, entre infinitos outros. Páginas onde imprimiam as suas ideias políticas, literárias, os seus ideais e aspirações ou simplesmente assuntos do interesse pedagógico, de como são exemplo *O Azorrague* e *A Garrocha*.

Contudo não podemos esquecer de um em especial, *O Porto Académico*. Órgão da supracitada Associação Académica do Porto e fruto do trabalho e ideias de dez estudantes. Porém sabemos quem é considerado seu fundador. António

dos Santos Nobre, de seu nome verdadeiro António Gonçalves dos Santos, filho do Colégio dos Órfãos. Este jornal teve a sua primeira edição datada de 6 de Novembro de 1922 todavia a sua edição regular findaria anos depois, em 1927. No entanto dois números comemorativos foram impressos após o seu fecho, no ano de 1937, aquando o Centenário da Academia Politécnica e em 1962, aquando as Comemorações dos cinquenta anos da Fundação da Universidade e do Orfeão Académico. Actualmente existe o *Jornal Universitário do Porto* (JUP) e possivelmente a (re)fundação do marcante jornal *Porto Académico*.

Por fim a música e a etnografia representadas ainda hoje pelo Orfeão Universitário do Porto.

**II CAPÍTULO**  
**O ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO**

## 2.1. Fundação de um Orpheon Académico no Porto

À porta da Faculdade de Ciências, no seio de um pequeno grupo de Estudantes entusiastas, cônscios da necessidade de completar a acção formativa que deve ter uma Universidade é divulgada a iniciativa da criação de um *Orpheon Académico*, à semelhança de Coimbra. Eram assim convocados todos os alunos das Faculdades, das Escolas, Institutos e Liceus do Porto para uma reunião que se daria na nave central do Palácio de Cristal no dia 6 de Março de 1912. Transcrevo uma notícia publicada no *Jornal do Orfeão* em Abril de 1957 onde o Engenheiro Mário Pacheco narra o momento da concepção do *Orpheon Académico no Porto*, desde a ideia aos actos, explicando como tudo começou.

*“Estávamos em fins de Fevereiro de 1912. Um grupo de rapazes, à porta principal da Faculdade de Ciências, aguardando a entrada nas aulas (...) lembro que um dos temas da desocupada tagarelice foi o êxito notabilíssimo da tarde do Palácio em que o Orfeão Académico de Coimbra se apresentou pela primeira vez no Porto.”*<sup>66</sup>

Foi neste momento, com esta visita e devido sucesso, que a inquietação começou a pairar na cabeça destes estudantes portuenses. Perguntavam-se constantemente porquê que o Porto não se organizava e criava um *agrupamento idêntico* (ver Anexo I, Ilustração 74 e 75).

Foi então que O *Jornal de Notícias* do dia 7 de Março publicou, com título de destaque, a seguinte notícia:

*“UMA BELLA INICIATIVA:*

*Funda-se no Porto um Orpheon Académico.*

*Guiados pelos admiráveis sentimentos artísticos que de há muito se tem manifestado na Academia de Coimbra e ultimamente na de Lisboa, os*

---

<sup>66</sup> PACHECO, Eng. Mário Pacheco. *Uma História Breve*. Número Único Comemorativo do 45º aniversário da Fundação do Orfeão Académico e 20º do Orfeão Universitário do Porto, Abril de 1957.

*estudantes das escolas de ensino superior desta cidade resolveram organizar um orpheon exclusivamente académico, com o fim altamente sympathico de interpretar a canção portuguesa.*

*Para isso reuniram-se hontem na Nave Central do Palácio de Crystal, pelas 4 horas da tarde grande número de alunos da Escola Médica, Universidade, Institutos e Lyceus que se inscreveram como sócios do novo Orpheon.*

*Presidiu um dos membros da comissão organizadora que expoz os fins da reunião, em seguida ao que fez a apresentação do Snr. Fernando Moutinho, o já consagrado compositor portuense, que foi acolhido com uma prolongada salva de palmas, manifestação esta que orador disse ser das mais justas porque o compositor é um dos mais competentes para realizar com êxito a obra que se estava iniciando (...).“*

E assim, na noite de 1 de Junho de 1912, em plena época teatral, o Orfeão Universitário do Porto, sob a direcção de Fernando Moutinho, apresentava a “Festa da Canção Portuguesa” organizada a propósito da Companhia Teatral que nessa altura se encontrava no Teatro Sá da Bandeira (ver Anexo I, Ilustração 76).

Gratos ao seu primeiro Director Artístico a quem dedicavam uma admiração sem reservas.

*“Fernando Moutinho compreendia, porém, que para maior homogeneidade do Orfeão a Direcção deveria possivelmente, ser entregue a um artista idóneo integrado no próprio meio; e assim foi que, por unanimidade de vozes, a Direcção Artística do jóvem agrupamento passou às mãos de Futuro Barroso, artista de mérito reconhecido, aluno do Instituto Industrial.<sup>67</sup>”*

---

<sup>67</sup> Idem.

2.1.1. *Fundação e ideologias*

*“À Academia era solicitada a dar a sua adesão e todos os que desejassem fazê-lo inscrever-se-iam na Papelaria Industrial ao Largo do Carmo. (...) Havia nessa altura inscritos cerca de 200 candidatos e os primeiros trabalhos de selecção realizar-se-iam na antiga sala de concertos do Orpheon Portuense à Rua do Laranjal, uma típica artéria do velho Porto, que ligava a Trindade com a Praça Nova.*

*A sugestão de canção portuguesa não sendo inédita, considerava-se oportuna, dado o interesse público pelo movimento levado a efeito por Alexandre de Azevedo, Simões Coelho, Aura Abranches e outros, nos «fins de festa» incluídos nos programas de «Grand-Guignol» então no Sá da Bandeira. (...) Lançar-se-ia um apelo vibrante aos nossos poetas e compositores para que fosse iniciado um verdadeiro período de renovada valorização da Canção Portuguesa, cultivando as espontâneas maravilhas que a alma do povo soube criar ou, exaltando a beleza dos seus temas preferidos em ritmos de nova erudição.”<sup>68</sup>*

Coincidente com os primeiros ensaios, o Orfeão impulsiona algumas conferências, como a do Dr. Jaime Cortesão, realiza em Maio de 1912, na sala de ensaio do Orfeão, intitulada “*A importância social da arte*”, seguindo-se uma outra da responsabilidade do Dr. Leonardo Coimbra, dando a ver que assim colabora na obra artístico-cultural que o OAP se propunha levar a cabo.

*“Os «magos» da «Renascença Portuguesa» logo vieram com o seu apoio; outros os secundariam com acolhedora simpatia e prestante colaboração. (...) Teixeira de Pascoais e Leonardo Coimbra estavam presentes à interessantíssima palestra que Jaime Cortesão, no salão do Laranjal, dedicou aos novos agremiados exaltando-os a prosseguirem*

---

<sup>68</sup> Idem.

*no programa traçado. Oscar da Silva, Viana da Mota, Tomaz Borba, Rey Colaço, Ernesto Maia, Carlos Dubini, Freitas Branco, Luiz Felgueiras, Ernani Torres, Moreira de Sá, Artur Ferreira, Calderon, Augusto Machado, seriam naturalmente solicitados pelo mesmo interesse em prol do pretendido ressurgimento artístico.”<sup>69</sup>*

Este ideal já estava presente desde o exacto momento de nascimento deste Grémio Académico, como poderemos comprovar com esta transcrição do documento de fundação deste organismo, assinado pelo à data Director Artístico, o compositor Fernando Moutinho,

*“(...) [a] confiança que todos em mim depositaram para determinar a orientação artística a seguir, para desenvolver o culto e gosto pela musica portuguesa, tal característica e inconfundível, propus e a minha proposta foi acolhida com verdadeiro entusiasmo, que sollicitassemos dos novos poetas versos seus que, confiados aos novos compositores, para sobre elles bordarem as mais inspiradas melodias, viriam dar-nos precioso material para a organização de programmas de concertos com elementos (...) muito portuguesas, muito bellas e muito dignas de serem mais tarde apresentadas em publico, no estrageiro, com a certeza de produzirem completa sensação. Cultivar só a nossa musica com versos de poetas portugueses é a minha ideia e julgo assim prestar, dentro das minhas débeis forças, algum serviço às bellas artes portuguesas. (...)”<sup>70</sup>*

Com as ideologias e objectivos delineados, o próximo passo para a estreia eram os ensaios. *“(...) o orfeão contava [já] com cerca de 150 executantes prontos para os primeiros trabalhos. Os ensaios parciais eram dirigidos por Mário Lopes (primeiros tenores), Fausto Campos (segundos tenores), Avelino Moreira Padrão (barítonos) e Norberto Calado (baixos).”*

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Carta enviada por Fernando Moutinho a vários compositores como, Joaquim Viana da Motta, João Arroyo, Oscar da Silva, Rey Colaço, Moreira de Sá, Luíz Costa, Raymundo Arthur Ferreira, Ernesto Maia, Fillipe Duarte, Luiz Felgueiras, Thomas Borba, C. Calderon, Augusto Machado e Ernani Torres.

Os ensaios, a pedido do Director Artístico realizar-se-iam todos os dias dos próximos dois meses. Como diz na carta redigida pelo mesmo e dirigida aos Orfeonistas.

*“É uma glória para todos os Senhores Orpheonistas o apparecerem em público dentro de dois mezes, embora com um programma pequeno, mas perfeito e primorosamente interpretado. (...) Pode-se conseguir, mas só com vontade de ferro, de um por um e portanto, lhes peço encarecidamente e como amigo de todos, pela altíssima honra que me conferiram de me escolherem para seu director artístico, para: Nunca faltarem aos ensaios, nem parciais nem totaes. (...) Crearem em si próprios esta força de vontade nata em todo o homem que se preza e é intelligente – quero – e querer é poder.”*

A noite da estreia chegara. A dia 1 de Junho de 1912 (ver Anexo I, Ilustração 76) apresentava-se, pela primeira vez em público, o resultado do esforço de intensos meses, na Festa da Canção Portuguesa, no Teatro Sá da Bandeira, com um programa pequeno mas de difícil interpretação constituído pelo *Canto Académico* de João Arroio, *Quadras Soltas* de Fernando Moutinho e *Cantiga do Cavador* de Óscar da Silva. O sucesso e as homenagens que seguiram esta noite foram lembradas por Rebelo Bonito, *“Fernando Moutinho fora presenteado pelos 150 componentes do coral com uma batuta artisticamente trabalhada, e a Direcção do Orfeão do Porto<sup>71</sup> oferecera-lhe, por sua vez, pela mão do maestro Raul Casimiro, uma palma adornada de fitas e flores. Abraçado e muito felicitado fora também o académico Mário Pacheco, que assim vira exaltada a sua obra e recompensadas todas as lutas e canseiras para fundar o Orfeão (...). E assim começa a história do Orfeão Académico do Porto.”<sup>72</sup>*

<sup>71</sup> À sua direcção pertenciam Augusto Barata da Rocha, Joaquim da Cunha Cardoso Júnior e Francisco Augusto de Sousa Sanches.

<sup>72</sup> BONITO, Rebelo. *Vida Académica do Porto, Do Orfeão Académico ao Orfeão Universitário (1912-1937)*. O Tripeiro. Porto, Março de 1962.

As suas actividades retomaram, a 9 de Março de 1913 (ver Anexo I, Ilustração 77) já com o Engenheiro Futuro Barroso como Director artístico, numa *matinée* em benefício do Fundo para as Escolas Gratuitas do Porto realizada no Palácio de Cristal, cantando exclusivamente versos dos nossos melhores poetas, com música de compositores portugueses dando seguimento às suas ideologias fundadoras.

Seguiram-se anos de silêncio e outros e estrondosa actividade e sucesso. Digressões e récitas foram dadas por toda a Península Ibérica, divulgando os artistas portugueses. Resultando desse trabalho dá-se, em 1928, a aglutinação de dois organismos parceiros desde os seus primórdios, Tuna e Orfeão apresentam-se sob o nome: *Tuna e Orpheon Académico do Porto*, tornando-se num grupo de referência e quase que “(...) *um elemento decorativo da cidade, um cartão de visita e de entrada onde quer que se apresentasse!*”<sup>73</sup>

Ao longo das duas primeiras décadas cantaram outros êxitos portugueses, como o *Toque das Avé Marias* de Fernando Moutinho, a *Canção do Vento* de autor anónimo, duas *Rapsódias* de Modesto Osório, *Lágrima* com versos de Guerra Junqueiro de também autor anónimo, *Zé P'reira* de A. Leça, *Morena* de João Arroio, *Balada Aldeã* de Modesto Osório e *Desgarradas* de Ernesto Maia, entre outras de compositores que atenderam ao especial pedido de Fernando Moutinho, o grande impulsionador desta obra.

Na opinião de muitos, “ *O Orfeão Académico não é apenas um conjunto musical cujos elementos são estudantes. Sômos um pouco mais – sômos o único vestígio da alma académica da nossa Universidade, sômos uma família unida e orgulhosa do seu nome. Além disso somos um centro de cultura, uma escola de camaradagem. Somos um exemplo a seguir por todos aqueles que prezam e têm orgulho de estudar na Universidade do Porto.*”<sup>74</sup>

<sup>73</sup> PAES, José Dórcio Rebocho. Excerto da carta enviada ao OUP, a 10 de Julho de 1959. Jornal do Orfeão, Ano II, nº 12.

<sup>74</sup> ...as antigas tradições académicas in *O Comércio do Porto*, 18 de Janeiro de 1944

### 2.1.2. Reconhecimento pela Universidade

A propósito das comemorações do Centenário da fundação da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em Março de 1937, reestrutura-se o Orfeão<sup>75</sup>, agora exclusivamente constituído por alunos da Universidade do Porto. A sua designação altera-se de Orpheon Académico do Porto para Orfeão Académico da Universidade do Porto, sendo a partir dessa data uma Instituição reconhecida e oficialmente pertencente à Universidade do Porto.

*“Estávamos em Fevereiro de 1937. Tinham já chegado até nós notícias das comemorações, efectuadas e a efectuar em Lisboa e Coimbra, pela passagem do centenário da reforma das suas escolas superiores, promulgada por Passos Manuel. (...) Na tarde de segunda-feira de Carnaval, 8 de Fevereiro, um grupo de estudantes universitários reuniu-se num corredor da Faculdade de Ciências, quase à porta do Instituto de Botânica; trocaram-se nessa ocasião impressões sobre tal assunto, e tomaram-se algumas deliberações, que foram de largo alcance. (...) Entre outras, uma sugestão houvera que convém registar; a da organização de coros de estudantes para colaborarem num possível sarau.*

*(...) Para isso era conveniente consultar alguém que tivesse competência especial e, em caso afirmativo, ver se aceitaria esse encargo. (...) Procurando efectivamente o Maestro Afonso Valentim, a quem se expôs a pretensão dos estudantes, mostrou-se um tanto sensibilizado pela escolha da sua pessoa para dar esse conselho e tomar tal incumbência.*

---

<sup>75</sup> O reaparecimento do Orfeão em 1937 foi ideias dos estudantes seguintes: Tiago Ferreira (Faculdade de Medicina), Adelaide Constantino (Faculdade Médica), António Correia de Melo (Faculdade Medicina), Aureliano da Fonseca (Faculdade Medicina), Paulo Pombo (Faculdade de Engenharia), António Míguen (Faculdade Engenharia), Rolando Costa (Faculdade de Farmácia). Apresentada a ideia ao Reitor da Universidade, Prof. Doutor Pereira Salgado, em Fevereiro, não terá levado a sério do projecto, mas não o contrariou. De imediato intensamente se trabalhou para a sua apresentação no Teatro Rivoli em 14 de Abril.

*Considerou a extrema escassez de tempo, cerca de 2 meses, mas, num gesto de Artista, prontificou-se a tentar a experiência.”*<sup>76</sup>

Em escassas semanas reuniram-se, novamente, cerca de 150 vezes das quatro Faculdades na época existentes - Medicina, Ciências, Engenharia e Farmácia.

A direcção artística é então entregue, por três décadas, ao prestigiado Maestro Afonso Valentim<sup>77</sup>, tornando-se ele próprio num marco da história deste Orfeão com toda a sua dedicação, determinação e empenho.

*“Rapidamente nasceu e alastrou o entusiasmo pelas festas do centenário da criação da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.”*<sup>78</sup>

No âmbito das mesmas festividades um outro grupo renascera, *“Simultaneamente, com o Orfeão Universitário do Porto – para colaborar nas comemorações centenárias – a Tuna Universitária do Porto.”*<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> NEVES, Ângelo César Alves das. *O reaparecimento do Orfeão e da Tuna, quando da Comemoração do Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Número Único Comemorativo do 45º aniversário da Fundação do Orfeão Académico e 20º do Orfeão Universitário do Porto, Abril de 1957.

<sup>77</sup> Iniciou a sua educação musical com o Prof. Carlos Dubbini, compositor e professor de violino que elaborou na criação do Conservatório de Música do Porto. Com este Mestre se apresentou em numerosos concertos, vindo também a pertencer A Sociedade de Concertos e à Orquestra Portuense de Instrumentos de Arco. Mais tarde, é fundador, juntamente com Carlos Dubbini, Dr. Luís Cabral, Alberto Cerqueira e José Gouveia, da Sociedade de Concertos de Música de Câmara do Porto, onde actuaria até à sua extinção. Entretanto, estuda com o Prof. Rev. Xavier de Almeida e o Cónego Joaquim Pereira da Rocha, interpretação de Música Coral - Música que viria ocupar lugar decisivo na sua vida artística. Com este efeito, organiza, ao longo da sua carreira, vários Orfeões escolares, e desde 1927, por provisão do Bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, dirige o *Grupo Musical de Santa Cecília*, onde desenvolveu notável acção. Nomeado Bolseiro do Instituto de Alta Cultura, que lhe permitiria em Itália estudar com os grandes Maestros Franco Vittadni, Luigi Ricehi, Armando Antonelli e Rafael Casimiro; Professor do Conservatório de Música do Porto função que tão proficientemente desempenharia; regente durante catorze anos do *Orfeão Lusitano*. Em 1936, o Professor Doutor Carneiro Pacheco, então Ministro da Educação Nacional, propõe que a Afonso Valentim seja conferido o grau de oficial da Ordem de Santiago de Espanha, cujas insígnias lhe são solenemente entregues no Teatro Sá da Bandeira, pelo Magnífico Reitor José Pereira Salgado.

<sup>78</sup> NEVES, Ângelo César Alves das. *O reaparecimento do Orfeão e da Tuna, quando da Comemoração do Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Jornal do Orfeão. Porto, Abril de 1957.

<sup>79</sup> Artigo, *A Criação e a Evolução do Nosso Organismo* in Jornal do Orfeão, Abril de 1972.

Cerca de dois meses depois o Orfeão apresentara-se após alguns anos de adormecimento. Trouxera consigo novidades, uma, que iria para sempre marcar a história dos coros universitários.

O Orfeão apresentara pela primeira vez um coral universitário que incluía naipes femininos (ver Anexo I, Ilustração 78).

*Foi “na noite de 13 de Abril, no Teatro Rivoli, uma brilhante Récita de Gala, em que se apresentaram pela primeira vez os novos Orfeão e Tuna Académicos. (...) Grande expectativa. Casa cheiíssima, com a assistência do Ministro da Educação Nacional e de todas as autoridades oficiais, professores, personalidades de relevo, etc. (...) Rompem os acordes de «A Portuguesa». Palmas. Segue-se o resto do programa. Primeiro o Orfeão, depois a Tuna interpretam primorosamente os seus escolhidos e apurados repertórios, constituídos por trechos difíceis e de responsabilidade. Muitos e muitos aplausos e calorosos bravos. No final de cada parte, espectadores, orfeonistas e tunos tributam ao maestro uma demorada ovação. O Sr. Ministro, por sua vez, felicita-o efusivamente. E o espectáculo continua até a madrugada, com teatro, fados, guitarradas, tangos, canções, variedades, etc. Depois baile. Uma noite inesquecível!”<sup>80</sup>*

Ainda nesse ano, o Orfeão Académico e a Tuna (ver Anexo I, Ilustração 79) voltaram a actuar antes de se voltarem a separar administrativamente. O primeiro num festival no Palácio de Cristal, e a Tuna num Sarau Literário-musical, no Salão Nobre da Faculdade de Ciências.

---

<sup>80</sup> BONITO, Rebelo. *Vida Académica do Porto, Do Orfeão Académico ao Orfeão Universitário (1912-1937)*. O Tripeiro. Porto, Março de 1962.

É também em 1937 que se cria a Orquestra Universitária de Tangos<sup>81</sup> (ver Anexo I, Ilustração 80) e o ainda hoje hino de todos os estudantes. A Orquestra era constituída por Orfeonistas e Tunos, entre eles Aureliano da Fonseca e Paulo Pombo, Orfeonistas, Tunos, membros da Orquestra Universitária de Tangos, e autores do hino, da eterna *tango-canção* “Amores de Estudante”.

“ [Que] foi pela primeira vez tocado no Teatro de Carlos Alberto no dia 2 de Janeiro de 1938. A terminar, com frenéticas palmas, o público exigiu repetição, que levantou a plateia. Desde então, os Amores de Estudante não mais deixaram de ser tocados. Da música fez-se uma edição e, acerca delas, o Dr. Manuel Correia de Brito, em o Jornal Comércio do Porto de 11 de Julho conta a história (...)”.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> A Orquestra Universitária continua a sua actividade junto da Tuna até 1940, altura em que é reformada passando a fazer parte integrante do Orfeão Universitário do Porto (OUP) com a designação de Orquestra de Tangos do OUP.

<sup>82</sup> NEVES, Ângelo César Alves das. *O reaparecimento do Orfeão e da Tuna, quando da Comemoração do Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Jornal do Orfeão. Porto, Abril de 1957.

### 2.1.3. Amores de Estudante – a História de um Hino

No ano chave, como foi 1937, do sucesso do ressurgimento desta Instituição, em dado momento surgiu a vontade em alguns orfeonistas pertencentes a um Grupo do Orfeão, a Orquestra Universitária de Tangos, em ter *um tango-canção, canção que fosse original, nossa.*

Com a ideia a fervilhar, a música surgiu em momento feliz ao Professor Doutor Aureliano da Fonseca (ver Anexo I, Ilustração 81). E no Café Monumental, na Avenida dos Aliados, há muito desaparecido, com Paulo Pombo (ver Anexo I, Ilustração 81), a dever escrever a letra, os dois interrogaram-se sobre o que era ser estudante, o que seria ser jovem e o que era ser Tuno.

*“Ser estudante seria, apenas, aquele que estuda e porventura tem avidez de conhecimento, de sabedoria?! Querer saber não é atributo da criança como do jovem, e até do adulto espírito de juventude!*

*E ser jovem não seria ser idealista e acreditar em efémeras ilusões?! E nessas efémeras ilusões não estão os seus amores?!”<sup>83</sup>*

Assim deduzindo, naturalmente surgiu o nome *Amores de Estudante* (ver Anexo I, Ilustração 82 e 83).

A letra, de Paulo Pombo<sup>84</sup>, diz o que então pensavam e como naquele tempo estes dois orfeonistas viram: *“O tango-canção foi tocado pela primeira*

<sup>83</sup> Palavras do Professor Doutor Aureliano de Fonseca nas comemorações do 70º aniversário da AAOUP.

<sup>84</sup> Paulo Maria Pombo de Carvalho, nasceu em S. Cosmado (Armamar) em 9 de Maio de 1911. No tempo em que surgiu Amores de Estudante, já Paulo Pombo tinha a licenciatura em Matemáticas, e era professor de Matemática no Colégio Brotero (na Foz – Porto). Mantinha-se, todavia, estudante, primeiramente no curso de Engenheiro Geógrafo e depois no de Engenharia Civil, este a concluir em 1940.

(Concluído o curso do liceu do Porto, era seu desejo dedicar-se às Letras, mas porque a Faculdade de Letras tinha sido extinta, e por motivos familiares não devendo sair da cidade, decidiu-se pela licenciatura em Matemáticas. Dedicado profissionalmente ao ensino da Matemática, ensino e matéria de que muito gostava, um e outra numa unidade, como ele próprio dizia, sob visão romântica e poética. Com efeito, só na abstracção “lítica” se sentia bem, bem a ser transmitido, durante mais de 20 anos, ao microfone da então Emissora Nacional, em programas intitulados Notas quase musicais, Lojas das Curiosidades e

vez no Teatro de Carlos Alberto no dia 2 de Janeiro de 1938. Ao terminar, com frenéticas palmas, o público exigiu repetição, que levantou a plateia”<sup>85</sup>.

Desde então, os Amores de Estudante não mais deixaram de ser tocados e cantados. Na letra, conforme Paulo Pombo escreveu em 1983<sup>86</sup>, procurou-se “*simbolizar o efémero da ilusão das almas moças de estudantes mas, ao mesmo tempo, a vontade de conservar teimosamente aquele efémero...*”

Talvez estes versos tenham contribuído para tornar esta canção *Amores de Estudante*, uma espécie de hino académico, representando, para a cidade do Porto, o mesmo papel que a conhecida *Balada da Despedida* representa para os estudantes de Coimbra.

A 10 de Maio de 1987, *Quimanel* faz no Jornal *O Comércio do Porto* um comentário aos *Amores de Estudante*. Uma análise à letra da música, tentando interpretar, para além do pensar dos autores, quando idealizado o tango-canção ou canção-tango, a intenção do seu nome. Do que foi escrito pelo autor musical do hino e pelo jornalista, transcrevo o fundamental, mostrando o significado dessa música na Academia do Porto.

*“Serão mesmo passageiros os Amores de Estudante? (...) não restam dúvidas sobre a índole puramente temporária desse amor. (...) tomaremos a primeira estrofe como exemplo:*

*São como as rosas dum dia  
Os Amores de Estudante  
Que vento logo levou.  
Pétalas emurchecidas  
Deixam no ar o perfume  
Dum Sonho que se sonhou*

---

Contos Radiofónicos, abordando temas culturais e poéticos, históricos ou lendários, crónicas de figuras e feitos heróicos, coisas e loisas do vasto mundo da Música, etc.)

<sup>85</sup> Palavras de Aureliano de Fonseca nas comemorações do 70º aniversário da AAOUP.

<sup>86</sup> Nas Comemorações dos 45 anos do Tango-Canção, Amores de Estudante.

“São como as rosas dum dia” – eia a primeira referência à curta duração dos “Amores de Estudante”, transmitida pelo hino da Academia do Porto. Essa duração, ou breve demora, é ainda reforçada pelo terceiro verso, que nos dá conta, além dum óbvio final, da deslocação desse mesmo amor: “o vento logo levou”.

Há que distinguir todavia este amor. Ao contrário dos outros, o carácter provisório do amor de estudante não comporta mágoa, ressentimento. E até pelo contrário olhado com ternura. Vemos isso na utilização de nomes de flores, na comparação como as rosas e na metáfora “pétalas emurchecidas”. Tal compreende-se porque ele é sobretudo um amor platónico, à distância e perfumado, ou como no-lo diz o derradeiro verso da primeira estrofe, “um sonho que se sonhou”.

(...) a estrofe imediata alarga a duração do amor de estudante para o espaço dum verão, concedendo-lhe logo em seguida a brevidade apenas duns instantes:

*Capas negras de estudantes  
São como asas de andorinha  
Enquanto dura o verão.  
- Palpitam, sonham uns instantes,  
Aninhados nos beirais  
Do Palácio da Ilusão!*

Esta estrofe estende a mensagem da anterior e realça uma outra vez a ternura e expressão onírica do amor de estudante, consagrada na comparação das andorinhas – ave de arribação evocadora de um universo cândido – e no sintagma “palácio da ilusão”!

Assim chegamos aos conhecidos quatro primeiros versos do refrão, miolo mítico do pensamento de todo o tango e marca autêntica das vivências próprias do estudante:

*Quero  
Ficar sempre estudante  
P’ra eternizar  
a ilusão de um instante.”*

Estes versos, ao que se julga, contribuíram para fazer desta canção um hino académico. De 1961 em diante, o agasalho que todos os estudantes e público em geral lhe consentiram, fizeram dos Amores de Estudante o verdadeiro hino da Academia do Porto.

*“ Hino da Academia do Porto e filho adoptivo de muitas outras Academias e talhadas mesmo do ensino secundário, a que se alcandorou. No cerne da adopção, os já citados versos do refrão: (...)*

*Neles de facto, e através das palavras eternizar e ilusão, esta ultima filiada no amor, se colhem os frutos mais evidentes dos Amores de estudante, a não dizer apenas da brevidade de um amor terno, e efémero sobretudo da aspiração a eternizar esse mesmo amor, ou seja, passar de uma ilusão transitória a um estado de ilusão permanente.*

*A insígnia de semelhante estado é ficar sempre estudante. E não por acaso se casa a ilusão de um amor e a ilusão tão só, com a condição de ser-se estudante. Na realidade, o abandono de um qualquer grau de ensino coincide, na maior parte das vezes, com a aterragem, como dizem os brasileiros, no real, quer se evoque o trabalho, o ócio, quer a incerteza do amanhã.*

*Em vistas disto, os versos “Quero ficar sempre estudante”, condição para tornar eterna a ilusão dum estante, mistificam, pelo tempo de estudante, a Juventude, e pretendendo esta fora do fluxo do tempo insiste em permanecer naquela estação de inocência e de todos os sonhos, apartados por conseguinte da passagem para o estado adulto, tido como de perda de sensibilidade e capacidade de ilusão.*

*Da aspiração humana de eternizar a idade mítica da Juventude fala-nos o tango Amores de Estudante, o filme de Juventude Inquieta de Coppola, o romance Uma Agulha no Palheiro, de John D. Salinger. Eternizar a Juventude para tirar do mundo seus focos de infecção. Nos Amores de Estudante essa busca de eternidade – p’ra eternizar/a ilusão dum instante – apela, como podemos notar, ao íntimo, ao culto secreto baixinho dentro de mim:*

*Quero  
Ficar sempre estudante  
P’ra eternizar  
a ilusão de um instante.  
E sendo assim,  
O meu sonho de amor  
Será sempre rezado  
Baixinho dentro de mim.*

*Deixando o refrão ancorado em bom cais, o tango prossegue em nova estrofe e relembra que os Amores de Estudante “enchem a vida uns instantes”, para pouco depois estreitar de tal forma, quase os estrangular no tempo, com a afirmação de que mal se sabem se nasceram! A estrofe traja tecido poético e recorre mais uma vez à comparação, desta feita confundindo os Amores de Estudante com franjas de ondas do mar. Assim:*

*Os Amores de Estudante  
São franjas de ondas do mar  
Que os ventos logo varreram.  
Enchem a vida uns instantes,  
Logo descem, depois morrem  
Mal se sabe se nasceram.*

*O carácter passageiro dos Amores de Estudante, é evidente pela reaparição do vento e quando se diz logo descem, depois morrem. Curioso reparar na intimidade entre a ilusão e o voo, palavra*

*reveladora de afinidade com o sonho, com o sonhar, e em expressões como o “vento levou” e “deixam no ar o perfume” (primeira estrofe), “são como asas de andorinhas” (segunda estrofe), e que “os ventos logo varreram” (terceira estrofe).*

*Finalmente a conclusão dos Amores de Estudante com a parte que se segue:*

*Mocidade, oh Mocidade  
louca, ingénua, generosa  
e faminta de ilusão.*

*À boa maneira de Garrett, a estrofe caracteriza, com três adjetivos, a mocidade – louca, ingénua, generosa – e justifica, pela fome da ilusão, o sonho de se permanecer estudante. Mocidade tão louca, tão ingénua, tão generosa, conclui:*

*Que nunca sabe os motivos  
de quanto queira o capricho  
ou lhe diga o coração.*

*(...) voltamos à pergunta: serão mesmo passageiros, os Amores de Estudante? Que importa se passageiros, se duradouros, se logo descem, logo morrem, mal se sabe se nasceram? Importa, sim, que famintos de ilusão saibamos ser como as rosas dum dia, asas de andorinha, como franjas de ondas do mar, para que envoltos na emoção forte de um breve amor possamos, acompanhados do coração, celebrar o sonho íntimo dum instante e a despedida do verão. Assim loucos, assim ingénuos, assim generosos, como: aninhados nos beirais do Palácio da ilusão!”<sup>87</sup>*

O que disse apenas significa que, em boa hora, a ideia de os Amores de Estudante ultrapassou o seu tempo e as intenções que motivaram a canção.

---

<sup>87</sup> Texto explicativo escrito na integridade pelo próprio Professor Doutor Aureliano da Fonseca, ainda hoje vivo e de boa saúde, e pelo Jornalista Quimanel.

#### 2.1.4. A decisiva reforma institucional de 1942

Em 1942 o Orfeão sofre uma nova reestruturação, com ela, uma nova designação, que ainda hoje mantém, Orfeão Universitário do Porto.

*“Há 30 anos, em Abril de 1942, não havia Orfeão Universitário. A sala que lhe tinha pertencido estava ocupada pela Sociedade de Geografia, os elementos mais activos dos últimos corpos gerentes tinham, na sua maioria, concluído as suas formaturas, deixando a Universidade e o Orfeão. Com a Tuna passava-se caso idêntico. A vida académica da Universidade do Porto praticamente não existia. Impunha-se fazer alguma coisa, havia que encontrar um motivo de convívio cultural, de solidariedade Universitária e alma Académica.*

*Para satisfazer essa lacuna, alguém tomou a iniciativa de reorganizar o Orfeão Universitário, constituindo para esse fim uma primeira comissão reorganizadora. A tarefa não foi fácil e dessa primeira comissão só o seu presidente sobreviveu nos intentos, até conseguir alcançar o objectivo a que se tinha proposto. Obtida a permissão da reitoria para a reocupação da antiga sala, e esse foi o obstáculo maior, fácil foi entusiasmar na ideia outros colegas (...).*

*Os primeiros ensaios tiveram lugar em Novembro de 1942 e o primeiro espectáculo, no Rivoli, na Primavera de 1943, (...). A primeira saída foi a Aveiro, (...). A dedicação e o entusiasmo dos primeiros inscritos nesse ano célebre para a vida do Orfeão, fizeram que este nunca mais tivesse interrupção, iniciando-se assim a sua vida mais longa.”<sup>88</sup>*

Nesta altura o Orfeão era composto pelo Coro Clássico (ver Anexo I, Ilustração 84), pelo Grupo Cénico e pela Orquestra Universitária de Tangos. A

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Eng. René. 1942 – 1972. Jornal do Orfeão. Porto, Abril de 1972.

estes juntam-se oficialmente a Tuna e o grupo de Fados.

A reorganização dá-se então a nível artístico e de apresentação de espectáculo. O espectáculo do Orfeão anuncia, nesta fase, duas partes distintas: a actuação do coro, constituído pela totalidade dos orfeonistas, e um programa de variedades incluindo fado, tangos, diversas rábulas e entreactos, um habitué sustentado pelos alunos de Medicina, tal como o grupo cénico do Orfeão.

Um marco incontornável desta década foi a criação, por esta Instituição do traje académico feminino (ver Anexo I, Ilustração 84), mais uma irreverência desta juventude orfeónica, entretanto generalizado na Academia Portuense como também noutras Academias por todo o país. Como prova:

*“O Orfeão Universitário do Porto, guarda avançada da Tradição Académica no Porto, desde a sua fundação que tornou o traje académico o seu traje oficial. Cabe-lhe até, uma notável contribuição para o enriquecimento dessa tradição. Primeiramente masculino, é, depois da sua reorganização em 1937, o primeiro agrupamento coral misto que se funda no meio universitário luso. Os naipes femininos destoando a princípio, em traje, dos naipes masculinos, não tardam em afinar pelo mesmo diapasão académico.”<sup>89</sup>*

No seguimento desta reforma, em 1947, é realizada uma digressão de 150 orfeonistas, com o negro das capas e batinas, à Galiza visitando Vigo, Corunha e Santiago de Compostela. Passando pelas mais diversas salas de espectáculo da Galiza, como Teatro Garcia Barbón em Pontevedra, o Teatro Rosália de Castro na Corunha e no Teatro Principal em Santiago Compostela.

---

<sup>89</sup> POMBO, Paulo. *Orfeão Académico, Orfeão Universitário*. Jornal do Orfeão. Porto, Abril de 1972.

Ainda nesse ano vê o seu desempenho reconhecido pelo Senado Universitário através de sucessivos votos de congratulação e louvor.

*“Iniciou-se assim uma actividade a todos os títulos valiosa e que a partir de 1943 tem sido contínua e regular. Tornou-se já hábito a festa anual realizada pelo Orfeão, no Coliseu, e numerosas têm sido as digressões artísticas, dentro do país e ao estrangeiro.” Nos últimos anos não têm sido esquecidos os espectáculos de índole beneficente. Em 1946 o Orfeão colaborou num espectáculo a favor do fundo do Socorro Social; em 1948 deu uma récita em Espinho a favor da Misericórdia local; em 1949 realizou uma récita extraordinária, no Porto, a favor dos jardins-escolas «João de Deus», e outra em Viana do Castelo a favor da Creche de S. Domingos.”<sup>90</sup>*

E ainda esse ano, mais uma novidade é apresentada. Uma nova vertente seria abordada pelo Orfeão Universitário, desta vez a etnografia. Pois cria-se oficialmente o *Grupo de Bailados Regionais* (ver Anexo I, Ilustração 85), grupo onde o OUP dedica um maior interesse à divulgação do folclore nacional. Torna-se assim, no primeiro organismo universitário a apresentar números deste género.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Eng. René. 1942 – 1972. *Jornal do Orfeão*. Porto, Abril de 1972.

<sup>91</sup> ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO (2003). *Amores de Estudante*. Universidade do Porto. Porto.

### 2.1.5. O Reconhecimento Artístico

Em sinal de reconhecimento pelo seu alto nível artístico e cultural, é-lhe conferida pela Câmara Municipal, a 25 de Maio de 1950, a Medalha de Ouro de Mérito Artístico da Cidade do Porto (ver Anexo I, Ilustração 86). Ainda nesse ano apresenta-se com enorme êxito, no Coliseu do Porto em concerto de beneficência numa parceria com a Orquestra Sinfónica do Conservatório de Música do Porto. Dois anos volvidos, recebe o Diploma de Comendador da Ordem da Instrução Pública pela mão do então Presidente da República Marechal Craveiro Lopes.

O Orfeão contribui para o desenvolvimento da actividade cultural da capital nortenha nos seus mais variados aspectos. Promovendo sessões de cinema, exposições, conferências para além do seu espectáculo o qual, feito em qualquer parte do mundo é feito com uma paixão estudantil genuína resultando no já habitual sucesso, como foi o retorno a Espanha em 1953 e que relata o jornal *O Comércio do Porto*.

*“Por todos os motivos, este espectáculo atingiu um êxito invulgar, saindo grandemente prestigiada a Universidade do Porto e a Nação Portuguesa. O Senhor Embaixador de Portugal, a quem se fica devendo a realização do êxito desta viagem, teve palavras elogiosas para o Orfeão, afirmando não ser baldadamente que considerava o Porto a primeira cidade musical do país. A Nação Portuguesa, acentuou, contraiu uma dívida com o Orfeão Universitário do Porto.”* E a opinião parecia geral, *“Es posible que, cuando leáis esto, el Orfeón Académico de Oporto se encuentre ya lejos. Ya no estará Orense tan precioso; ya no estará tan alegre... Las cosas de este mundo son así. Ya lo dice la copla: Ya se van los estudiantes, cosa buena poco dura.”*<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> VEIGA, Henrique Fernandes Tomás. ...*de capa e batina*. Jornal do Orfeão. Porto, Março de 1958.

Também em 1953, por iniciativa própria, cria a sua Biblioteca e realiza o primeiro concurso fotográfico destinado a professores, assistentes e alunos das Escolas Superiores do País.

Apesar do reconhecimento até à altura obtido, o Orfeão nunca foi passivo, querendo sempre mais e melhor em tudo o que tem e faz. Fruto dessa irreverência é o nascimento de um grupo, no ano de 1954 e com notável sucesso artístico, denominado Orquestra Ligeira (ver Anexo I, Ilustração 87). *“É este sem dúvida o agrupamento benjamim do OUP. Se bem que anteriormente já tivesse havido espectáculos do Orfeão execução de números de música ligeira por um grupo de orfeonistas, somente no ano de 1954/1955 se formou, com carácter definitivo, um conjunto destinado aquele fim.”*<sup>93</sup>

E melhorando, sempre com o intuito de difundir a etnografia portuguesa, o grupo de Danças Regionais apresentava na altura um mais alargado rol de músicas, abraçando, por consequência variados tipos de danças, desde do Vira do Minho, ao Fandango, ao Batuquinho, à Gota, ao Corridinho do Algarve, ao Bailinho da Camacha, à Chula, do Malhão ao Picadinho entre muitas outras. A dança dos paus, também está aqui representada, pelos Pauliteiros de Terras de Miranda do Douro (ver Anexo I, Ilustração 88 e 89) que aparecem logo de seguida, em 1955, e são um sucesso até aos dias de hoje, sendo dos grupos com maior actividade. Surge ainda um novo momento no espectáculo orfeónico, desta vez dedicado às músicas tradicionais de um país querido, Itália e as suas canções Napolitanas.

Em 1956 efectua uma digressão a Angola e é nomeado Sócio Honorário da Casa do Distrito do Porto, de Luanda (ver Anexo I, Ilustração 90).

Em 1957 o Coro apresenta-se acompanhado por uma Orquestra de Câmara. Em Dezembro desse ano vem a público o primeiro número do Boletim do Orfeão (ver Anexo I, Ilustração 91), transformado em Jornal do Orfeão em Fevereiro de 1958, e com vasta divulgação.

---

<sup>93</sup> O Comércio do Porto. *Vêr para crer, A grande noite da Academia do Porto*, 15 de Março de 1943.

Em 1959 desloca-se em viagem artística a Moçambique. Os espectáculos do OUP incluem, para além da apresentação do Coro, as Danças Regionais, Fados e Guitarradas, Orquestra Ligeira, Orquestra de Tangos, Canções Napolitanas e diversos entreactos humorísticos.

A 1 de Março de 1959 a Orquestra Ligeira do OUP actua pela primeira vez na RTP, e alguns dias depois é o espectáculo completo do OUP, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, que também ele é transmitido pela estação televisiva nacional (ver Anexo I, Ilustração 92).

Mais um marco no reconhecimento desta instituição foi a Comenda da Ordem da Benemerência (ver Anexo I, Ilustração 93) que lhe fora atribuída entregue pelo Chefe de Estado, o Almirante Américo Tomás a 17 de Outubro em pessoa, aquando a Sessão Solene de Abertura das Aulas do ano lectivo de 1960/61. Ainda em 1961 é nomeado Sócio Honorário do Orfeão Portugal do Rio de Janeiro.

E por fim o título de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública (ver Anexo I, Ilustração 94), pelo Primeiro-Ministro da altura, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Junho de 1988.

### 2.1.6. Os anos 60 e o Ultramar

Esta importante década inicia-se com um significativo reconhecimento por parte do Chefe de Estado, Américo Tomás. Ao Orfeão é dada a Comenda da Ordem de Benemerência.

Outros acontecimentos marcantes desta década, foram as digressões ao território do Ultramar e outros continentes, bem como a Guerra Colonial Portuguesa<sup>94</sup>. Nela participaram muitos dos nossos homens. Homens que deixaram as suas famílias para partir rumo a África e combater, tal como já se passara aquando da Primeira e Segunda Grande Guerra.

A Universidade do Porto tivera uma quantidade significativa de estudantes que deixaram o seu curso para defender a sua Pátria. Deixaram na estante os livros e apontamentos e com eles os seus sonhos e aspirações. Um estudo realizado recentemente e apresentado no 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, da Universidade do Algarve, em 2006<sup>95</sup> revelou que as experiências de guerra tiveram consequências positivas e negativas, sendo que as primeiras passam pela *cooperação/trabalho de equipa; a valorização da paz; desenvolvimento de um sentido de independência, clarificação do objecto e do sentido da vida*, entre outras. E as negativas prendem-se, como seria de prever, com as *perdas irreparáveis na dimensão pessoal/social e a aquisição de vulnerabilidades pessoais e sociais*, justificando assim a pequena percentagem de alunos que reingressou no Ensino Superior, após a vivência desta experiência. Não nos podemos esquecer dos que bravamente se debateram, numa luta inglória, não mais regressando para as suas famílias. No entanto, estes homens revelaram-se determinantes para a mudança do rumo da história de Portugal, nomeadamente, conduzindo à Revolução do dia 25 de Abril de 1974.

---

<sup>94</sup> Onde entre 1958 e 1974 morreram 9.196 homens.

<sup>95</sup> SENDAS, Sandra; MAIA, Ângela da Costa e FERNANDES, Eugénia.(2006). *Guerra Colonial Portuguesa: As duas faces da moeda. Significado da experiência de participação na guerra colonial portuguesa na vida dos ex-combatentes* in 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, Universidade do Algarve.

As digressões tiveram início no ano de 1956, numa deslocação do OUP ao continente africano, mais propriamente a Angola. Nesta visita o OUP foi constituído Sócio Honorário da Casa do Distrito do Porto, de Luanda, como anteriormente referido. Em 1959, regressa a África numa digressão por diversos países, dos quais se destacou Moçambique, sendo considerada, ainda nos dias de hoje, a viagem mais importante da história do Orfeão. A alegria de visitar e visitar África foi imensa, contrastando com a tristeza vivida anos mais tarde num regresso forçado, em consequência da guerra colonial.

Contudo, cada espectáculo dado por este grupo de estudantes revelava-se um verdadeiro sucesso.

*“(...) em Angola, esgotaram as lotações em todos os espectáculos, vão a Moçambique [já] aureolados de um prestígio internacionalmente conquistado com excelentes saraus e uma disciplina digna dos maiores elogios.”<sup>96</sup>*

Mais viagens a África são realizadas durante a década de sessenta, no entanto outros continentes foram igualmente visitados por estes estudantes, nomeadamente a América - Brasil em 1962 e Estados Unidos da América em 1968. Voltam ao tão estimado continente africano, em 1969, com uma digressão pela África do Sul e Moçambique, e mais tarde a Angola já na década de setenta (1971).

---

<sup>96</sup> Artigo do Jornal O Comércio do Porto de 20 de Agosto de 1959.

### 2.1.7. A irreverência dos anos 80

Estes anos foram uma invocação à inovação, dentro da Instituição. Foram criados alguns grupos e reestruturados outros. Todavia tanta irreverência será focada em três acontecimentos distintos, o regresso às tradições académicas após o período ditatorial, o primeiro Festival Internacional de Tunas Universitárias – FITU - e a criação da primeira Tuna Feminina do país, a Tuna Feminina do Orfeão Universitário do Porto.

As tradições académicas internamente nunca foram interrompidas na totalidade, como fora a nível externo e geral - da Universidade do Porto e Academia – no entanto mesmo assim não podemos dizer que fora um processo totalmente pacífico. Dado o regime político-social da época, os estudantes não eram vistos com bons olhos, devido à sua irreverência e ao seu nível de cultura, superior à média do país, que poderia “atrapalhar” o sistema. *“Uma sociedade não “agitadora” e ignorante era mais fácil de ser moldada e controlada”*.

Por isso, aquando da contestação no final dos anos 60, os costumes e os usos de índole académica cessaram. Foi então que, nos anos 80, num tempo de "arrefecimento" do período revolucionário - correspondente à primeira metade dessa década - no qual a sociedade portuguesa entra num processo de normalização democrática - que aparecem os primeiros sinais de estudantes interessados em aderir a um movimento de regresso às origens da tradição académica, que anteriormente estava praticamente banida havia mais de uma década.

Em 1985, alguns orfeonistas retomam a Tuna do Orfeão Universitário do Porto, no entretanto adormecida. E foi essencialmente este grupo que fomentou a organização de um festival dedicado a este género musical. Foi então, e no âmbito das comemorações do 75º aniversário do Orfeão Universitário, que se organiza e realiza a primeira edição do Festival Internacional de Tunas Universitárias. Um festival que conta até hoje com 24 edições e que se mantém

como referência ao surto de festivais de tunas, sendo encarado como um encontro intercultural de enorme importância no panorama musical erudito. Como diz Eduardo Coelho no texto que ilustra o LP da tuna “ ‘Acordes, harpejos... tainadas e beijos’ de 1991, hoje o FITU é um marco no calendário ibérico – e não só – de Festivais de Tunas, quer pela sua qualidade, quer pelo seu público: o mais jovem e exigente.”

Deste festival surge mais uma ideia, que se viria a tornar num ideal, a título de desafio interno – a criação de uma Tuna feminina. É então que nasce, ainda em 1987, a primeira Tuna feminina portuguesa, a Tuna Feminina do Orfeão Universitário do Porto. Esta estreia-se a 6 de Maio de 1988, na programação artístico-cultural da Queima das Fita desse ano.

Nos dias que correm, o OUP e a actividade cultural e social da instituição mantém-se intensa, mesmo com a forte concorrência associativa. É constituído por cerca de 250 estudantes das várias Faculdades da U.P., que trabalham activamente nos 17 grupos que o constituem e se aglomeram sob três grandes vertentes: Coral, Etnográfica e Académica. Da actividade artística regular do OUP sobressai o Sarau Anual, a Digressão de Páscoa, os jantares de recepção e de aniversário, o Sarau de Recepção ao caloiro da Universidade e o FITU – Festival Internacional de Tunas Universitárias “Cidade do Porto”.

O Orfeão Universitário do Porto, Instituição de Utilidade Pública, prima por ser o único organismo de cariz extra-curricular da Universidade do Porto que aglomera estudantes de todas as faculdades da mesma, sendo simultaneamente, o guardião e o expoente das Tradições Académicas da Cidade Invicta.

Devido às suas características, o OUP tem sido veículo privilegiado da música coral e da cultura portuguesa, tanto no nosso país como no estrangeiro. Dos locais onde tivemos a honra de ser Embaixadores da Cultura Portuguesa, destacamos: E.U.A., Brasil, Venezuela, Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul, França, Itália, Grécia, Inglaterra, Alemanha, Polónia, Suíça, Holanda, China, Hong-Kong, Índia, Macau, Malásia e Tailândia, entre outros.

# **III CAPÍTULO**

## **PROYECTO MUSEOLÓGICO**

### 3.1. Museus da Universidade do Porto

Em 2002, a Universidade do Porto dera início a um programa que era desde há muito falado e desejado, a concentração no Pólo 1, nomeadamente no edifício da Praça Gomes Teixeira, dos Serviços da Reitoria – que viria a acontecer no ano de 2007 – e de alguns dos Núcleos Museológicos da Universidade.

Como também podemos ver no Relatório de actividade e contas da Universidade do ano de 2002.

*“(...) é de salientar que se deu início à elaboração do programa preliminar das futuras instalações da Reitoria e dos Serviços Centrais da UP. Com efeito, estando já perspectivadas as acções conducentes à adequada instalação de todas as unidades orgânicas da UP, cuja concretização dependerá essencialmente das disponibilidades financeiras, entendeu-se ter chegado o momento de planear e iniciar os estudos necessários à futura transferência da Reitoria para o edifício emblemático da UP, no Carmo, onde anteriormente esteve e de onde teve de sair na sequência do incêndio de 1974. Esse edifício albergará também alguns dos museus associados às unidades orgânicas da UP.”<sup>97</sup>*

O Programa Preliminar foi elaborado pela Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo como Coordenador o Doutor Armando Coelho F. da Silva<sup>98</sup>. Este projecto nasce com a definida missão de *“coleccionar, preservar, interpretar e expor com o fim último de promover a compreensão do papel desempenhado pela Universidade”<sup>99</sup>*.

<sup>97</sup> A Universidade do Porto em 2002 – Relatório. Factos e Números, pp. 110-111.

<sup>98</sup> E com o apoio dos Professores como Alice Semedo, Manuel Engrácia Antunes, Mário Brito, Paula Menino Homem e Pedro Borges de Araújo.

<sup>99</sup> COELHO, Armando; SEMEDO, Alice (2002). Museus da Universidade do Porto. Projecto Museológico. Relatório base do programa preliminar. *Revista da Faculdade de Letras*, I Série vol. I, pp. 221-246.

Actualmente, este encontra-se ainda em execução devido às enormes alterações construtivas e despesas por ele implicadas, nomeadamente na adaptação do edifício às normas e necessidades do projecto respondendo da melhor maneira à conservação, preservação, armazenamento e exposição dos variados núcleos museológicos. No entanto, algumas das etapas delineadas já se encontram em funcionamento com resultados surpreendentes, designadamente o Museu Virtual, onde são disponibilizadas exposições *online*, e o Arquivo Digital, onde qualquer curioso pode aceder a um inventário ilustrado dos documentos administrativos, noticiosos e projectos da Universidade.

Importa ainda referir a aplicação de um plano de trabalho expositivo, actualmente em estado avançado de experimentação, marcado pela plena actividade expositiva da Universidade, abrangendo temas variados e de forte interesse quer para a comunidade científica, estudantil, portuense e até turística. Esta iniciativa revelou-se, assim, uma mais-valia na concretização deste programa.

### 3.1.1. Valores, Objectivos do projecto

No Programa Preliminar, apresentado em artigo publicado na Revista da Faculdade de Letras no ano de 2002, foram definidos os conceitos e a sua respectiva missão. Os autores expõem os valores e objectivos determinantes para o desenvolvimento e implementação do projecto, visando o cumprimento das iniciativas a que se propõem. Falam de valores como a preservação; a investigação; a educação; a inovação; a experimentação; a proactividade e o profissionalismo.

Pelo facto dos Museus Universitários constituírem instituições sem fins lucrativos, teriam como principais objectivos coleccionar, preservar e inventariar objectos e documentos que se enquadrem na política de gestão adoptada, mas sobretudo, na promoção e compreensão do papel da Universidade nesta acção. Adicionalmente, constituem ainda objectivos deste programa a facilitação do acesso físico e intelectual às colecções e informações a elas associadas; a abertura dos serviços a um público o mais abrangente quanto possível, e a promoção da investigação e publicação de estudos. Este deve ter como objectivo último o desempenho de um papel activo na vida cultural, científica, educacional e económica da cidade do Porto. Nesse sentido, foram ainda abordadas as estratégias de desenvolvimento e implementação do projecto, numa análise paralela à situação da Universidade, do edifício e das suas colecções.

Num plano de concretização, os autores propõem “(...) a elaboração de um inquérito e tratamento da informação relativos à caracterização genérica do património museológico da Universidade do Porto e das condições de segurança em que se encontra; a definição e implementação do sistema informático que permitirá o estabelecimento de comunicação através de correio electrónico entre os núcleos museológicos e a estrutura coordenadora; a instalação dos meios técnicos necessários para o funcionamento de um sistema de catalogação e gestão de colecções

*museológicas; um inventário sumário e sistemático das colecções e avaliação das suas condições de conservação*”; e a sua disponibilização à Universidade e ao público em geral, através da Internet e da criação de uma galeria virtual das colecções museológicas da Universidade do Porto, através da qual serão efectuadas exposições temporárias. Estas sugestões foram implementadas posteriormente, encontrando-se actualmente em pleno funcionamento – Arquivo Digital e Museu Virtual<sup>100</sup>.

Como metodologia recorreram à realização de um inquérito mais detalhado de todos os núcleos, permitindo uma visão geral sobre o espólio variado existente e “ (...) a definição de um plano de trabalho com os responsáveis dos diferentes núcleos museológicos da Universidade do Porto e ainda da *infra-estrutura técnica que suportará a articulação do projecto entre os núcleos e uma estrutura central que coordenará as diferentes iniciativas, passando pela divulgação nacional e internacional do projecto*”.

Finalmente, de forma a responder afirmativa e eficazmente aos objectivos e propostas elaboradas de *conhecimento e avaliação do património museológico da Universidade do Porto*, na sua dimensão histórica e patrimonial, podendo definir políticas concretas; da elaboração do *programa de valorização e rentabilização desse património*; da realização de um *breve inventário das colecções*, avaliando as condições de conservação necessárias; da *divulgação do património* recorrendo às novas tecnologias de Informação e das Comunicações, tornando-o acessível e facilitando a articulação entre as diversas vertentes da actividade da Universidade do Porto, no que respeita ao património Museológico, Arquivístico e Bibliotecológico-económico.

---

<sup>100</sup> Disponível através do sítio [www.museuvirtual.up.pt](http://www.museuvirtual.up.pt).

### 3.2. Proposta de Musealização: Orfeão Universitário do Porto

Considerando o estudo físico actual do edifício do Carmo, é possível constatar evidentes disfuncionalidades e patologias construtivas. Estas constituem um produto natural da acção temporal e das constantes adaptações às solicitações de que foi alvo ao longo dos séculos. As variações observadas recorrem assim da adaptação funcional e simbólica das pessoas e das instituições, num processo de mutação evidente e contínuo.

Do ponto de vista conceptual e tipológico, o edifício mantém o essencial da arquitectura de época, embora sejam notórias as deficiências fruto do desigual desenvolvimento da técnica e da tecnologia, ao longo do tempo. Desse desenvolvimento díspar resultou uma sobreposição de soluções reparadoras e outras ampliadoras sem, aparentemente, ponderar a introdução de soluções estruturais que, num dado momento, pudessem ter conciliado as possibilidades com as exigências. Contudo, estes aspectos revelam a excepcional capacidade da construção inicial, incluída a sua arquitectura, para receber e aspirar, em tão ampliado espaço temporal, “ (...) transformações muito diferentes e aleatórias, sujeitas a ser respostas de momento a problemas de momento, mais que soluções de um tempo a pensar no futuro. Parece, contudo, que assim pode ficar também demonstrada a capacidade, flexibilidade e potencialidade de um edifício na aparência tipologicamente “fechado”, construção e concepção arquitectónica, mas que se manteve, por estas características, “aberto” a uma polivalência e plurifuncionalidade sem perda ou descaracterização do seu ser”<sup>101</sup>.

Segundo os autores do programa, “ Quer do ponto de vista do património cultural, arquitectónico e construído, quer museológico, estas considerações

---

<sup>101</sup> COELHO, Armando; SEMEDO, Alice (2002). Museus da Universidade do Porto. Projecto Museológico. Relatório base do programa preliminar. *Revista da Faculdade de Letras*, I Série vol.I, p. 228.

*assumem o próprio edifício como um elemento essencial, considerando-o como parte integrante do objectivo e do projecto museológico”*<sup>102</sup>.

No presente trabalho, propõem-se a inclusão de um outro núcleo museológico – Núcleo Museológico do Orfeão Universitário do Porto – para além dos já residentes neste edifício singular, como o Fundo Antigo da Biblioteca da Universidade do Porto, o núcleo de Mineralogia, de Estratigrafia e Paleontologia, de Zoologia, de Arqueologia e Etnologia, de Física e o núcleo de Química.

Para este novo núcleo, dedicado à mais antiga Instituição estatutariamente pertencente à Universidade do Porto, seria proposto a atribuição, como aos restantes núcleos, dos espaços independentes necessários para o correcto funcionamento deste, bem como a partilha dos serviços comuns, seguindo o disposto no Programa Preliminar de 2002.

Adicionalmente, sugerimos ainda um possível formato de exposição de alguns dos objectos que compõem o acervo desta quase centenária Instituição, contribuindo para o enriquecendo e complemento de outras colecções já residentes. A título de exemplo, referem-se os artefactos tribais africanos oferecidos ao Orfeão Universitário, aquando das suas digressões a terras do Ultramar nos finais da década de 50, como possíveis elementos integrantes das colecções de etnologia e arqueologia. No entanto, esta não invalida a importância da integração do acervo orfeónico como núcleo museológico pertencente à Universidade do Porto.

---

<sup>102</sup> Idem, p.229.

### 3.2.1. A execução do projecto e o seu programa científico

O programa científico proposto tem como base o Programa elaborado pela Secção de Museologia, não divergindo em larga escala no que respeita às principais linhas gerais, partilhando por isso alguns dos seus objectivos, tais como: o de investigar – promovendo e realizando estudos, inventários e pesquisas sobre a história e o património da instituição, numa perspectiva multidisciplinar, com vista a um quase total conhecimento da trajectória da mesma; o de conservar e documentar – agindo na conservação e documentação do património museológico à guarda do Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto; o de comunicar e educar – divulgando através de exposições, colóquios e edições que, em colaboração com as faculdades, escolas e instituições socioculturais possam, levar a uma consciência patrimonial activa; o de contribuir para o desenvolvimento institucional e local – potencializando os recursos patrimoniais da Instituição e da Universidade, em colaboração com outros serviços, nomeadamente da autarquia e agentes socioculturais.

Numa perspectiva mais restrita, constituindo os objectivos específicos deste projecto e compondo a metodologia e iniciativas primárias do mesmo, encontram-se *a realização de inventários* – documentais, musicais, bibliográficos e do património móvel, incluindo etnográfico e etnológico; *o apoio à investigação* na área de temas locais circunscritos a sua história e acção artística; *a aquisição e manutenção em reserva do acervo* material e documental de interesse museológico; *o restauro e conservação do acervo* museológico móvel e respectivo acompanhamento; *a realização de exposições* temporárias e permanentes; *a criação e apoio de ateliês temáticos* (artesanato, fotografia, som e vídeo, literatura, escultura, mobiliário, vestuário, etc.). Numa fase de desenvolvimento mais avançada estes passariam também pela *edição de catálogos de exposição*, monografias, cartazes, bem como pela realização de *visitas guiadas* às exposições do Museu e restantes Núcleos Museológicos da

Universidade do Porto e, por fim, pela *realização de colóquios*, ciclos de conferências sobre temas resultantes da investigação deste núcleo museológico ou a ele associados, ou ainda sobre temáticas que, pela sua pertinência e/ou qualidade científica, *constituam uma aquisição cognitiva relevante e um foco de desenvolvimento cultural*. Não esquecendo do fundamental apoio documental a trabalhos científicos e escolares (apoio em bibliografia, obtenção de cópias e consulta de documentação sobre a Instituição e seus integrantes).

### 3.2.2. O Espaço Museológico

O espaço museológico e os serviços dedicados a este projecto em particular só seriam independentes, como acima referido, na Sala de Exposição Permanente a este atribuída, e posteriormente no Arquivo e Centros de Investigação e Documentação, segundo defende o Programa Preliminar aprovado, sendo os restantes espaços partilhados com os demais Núcleos Museológicos da Universidade do Porto instalados no edifício “*dos Leões*”.

A sala de exposição permanente e a sua exposição seria o *ex-libris* deste núcleo museológico proposto. Deverá consubstanciar um trabalho profundo, rigoroso e criativo em torno de um aspecto, acontecimento ou personalidade marcante da realidade cultural da Instituição. Deverá ser o momento em que o conceito orientador do Museu, já expresso, mais se aplicará. A multidisciplinaridade será aqui, então, a intersecção de múltiplas disciplinas e pontos de vista para uma apreensão, tão rica quanto possível, da realidade orfeónica.

Esta sala deverá ser constituída por:

*“(...) áreas amplas, flexíveis, que permitam, aquando da instalação das colecções, a circulação, intercomunicação e distribuição fácil e lógica para todos os tipos de utilizadores, individualmente ou em grupos, incluindo indivíduos com limitações físicas. A sua utilização destina-se tão só a admitir a pluralidade de soluções, considerando as restrições impostas pela estrutura do edifício e as naturais expectativas, em termos de área útil expositiva. Todas as salas de exposição têm de ser capazes de responder a um leque alargado de exigências técnicas, especificamente museológicas: Monitorização para Controlo Ambiental, utilização de sistemas diversificados de Iluminação, Equipamento*

*Técnico para garantia de observação de critérios aceitáveis da qualidade do ar, temperatura, humidade, etc.*”<sup>103</sup>

Por outro lado, a sala de exposições temporárias seria um dos pontos de atracção de todo este Pólo Museológico da Universidade, possibilitando a rotatividade e a constante apresentação de projectos, sempre acompanhados de um criterioso trabalho gráfico, como já se tem vindo a realizar. Serve também uma vertente mais comemorativa da própria Universidade, instalando e recebendo “ (...) *exposições especificamente concebidas para tratar a história e perspectivas de futuro da [mesma], as suas instituições e respectivos edifícios, incluindo [este edifício principal], de modo extensivo e particular (...)*”<sup>104</sup>. Tornando-o assim, num espaço convidativo, incitando o desejo de uma nova visita.

Um outro espaço de igual relevo para este núcleo seriam os ateliês de acção educativa. Embora partilhados, abrangem outra vertente deste núcleo, constituindo inequivocamente uma parte valiosa do espaço em questão, pelo seu dinamismo característico. Os ateliês seguem de perto a ideia de plurifuncionalidade, devendo adequar-se à exposição permanente e, sempre que possível, às exposições temporárias. De forma articulada, deverão também, numa perspectiva de acção educativa, possibilitar a implementação de vários cursos e actividades - oficinas.

Finalmente, o auditório funcionaria como complemento da acção educativa, explorando a seu lado investigatório e científico. Este espaço teria como principal objectivo a realização de actividades de apoio aos temas expostos nos Museus Universitários. Deste modo, constitui-se como um espaço polivalente, dado que possibilitará várias formas de abordagem, nomeadamente ao nível da projecção de filmes, realização de colóquios, conferências e outras palestras, bem como de actividades musicais características à Instituição.

---

<sup>103</sup> Idem. p. 240.

<sup>104</sup> Idem. p. 240.

### 3.2.3. Os Serviços Museológicos

Este núcleo necessitaria do seu próprio Centro de Investigação, que possibilitasse a criação de condições para a realização de investigações e das actividades do mesmo, de forma a consubstanciar uma realidade museológica viva dado que “*a função da investigação constitui a base de todas as actividades da instituição/museu, ela esclarece a sua política de conservação e de acção cultural. Se ela for deficiente, as outras funções ressentir-se-ão*”<sup>105</sup>. Deste modo, investigar/conhecer seria a primeira das funções do Museu. O Centro de Investigação será, neste sentido, o sector fundamental, dado que é da investigação, nas suas variadas vertentes, que se constitui a raiz da própria actividade museológica.

Consequentemente, seguindo o Programa Museológico, a criação de um Centro de Documentação seria o próximo passo. Assim, este centro seria o espaço que juntaria toda a informação resultante da investigação proveniente do Centro de Investigação, bem como todo o material ao nível de imagem (independentemente do seu suporte), som e filme que sobre o Orfeão Universitário exista ou venha a fazer-se. Deverá ser o sector coordenador, em estreita ligação com o Centro de Investigação, de todo o trabalho editorial que o Museu venha a desenvolver. Caber-lhe-á, por outro lado, ser o manejador, de novo em estreita ligação com o Centro de Investigação, de todo o material necessário à realização de exposições, assim como o necessário ao trabalho com as faculdades, escolas ou investigações particulares. O objectivo último deste Centro de Documentação deverá ser, assim, a realização de todo o trabalho de informatização dos dados, quer sejam provenientes dos inventários, quer sejam resultado do trabalho de investigação.

---

<sup>105</sup> Rivière, Georges Henri. (1989). *La Muséologie selon G. H. Rivière*, Dunod. Paris.

Por fim, o sector educativo, já partilhado com os restantes núcleos e colecções, revela-se de suma importância para o núcleo museológico orfeónico. Assumindo, num cenário inicial, o ponto de origem de toda a actividade do Museu, onde se deverá centrar toda a sua acção. Será a partir desta que a função de educação, animação e informação do Museu se deverá processar. Este terá assim uma directa relação com o Centro de Documentação e com o Centro de Investigação, bem como uma participação activa na elaboração do plano de actividades do núcleo. Deverá, ainda, em colaboração com a Universidade e as escolas, organizar um programa de visitas guiadas e de outras actividades que ajudem a melhor fruir e entender não só a colecção deste núcleo, mas todas as colecções do Pólo Museológico da Universidade.

### 3.2.4. Proposta expositiva do acervo

De seguida, é apresentada, num plano abstracto, uma proposta perfeitamente exequível do que seria uma exposição na sala permanente do núcleo museológico orfeónico. Neste espaço próprio poderíamos expor o espólio de diferentes formas, porém a ordem cronológica apresenta-se como a mais adequada e de mais fácil compreensão e acesso por parte do público.

Deste modo, os objectos estariam dispostos de forma a contar duas histórias, intimamente interligadas, a história da Instituição e a sua própria história enquanto objecto. Percorrendo e recriando os momentos mais significativos da história do Orfeão Universitário e das suas raízes, das suas lutas, dos seus sucessos e infortúnios. Para isso, e sempre que possível, deverá recorrer-se à fotografia documental e recreativa, ao vídeo, ao som ou mesmo ao mobiliário (e.g. recriar o gabinete do Presidente da Direcção ou mesmo a sala de ensaio).

Na fase inicial de um projecto como este, de possível integração no Núcleo de Museus da Universidade do Porto, é importante não só conquistar um espaço expositivo e de conservação, visto que actualmente se encontra em situação desfavorável à preservação dos objectos e documentos, mas também torná-lo útil. Com isto, pretende-se tornar o espaço conquistado num espaço cheio de possibilidades, proporcionando aos visitantes uma experiência prazerosa da qual tirem o melhor partido. Numa perspectiva mais ampla e ambiciosa, poderá ainda ser explorado o seu lado de *fantasia* e de “contador de histórias” aliando-se à didactologia e respondendo assim, ao público mais exigente – o público infantil/juvenil – ao qual a Universidade do Porto se tem dedicado, com resultados surpreendentes. Da mesma forma, esta *estratégia/modalidade* de exposição cronológica também se adaptaria aos jovens adultos, adultos, estudiosos e curiosos, sendo este portuenses ou turistas, uma vez que em tempos e durante largos anos - entre a década de 20 e os anos 70 - o Orfeão Universitário

do Porto, foi uma instituição marcante e de prestígio da cidade, chegando a ser mesmo um “*cartão de visita*”. E que manteve todo o seu prestígio para quem o recorda e quem actualmente lhe faz parte, apesar de toda uma avalanche de “concorrência” associativa académica.

Seria então relevante referenciar e retratar, neste espaço expositivo, ocasiões e acontecimentos marcantes da biografia desta Instituição, como por exemplo: a sua fundação (Palácio de Cristal – 1912/1913); a recriação do gabinete directivo (20’s) através do mobiliário existente; a relação artística e o ambiente académico do Porto nos princípios da Universidade, entre a Tuna e o Orpheon; a história do hino Amores de Estudante; a irreverência estudantil na introdução de naipes femininos num coro universitário e a origem do traje académico feminino; a recriação da sala de ensaio com o órgão (que se encontra em lamentáveis condições) no Maestro Afonso Valentim que fora Director Artístico durante trinta anos; as digressões a África que tanto impacto tiveram nos estudantes universitários portuenses da altura (e podendo, neste ponto, fazer ligação com outros núcleos da UP, como o de Etnologia, Zoologia e História Natural); a origem dos festejos académicos (Carnaval e a Queima das Fitas e suas actividades culturais); a atribuição das comendas de reconhecimento da missão artístico-cultural da Instituição; podemos também referenciar as proibições dessas mesmas tradições académicas na altura do Estado Novo; passando pelas edições áudio do Orfeão recorrendo ao som e projecção de imagens e com esses mesmos suportes fazer uma ligação à representação da etnografia portuguesa abordada pela Instituição e toda um pesquisa/recolha *in loco* por ela levada a cabo mostrando através da exposição de fatos tradicionais (alguns deles únicos, como os lenços pintados à mão que decoram os primeiros fatos do grupo de Pauliteiros) e reproduzindo algum do repertório popular mostrando que essa recolha que ainda se faz regularmente ajuda a eternizar uma tradição popular que é essencialmente de transmissão oral, podendo terminar a “viagem”, novamente, na vertente mais académica do Orfeão, visto ser actualmente a mais marcante no meio universitário, com as Tunas e o festival a elas dedicado.

## CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho pretendeu-se desenvolver uma proposta museológica relativa à Instituição Orfeão Universitário do Porto, no sentido de possibilitar a devida divulgação e preservação do seu vastíssimo espólio. Este abrange as mais variadas vertentes, como sendo: a escrita administrativa, o registo áudio e/ou visual da actividade artística (e.g. fotografias, brochuras, cartazes, bobines de recolha etnográfica, gravações de espectáculos), o mobiliário, instrumentos musicais, os trajes etnográficos e ainda objectos artesanais, não podendo deixar de referir os artefactos tribais africanos, ofertados aquando as suas digressões artísticas a África nos finais dos anos cinquenta.

Deste modo, na realização deste trabalho recorreu-se não apenas a bibliografia relativa ao tema, mas também à análise de outras fontes de informação oral e escrita, nomeadamente, dos testemunhos de antigos membros do Orfeão, obtidos através de entrevistas, bem como de documentos institucionais e noticiosos. Estes permitiram a contextualização histórica do tema, constituindo a fundamentação basilar do Projecto Museológico.

Esta proposta museológica procurou contextualizar todo o legado deste núcleo, num cenário capaz de criar e transmitir um discurso museológico claro e acessível, focando sempre o objectivo central de preservação e musealização futura, seguindo a máxima de Joan Santacana e Núria Serrat (2005, p.648) “Lo más importante en el momento de afrontar una musealización es construir el discurso museológico”. Tal discurso baseia-se num guião articulado em torno dos acontecimentos relevantes do percurso histórico da Instituição, narrado através da cultura material integrante da colecção do Orfeão Universitário do Porto.

Este projecto revelou-se deveras aliciante, não só pela sua temática mas também, e sobretudo, pela estrita ligação pessoal à Instituição, à qual dedico há largos anos grande empenho, exercendo desde 2008 o cargo de Presidente de Direcção (justificando o acesso privilegiado a informações restritas). A escolha deste projecto prendeu-se ainda com o facto de se encontrarem em decurso os

preparativos para as comemorações do centenário do Orfeão Universitário do Porto, revelando-se um dos objectivos principais a realizar no âmbito das mesmas, culminando na atribuição de um espaço permanente de exposição deste núcleo museológico, integrando assim o pólo central dos Núcleos Museológicos da Universidade do Porto.

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2007). *Caderno de Apresentação do Orfeão Universitário do Porto*. Orfeão Universitário do Porto, Porto.
- ABREU, José Maria de. (1865). *Relatório da Inspeção Extraordinária feita à Academia Polytechnica do Porto em 1864*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- AZEVEDO, Rafael Ávila de. (1972). *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica (subsídios para a História da Pedagogia em Portugal – séc. XIX)*. Porto.
- BARBOSA, Francisco Ferreira. (1864). *Elucidário do viajante no Porto*. Coimbra.
- BASTO, Artur de Magalhães. (1987). *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Porto.
- BRAGA, António Ferreira. (1850). *Discurso académico recitado na sessão solemne da Eschola Médico-Chirurgica do Porto no dia 5 de Outubro de 1850*. Tipografia de Sebastião José Pereira, Porto.
- BRAGA, Teófilo. (1898). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instituição pública portuguesa*. V. III (1700-1800). Academia Real das Ciências, Lisboa.
- CAIADO, Nuno. (1990). *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. IED, Lisboa.
- CARDINA, Miguel. (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*. Angelus Novus, Coimbra.

- CARDOSO, Luís Miguel de B. (2007). *Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e Europa*. Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- CARVALHO, Rómulo de. (2001). *História do Ensino em Portugal desde a fundação da Nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CHALUMEAU, Jean Luc. (1997). *As Teorias da Arte In Coleção Teorias das Artes e Literatura*, Instituto Piaget, Porto.
- COSTA, F. M. da; DOMINGUES, F. C. ; MONTEIRO, N. G. (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*. Documenta Histórica, Lisboa.
- CRUZEIRO, Celso. (1989). *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Afrontamento, Porto.
- CRUZEIRO, Maria Manuela; Bebian, Rui (org. e pref.). (2006). *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Afrontamento, Porto.
- CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. (1998). *História das Instituições: aulas teóricas*, vol.1. Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, Porto.
- DUARTE, Marta Benamor. (1997). *Foi apenas um começo: a crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda. (2001). *A Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Reitoria da Universidade do Porto, Porto.

- FIGUEIREDO, Parente de. (1928). *Do Atlântico ao Mediterrâneo*. Tipografia Porto Médico, Porto
- GARRIDO, Álvaro. (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*. Minerva, Coimbra
- GOMES, Joaquim Ferreira. (1985). *Relatórios do Conselho Superior da Instrução Pública (1844-1859)*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra.
- GUEDES, Pde. Baltazar (1951). *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de N. S.<sup>a</sup> da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que a fundação dele sucedeu*. Imprensa Portuguesa. Câmara Municipal do Porto. Porto, pp.353 a 366.
- HESPANHA, António Manuel. (1998). *Panorama histórico da cultura europeia*. 2. ed. Fórum da História. Publicações Europa-América, Lisboa.
- LOURENÇO, Gabriela. (2001). *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Âncora Editora, Lisboa.
- MADEIRA, João (2007). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. A Esfera dos Livros, Lisboa.
- ORFEÃO UNIVERSITÁRIO DO PORTO (2003). *Amores de Estudante*. Universidade do Porto.Porto.
- PROENÇA, Maria Cândida (coord.) (1999). *Maio de 1968 trinta anos depois. Movimentos Estudantis em Portugal*. Colibri, Lisboa.

- PROENÇA, Maria Cândida. (2000). *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil: (1850-1950)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- RIVIÈRE, Georges Henri. (1989). *La Muséologie selon G. H. Rivière*, Dunod. Paris.
- RODRIGUES, Eduardo Vitor. (1997). *Movimento Associativo: um património de Oliveira do Douro*. Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. Vila Nova de Gaia.
- SALGADO JÚNIOR, António. (Prefácio). (1949). *Luís António Verney, O Verdadeiro Método de Estudar*. V. I., Lisboa.
- SANTOS, Cândido dos (1995). *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*. Universidade do Porto, Porto.
- SERRÃO, Joel (Org.). (1963). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais, Lisboa.
- SERRÃO, Vítor. (2008). *O Conceito de Trans-Memória Artística, ou o Elogio de Polimnia, Filha de Mnemosine*. Lisboa.
- SKINNER, Quentin. (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras, São Paulo.
- SOLEDADE, Fr. Fernando da. (s/d) *História Seráfica*. V Parte, Liv. V, Capítulo XVII, nº 1.434.
- XAVIER, João. (1994). *O Edifício da Faculdade de Ciências. Evolução de um projecto*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.

## ARTIGOS

AZEVEDO, Rafael Ávila de. (1981). O Porto na época moderna. Da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto à Academia Politécnica do Porto. *Revista de História*, vol. IV, pp. 133-148.

BONITO, Rebelo. *Canto Coral e Vida Orfeónica*. Jornal do Orfeão. Porto, 1952.

BONITO, Rebelo. Vida Académica do Porto do Orfeão Académico ao Orfeão Universitário (1912-1937). *O Tripeiro*. Porto, Março de 1962.

BRITO, Manuel Correia. N.º *O Comércio do Porto*. Porto, 11 de Julho 1993.

CARDINA, Miguel (2008), Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades, *e-cadernos* 1, 53-72.

CARDOSO, António Silva – Evolução das Edificações da Universidade do Porto. *U.Porto: Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*. Porto 19 (Março, 2006).

CARVALHO HOMEM, Armando Luís de., *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. V, 2004, pp.257-273.

COELHO, Armando; SEMEDO, Alice (2002). Museus da Universidade do Porto. Projecto Museológico. Relatório base do programa preliminar. *Revista da Faculdade de Letras*, I Série vol. I, pp. 221-246.

COSTA, Alexandre Alves. (1990). A Construção dos Espaços Universitários do Porto. *Boletim – Universidade do Porto*. Porto 2/3 (Nov./Dez. 1990)

CRUZEIRO, Maria Eduarda. Questões de uma Tradição. *Via Latina*. DG/AAC Coimbra, 1986.

GUIMARÃES, Eng. René. 1942-1972. *Jornal do Orfeão*. Porto, Abril de 1972.

*JORNAL DO ORFEÃO*. A Criação e a Evolução do Nosso Organismo. Porto:  
Abril de 1972.

NEVES, Ângelo César Alves das. O reaparecimento do Orfeão e da Tuna,  
quando da Comemoração do Centenário da Academia Politécnica e da  
Escola Médico-Cirúrgica do Porto. *Jornal do Orfeão*. Porto, Abril de 1957.

*JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO*. As antigas tradições académicas. Porto:  
18 de Janeiro 1944.

*JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO*. Porto: 10 de Maio de 1987.

*JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO*. Porto: 20 de Agosto de 1959.

*JORNAL DE NOTÍCIAS*. Uma Bella Iniciativa. Porto: 7 de Março de 1912.

*JORNAL O PRIMEIRO DE JANEIRO*. Porto: 21 de Abril de 1953.

PACHECO, Mário. Uma História Breve. *Jornal do Orfeão*. Porto, Abril de 1957,  
p. 4.

PAÚL, António. Recordando... *Porto Académico*. Porto, 1962. Número  
comemorativo do cinquentenário da Universidade do Porto e do Orfeão  
Académico.

POMBO, Paulo. Orfeão Académico, Orfeão Universitário. *Jornal do Orfeão*.  
Porto, Abril de 1972.

REAL, José Corte. Orfeão Académico – (1912-1913). *Jornal do Orfeão*. Porto,  
Abril de 1957.

*REVISTA DO ORFEÃO*. Compilação de Periódicos 1967-1974, vol. II. Porto:  
1980.

VALENTIM, Afonso. 30 Anos na regência do OUP. *Jornal do Orfeão*. Porto, Março de 1967.

Faculdade de Ciências in *Os edifícios da Universidade do Porto: Projectos*. Porto, Universidade, 1987, p.18-19

## **FONTES MANUSCRITAS**

- *Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*

Livros nº 2074, 2748, 3004, 3006 e 3010.

- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

Conselho de Guerra, Decretos, Maço 121-B, nº418, cx. 371.

Leis, Maço 9, nº 67 e nº 73.

Leis, Maço 11, nº108 e 112.

Ministério do Reino, Repartição de Contabilidade, Maços 353 – 359; 380-387 e 997.

- *Arquivo Municipal do Porto*

Livro nº 15, 16, 18, 23, 24, 29, 42, 54 e 62.

- *Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas*

Ministério do Reino 5, 23 e 50

Direcção Geral da Instrução Pública. 4ª Repartição - Portaria de 2 de Maio de 1903. *Diário do Governo*. Lisboa. 97 (4 de Maio de 1903).

Direcção das Obras Públicas do Distrito do Porto. Secção dos Edifícios. (1905-1915).

- *Biblioteca Pública Municipal do Porto*

Ms. 1479 – Joaquim Cardoso Vieira Villanova – Edifícios do Porto em 1833.

- *Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto*

Carta redigida por Fernando Moutinho aos Orfeonistas em 1912.

Livro de actas de Assembleia Geral (1944 – 1977).

- *Arquivo da Universidade do Porto (Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto)*

Actas do Senado da Universidade do Porto, Livro 1, fl. 3-5.

Actas do Senado da Universidade do Porto, Livro 2, fl. 71.

Actas das Sessões do Senado, Livro 2, fl. 82.

Projecto de Obras, pasta 796. Relatório sobre o incêndio ocorrido em 20/4/74 e documentação fotográfica.

Projectos de Obras, caixa 3.022. Ofício 6 de Abril de 1946

Processos de Correspondência, caixa 177. Ofício de 6 de Julho de 1943.

## WEBGRAFIA

ALUMNI - [http://sigarra.up.pt/up/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=1001701](http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1001701)

Arquivo Digital UP - [http://sigarra.up.pt/up/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=122326](http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=122326)

Arquivo Distrital do Porto - <http://www.adporto.pt/>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - <http://ttonline.dgarq.gov.pt/>

Associação dos Antigos Orfeonistas da Universidade do Porto – [www.aaoup.up.pt](http://www.aaoup.up.pt)

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - <http://sdi.letras.up.pt/>

Biblioteca Nacional de Portugal - <http://www.bnportugal.pt/>

Direcção Geral de Arquivos - <http://www.dgarq.gov.pt/>

Newsletter “O Lamiré” - <http://olamire.blogspot.com/>

Newsletter “Portuscale Tunae” - [www.portuscaletunae.blogspot.com](http://www.portuscaletunae.blogspot.com)

Orfeão Universitário do Porto - [www.orfeao.up.pt](http://www.orfeao.up.pt)

PORBASE - <http://www.porbase.org/>

Tribunal de Contas - <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1761-1832.shtm>

Universidade do Porto – [www.up.pt](http://www.up.pt)

**ANEXOS**

# **ANEXO I**



Senhor.

Os Homens de Negocios da Praça do Porto, reflectindo nos muitos e immunes benefícios, a que vós Excmos. As Esquadras, que da mesma Cidade se dirigem, para as do Rio de Janeiro, e Bahia; Não se he permitte perseguir de toda a sorte de Novos, que Continuadamente se vãos Na Costa do Continente deste Reyno, (Cally Mas tambem pelas a Sallas) muitas vezes a lanteiras) de alguns Frutas que se aborção em Nor-Luzo, e se bandese do mantimento que loraõ egene-ros, que Conduzem tuão, quanto appetee a sua Ob-temada, inespriavel ambiciã; e ponderando que estaõ impulsos Perultãõ arõ consideravey perora, que a Espumitãõ, Colomer de Muxtos e Negociantes, que a abandonãõ a Commercio; para que os d'annos e civi-tilton, Commercio Commercio florea, recorrem a Sertoral, inextinguivel benifumora de S. Magestade, para que se permitta a Lymna de fabricarem duas Fra-gatas, de vinte e quatro, e de trinta e duas Casta Prima; para, que estaõ armadas em Guerra, a Com-panhem as Esquadras, que da mesma Cidade de a Enem, para qualquer das Partes da America p-onde he he permitida, a Negociacãõ, e valem, Com as mesmas aporacãõs as Partes de Tribua de Casco das ordmõõs do seu Comandante, a este, a quelle ponto, Me que Conforme as Leas de terminacãõ, de Nossa Magestade e Comandãõ Esquadras em boyrãdo, as ditta Cidade, as Teõ se em nella Compl-Atamente a Colhidaõ.

Como para a Construcãõ das ditas duas Fragatas, em an- nu-

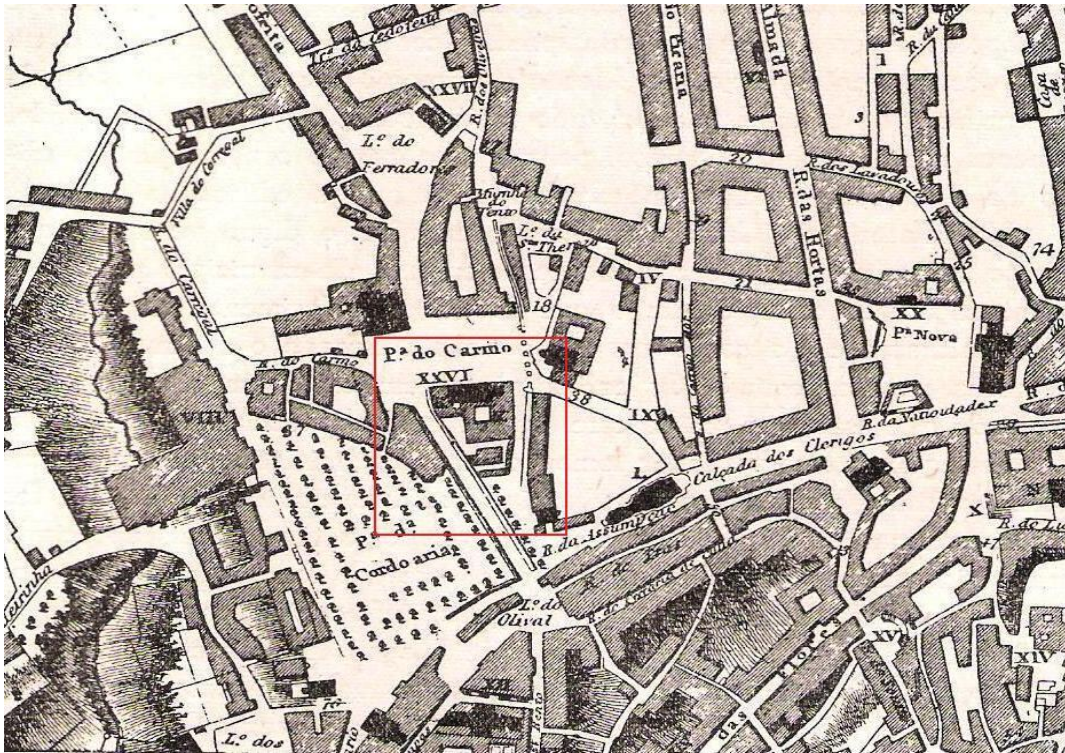
Ilustração 1: Petição de 18 Outubro 1761, autorizando a construção das fragatas.

Por quanto havendo os Meus Vassallos  
 habitantes na Cidade do Porto, Louvavelmente estabe-  
 lido, com facultade Real, algumas Fragatas de  
 Guerra, para cobrirem aquella Costa, e protegerem  
 o Commercio da mesma Cidade, contra os insultos  
 que frequentemente padecia; he justo e necessario  
 que ao mesmo tempo se criem Officiaes com edu-  
 cação para aquelle importante serviço, como de-  
 sbredidos me Representaão: Heij por bem  
 crear doze Tenentes do Mar, e doze Guardas Ma-  
 rinhas, para servirem nas referidas Fragatas com  
 Aula, e Residencia, na mesma Cidade do Porto,  
 e pagos pelas mesmas Reparacões por onde se pagam  
 as mais dopezas das referidas Fragatas: Os quaes  
 ficariao em tudo e por tudo providos, e qualificados  
 e graduados com o que hey servido crear por Decreto  
 de dois de Julho de mil sette centos sessenta, e hum  
 e de vinte e hum de Marco do presente anno. Com  
 sellos de Guerra, e tenha assim entendido, e faça obser-  
 var pelo que hey servido. Palacio de Nossa Se-  
 nhora da Ajuda a trinta de Julho de mil sette  
 centos sessenta e seis.

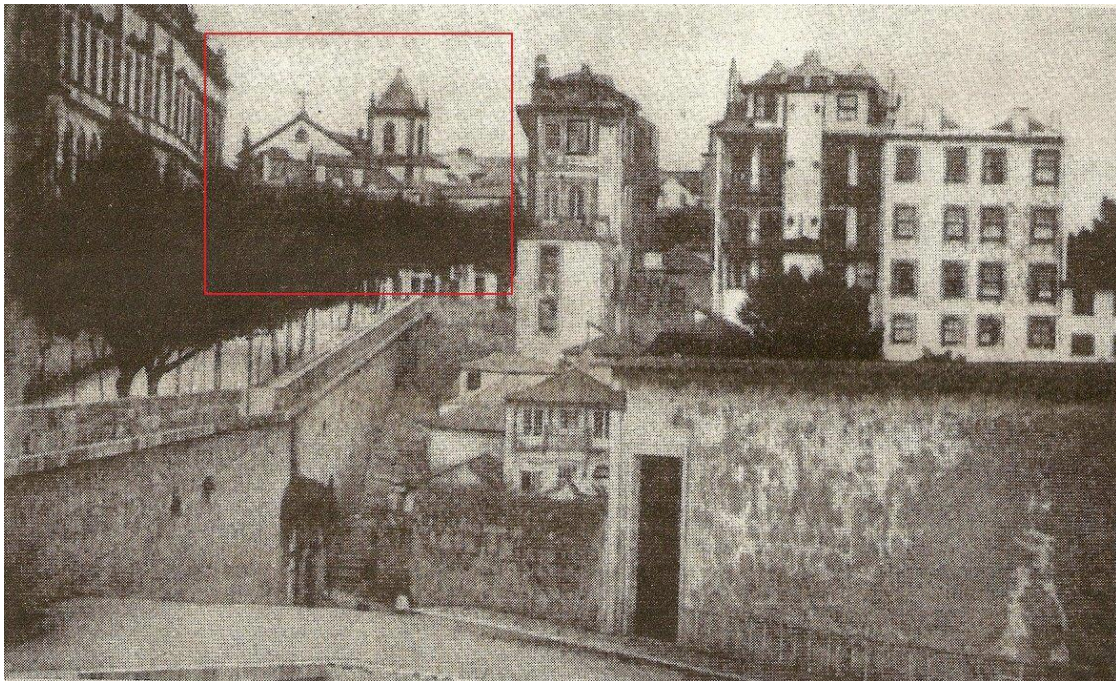
Reg. do 123 de D. José  
 Reg. do 123

**Ilustração 2:** Decreto de D. José emitido a 30 Julho 1762 onde cria a Aula Náutica. (A.N.T.T., Conselho de Guerra, Decretos, Maço 121-B, nº 418, cx. 371).

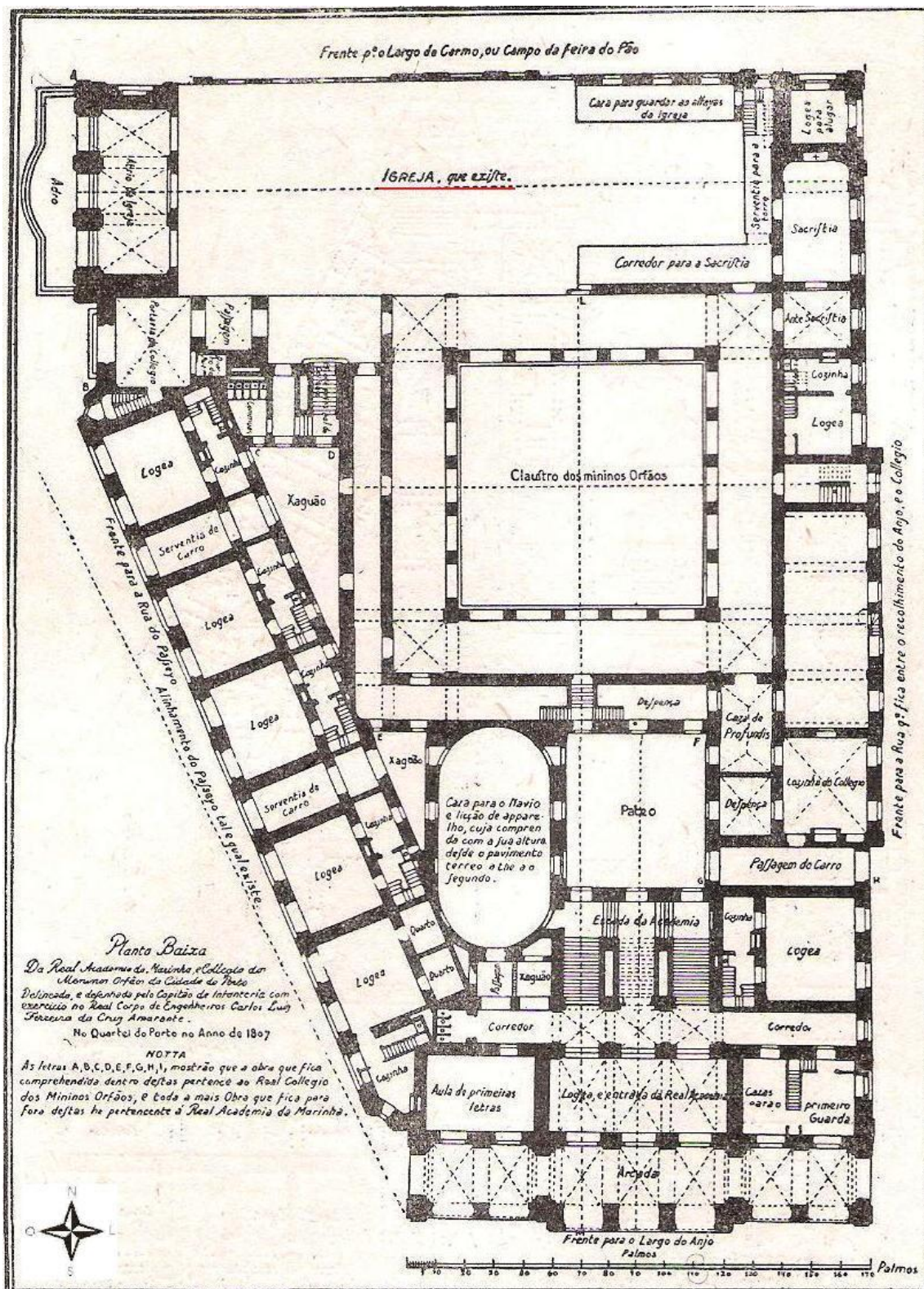


**Ilustração 3:** Planta Topográfica do Porto de George Balck, 1813.

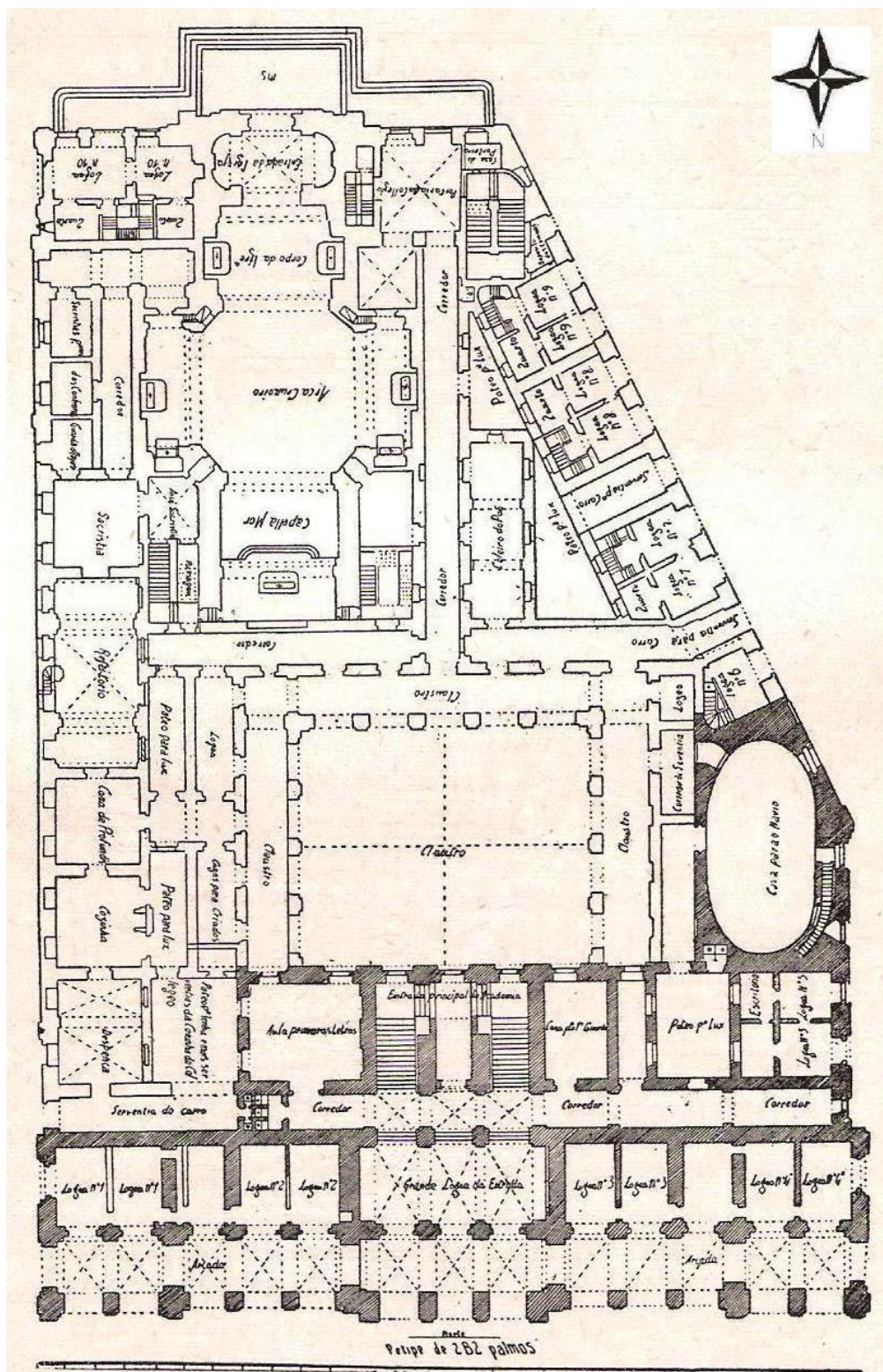
*“Junto do nº XXVI estão implantados os edifícios da Igreja e Colégio dos Órfãos, vindo-se neste o respectivo claustro. À direita a N. a S. atravessa, sobre arcos, a Praça do Carmo (actual Gomes Teixeira) o “Cano da Água de Paranhos”. Na Praça Nova – a SO., a Fonte da Arca e em volta desta, o Mercado da Natividade.”*



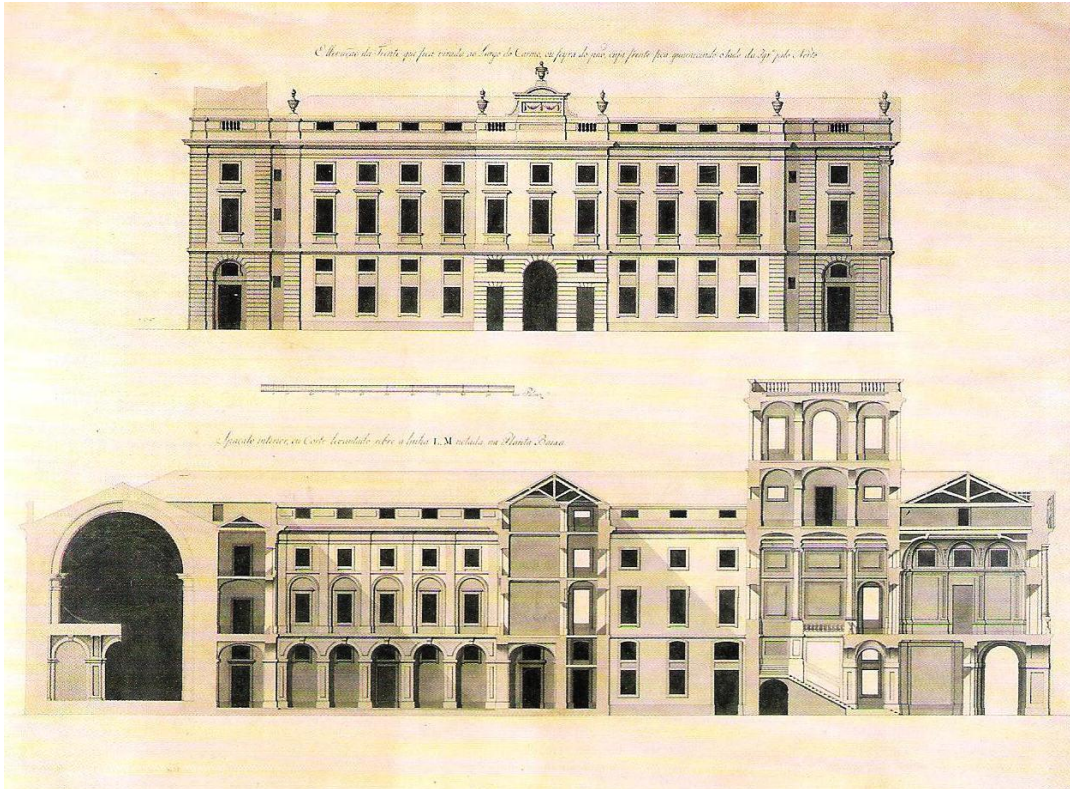
**Ilustração 4:** Igreja do Colégio dos Órfãos de Sra. da Graça vista do Largo do Viriato - Jornal de Notícias s/d (<http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com>)



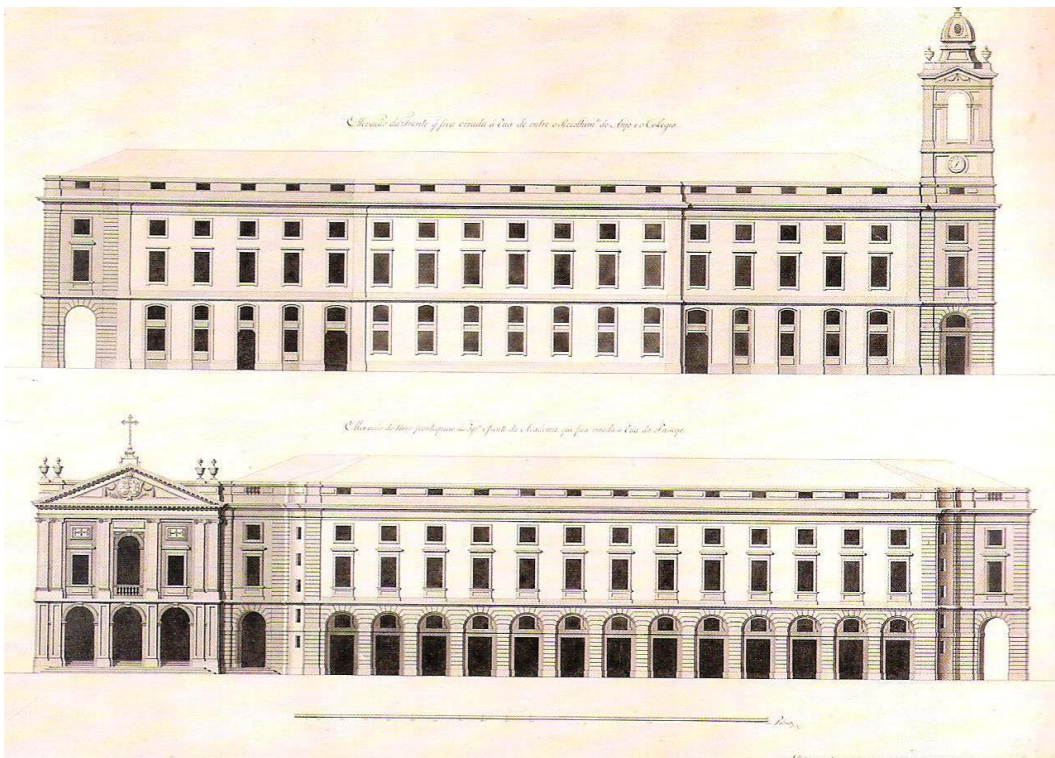
**Ilustração 5:** Primeiro projecto apresentado por Carlos Amarante, 1807. Nesta, podemos ver a Norte a sinalização da “Igreja que existe”. Este projecto mostrou-se muito preso ao anterior de Costa e Silva. (in GUEDES, Pde. Baltazar (1951). *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de N. S.ª da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que a fundação dele succedeu*. Imprensa Portuguesa. Câmara Municipal do Porto. Porto, p. 361).



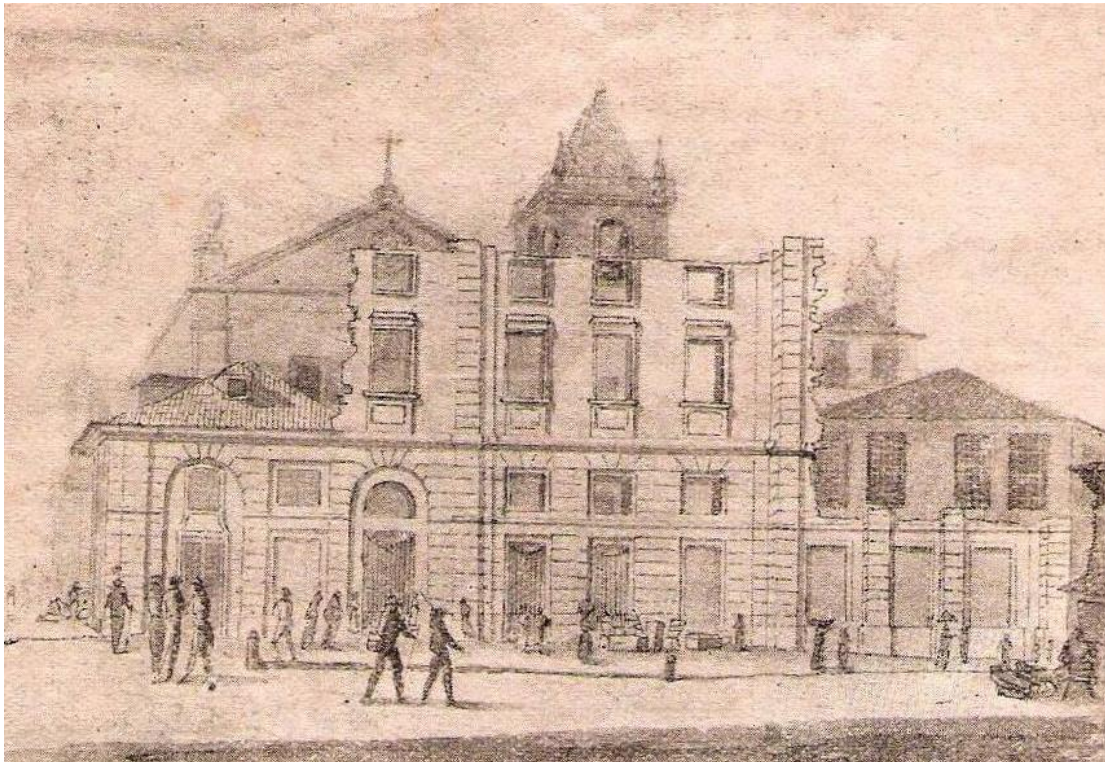
**Ilustração 6:** Segundo projecto apresentado por Carlos Amarante. Este é o que viria a ser aprovado a 26 de Setembro de 1807, nele podemos ver a liberdade de traçado em contraste ao primeiro projecto. (in GUEDES, Pde. Baltazar (1951). Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de N. S.ª da Graça, sito fora da Porta do Olival desta Cidade do Porto, em a qual se contém tudo o que a fundação dele sucedeu. Imprensa Portuguesa. Câmara Municipal do Porto. Porto).



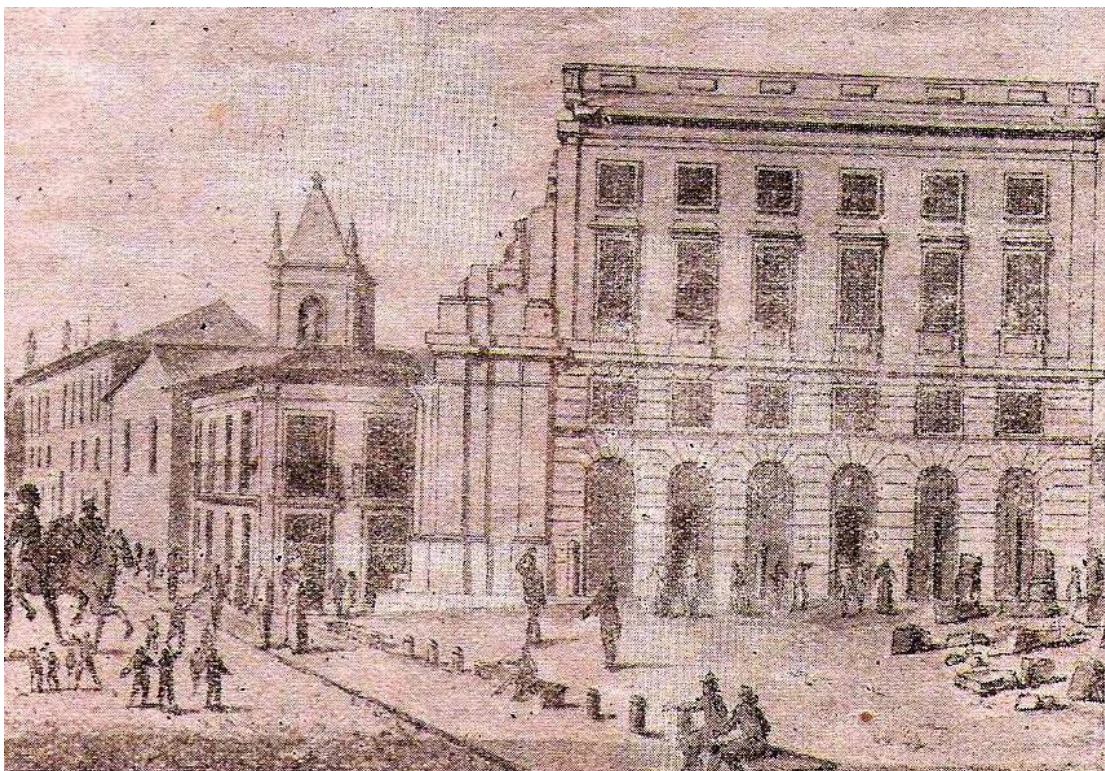
**Ilustração 7:** Em cima: Fachada Norte da Academia, virada ao Largo do Carmo, guarnecendo a igreja pelo Norte; Em baixo: Corte do projecto de Carlos Amarante (Arquivo da Universidade do Porto).



**Ilustração 8:** Em cima: Lado Nascente, à rua entre o Mercado do Anjo e o Colégio dos Órfãos; Em baixo fachada Poente. Projecto de Carlos Amarante. (Arquivo da Universidade do Porto).



**Ilustração 9:** Academia Real da Marinha e Comércio em construção. Desenho de Joaquim Cardoso Villanova, 1833 (Número Único do Jornal Porto Académico de 1962).



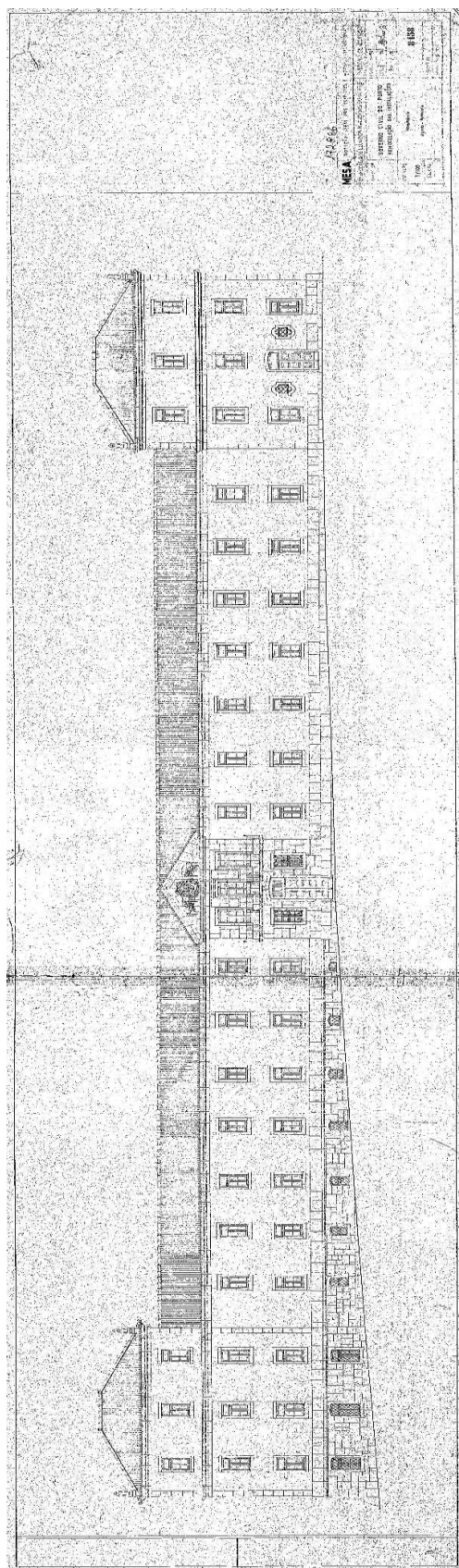
**Ilustração 10:** Academia Real da Marinha e Comércio em construção. Desenhos de Joaquim Cardoso Villanova, 1833. (Número Único do Jornal Porto Académico de 1962).



**Ilustração 11:** O edifício mais à esquerda seria o Hospício dos Religiosos de Santo António, a dita Casa dos Expostos, para onde fora transferida a Aula de Debuxo e Desenho em 1802. Ao lado vê-se o extinto Mercado do Peixe onde hoje se encontra o Tribunal de Justiça da cidade do Porto. (Fotografia de 1871).



**Ilustração 12:** Mercado do Peixe e o Hospício dos Expostos. Vista do Largo do Viriato. s/d.



**Ilustração 13:** Alçado Nascente da Real Casa Pia. (IPPAR: Governo Civil do Porto - Obras de Remodelações - 1974)



**Ilustração 14:** Fachada principal do antigo edifício da Real Casa Pia e do Governo Civil do Porto, actualmente pertence à GNR. (Fotografia de 2007).



**Ilustração 15:** Idem. (Fotografia de 2007).







**Ilustração 19:** Vista actual do Palacete de Balsemão, onde hoje funcionam vários Serviços camarários. (Fotografia de autor desconhecido, s/d).



**Ilustração 20:** Desenho do Novo Hospital da Misericórdia, este veio substituir o anterior hospital, sito na Rua das Flores. Será mais tarde conhecido por Hospital de Santo António, sendo que numa das suas dependências funcionará a Real Escola de Cirurgia criada em 1825. (Desenho de Joaquim Cardoso Villanova, 1833).



**Ilustração 21:** Hospital de Santo António. (Postal do século XIX).



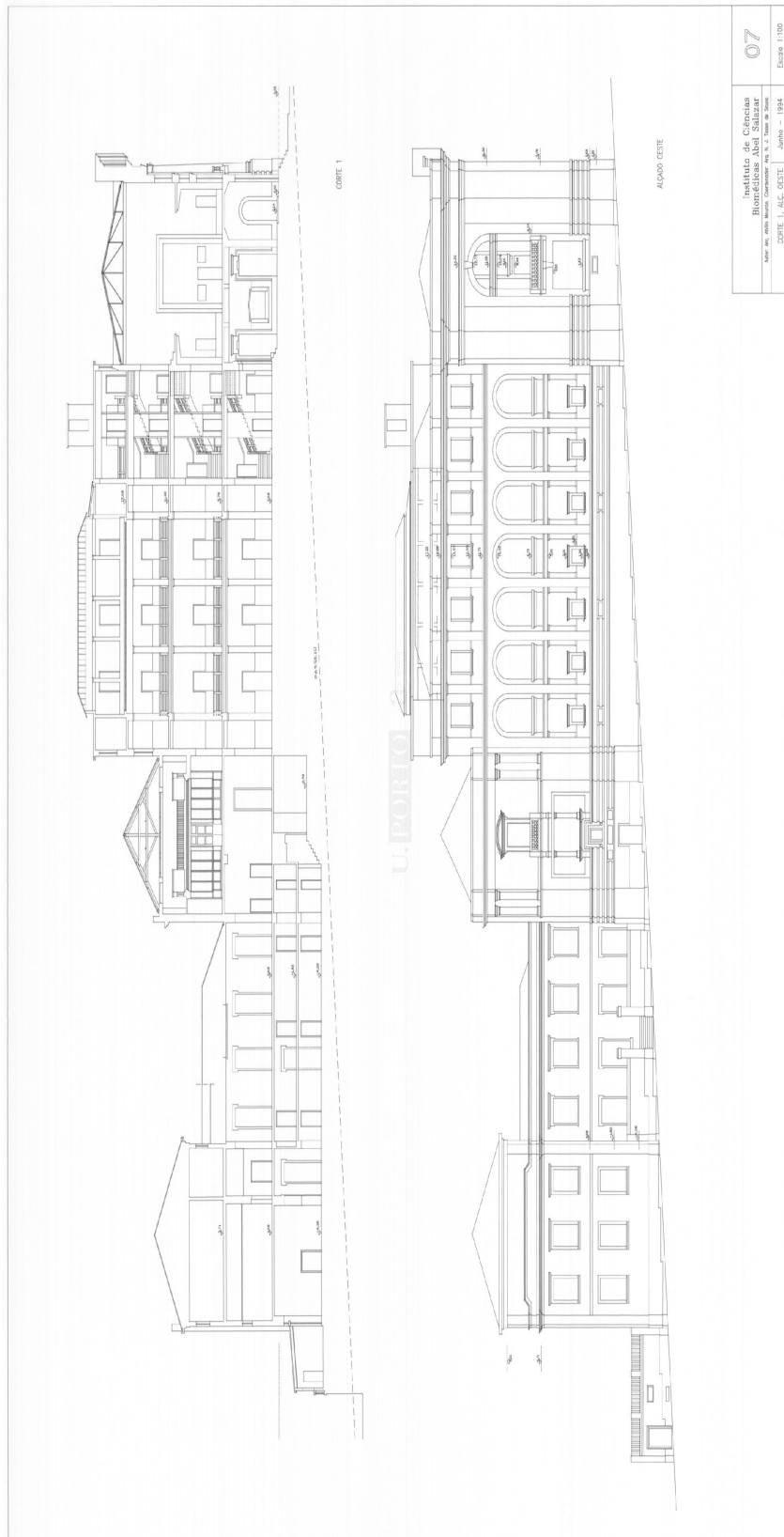
**Ilustração 22:** Mais à esquerda encontra-se o novo edifício da Escola Médico-Cirúrgica, inaugurado em 1883. O edifício adjacente à escola é o extinto Convento das Carmelitas que alojara a Escola Médica e que actualmente é ocupado pela GNR. Ao fundo vemos a igreja pertencente ao convento. (Bilhete postal dos últimos tempos da Monarquia, da série *Estrela Vermelha*, de Carlos Pereira Cardoso).



**Ilustração 23:** Risco proposto para a fachada principal da que seria a Faculdade de Medicina, aquando a reforma e aumento do edifício. Projecto de Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo. (Arquivo da Universidade do Porto, s/d).

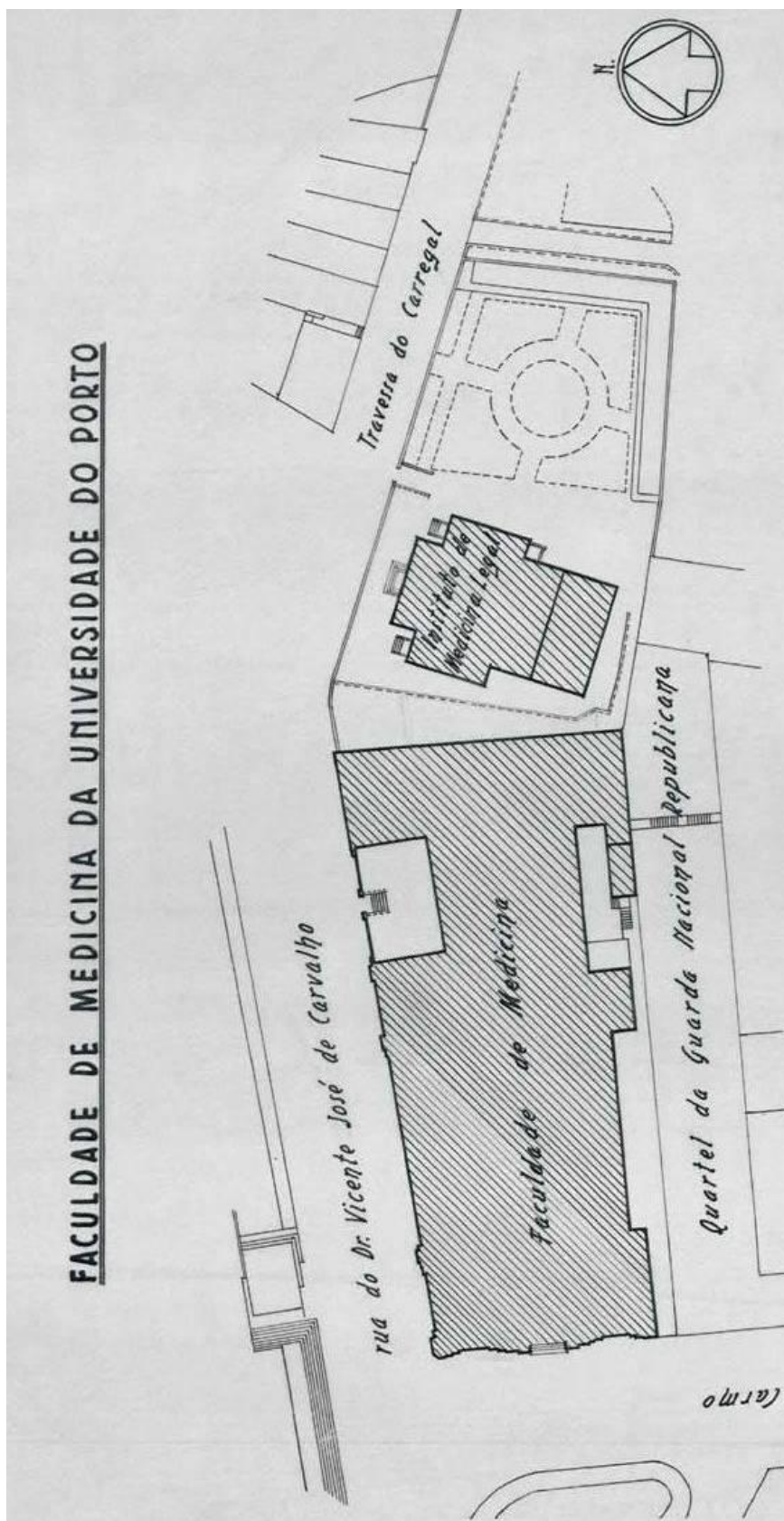


**Ilustração 24:** Fachada do edifício principal da Antiga Escola Médica Cirúrgica, onde também albergou temporariamente a Faculdade de Letras e de Economia e onde desde 1975 sita o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. (Fotografia de 2007).



Instituto de Ciências Biomédicas Rua Alfredo Nacional, 100 4050-313 Porto, Portugal Junho - 1994	<b>07</b> Escala 1:100
--	---------------------------

**Ilustração 25:** Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar : Corte 1 : Alçado Oeste : 07 / Proj. Abílio Mourão, Arquitecto ; N. J. Tasso de Sousa, Coordenador. -1:100. -1994-06-?? -1994-06-??. -1 corte, 1 alçado em 1 folha, : Desenho em rolo. N.º do desenho: 4427. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 26:** Planta Topográfica da antiga Faculdade de Medicina, onde hoje o ICBAS. (Arquivo Digital da Universidade do Porto, séc. XX).



**Ilustração 27:** Antigo Hospício dos Religiosos de Santo António de Val-da-Piedade - Convento de Santo António da Cidade. Recebeu a Academia Portuense de Belas Artes e o Museu Portuense. Em 1842 recebera a Real Biblioteca Pública. Foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 735/74, DG n.º 297, de 21-12-1974. (Fotografia IPPAR).



**Ilustração 28:** Antigo Convento de Santo António da Cidade e actual edifício da Biblioteca Pública Municipal do Porto. (Fotografia IPPAR).



**Ilustração 29:** Academia Politécnica do Porto, lado Sul. Também visível na gravura, o lado nascente do edifício e o já referido Mercado do Anjo. (“Arquivo Pitoresco”, Volume IX, 1866).



**Ilustração 30:** Fachada Norte, virada para o Largo do Carmo. (Fotografia de autor desconhecido, 1882).



**Ilustração 31:** Fachada sul do edifício da Academia Politécnica do Porto. Em primeiro plano, vemos o já extinto Mercado do Anjo. Nesta imagem, se a compararmos com a anterior fotografia desta fachada (sul), não podemos deixar de notar no imenso aumento que o edifício sofrera. (Fotografia de autor desconhecido, s/d).



**Ilustração 32:** Fachada principal do edifício da Faculdade de Ciências. (Fotografia da capa do Número Único Comemorativo do Jornal Porto Académico, Abril 1962).

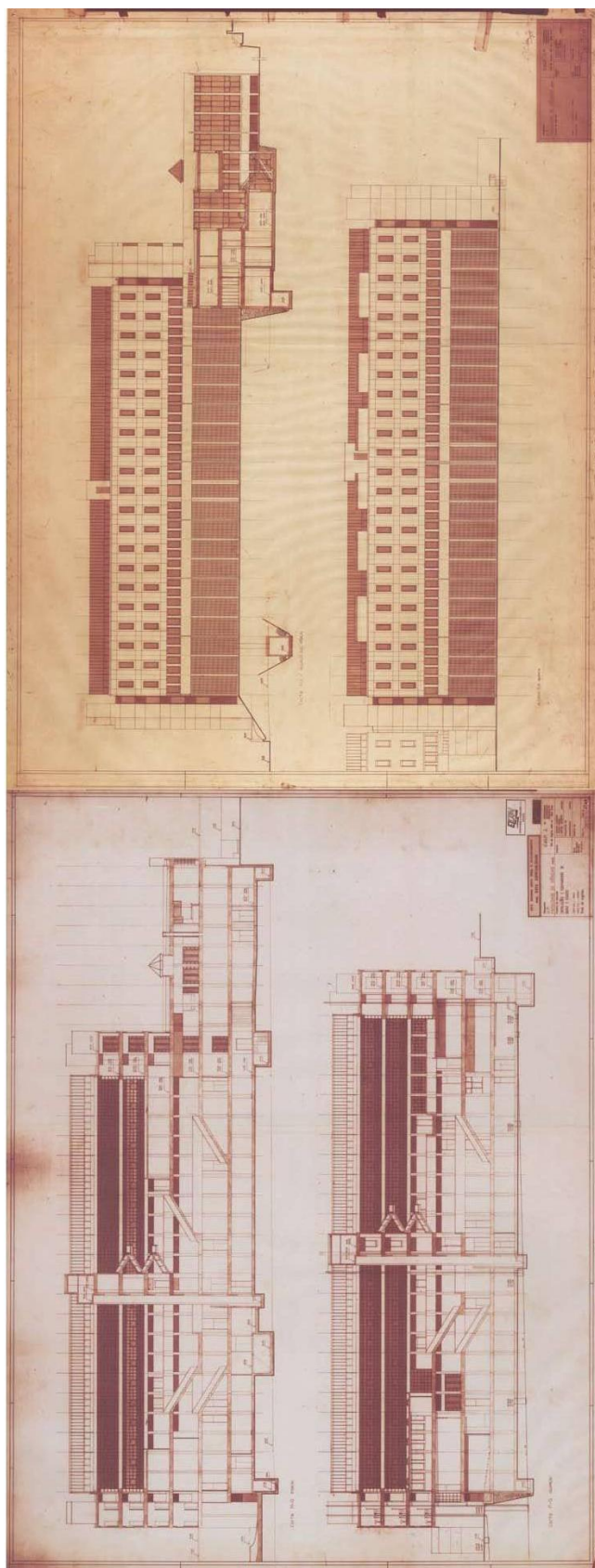




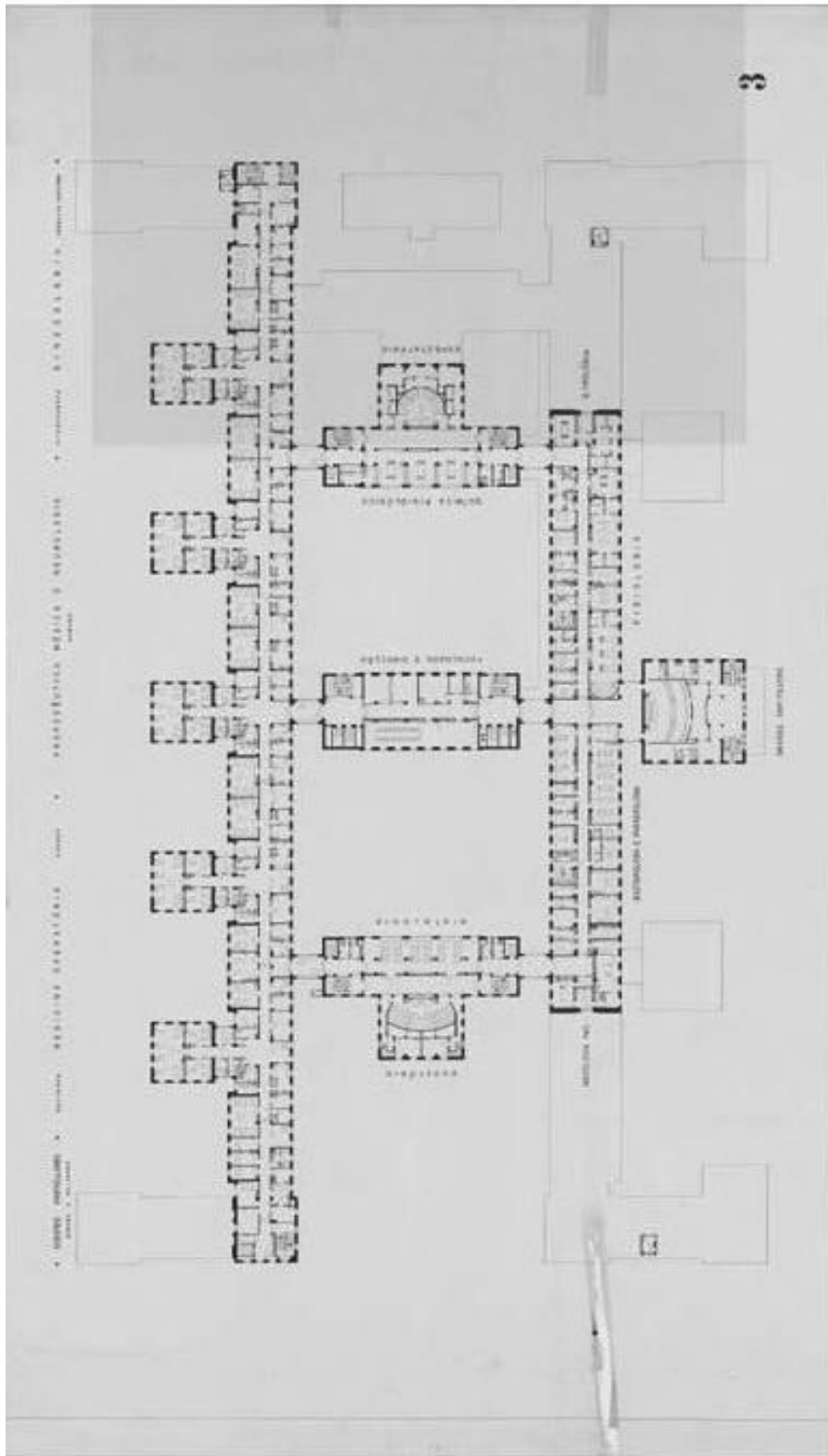
**Ilustração 34:** Fachada Norte do edifício da Praça Gomes Teixeira onde desde 2007 se instalara definitivamente os Serviços da Reitoria da Universidade do Porto e grande parte dos Museus Universitários e respectivos arquivos. (Fotografia de Manuel Sousa, s/d).



**Ilustração 35:** Nova Faculdade de Ciências, no Pólo 3, Campo Alegre. Edifício inaugurado em 2003 projectado pelo Arquitecto Carlos Loureiro. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



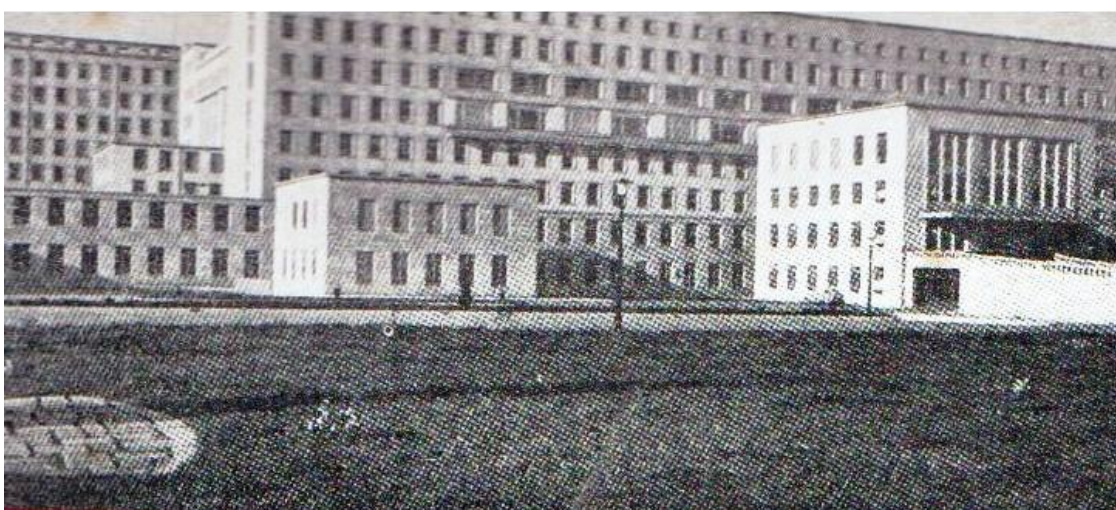
**Ilustração 36:** Nova Faculdade de Ciências, Pólo 3, Campo Alegre. Projecto de execução, 1988-1989. (Arquivo da Universidade do Porto)



**Ilustração 37:** Planta do novo Hospital Escolar do Porto. A decisão por esta construção foi promulgada pelo Diploma de Julho de 1933, onde previa a construção de dois hospital escolares, um em Lisboa outro no Porto, ficando à responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. A zona e terreno ficaram apenas definidos, na cidade do Porto, a 16 de Julho de 1954 pela Portaria da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas. Este projecto é da autoria do alemão Herman Distel.



**Ilustração 38:** Planta Topográfica da Cidade Universitária do Porto, também denominado Pólo 2 – Asprela. Este projecto não fora esquecido pois encontra-se ainda em desenvolvimento.



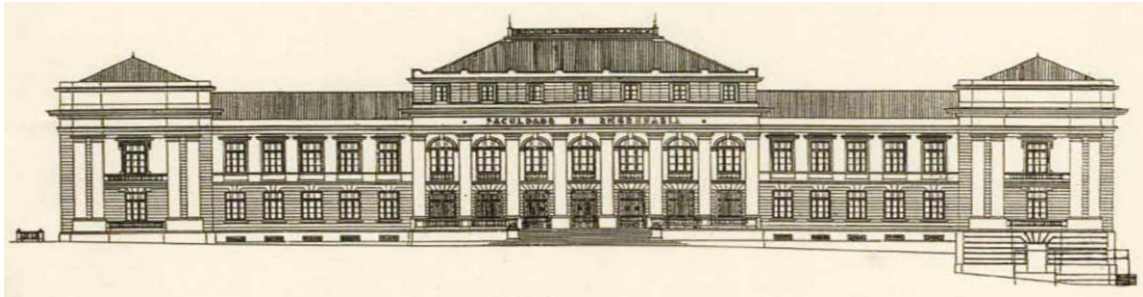
**Ilustração 39:** Hospital Escolar São João, Porto no dia da inauguração a 24 de Junho de 1959. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



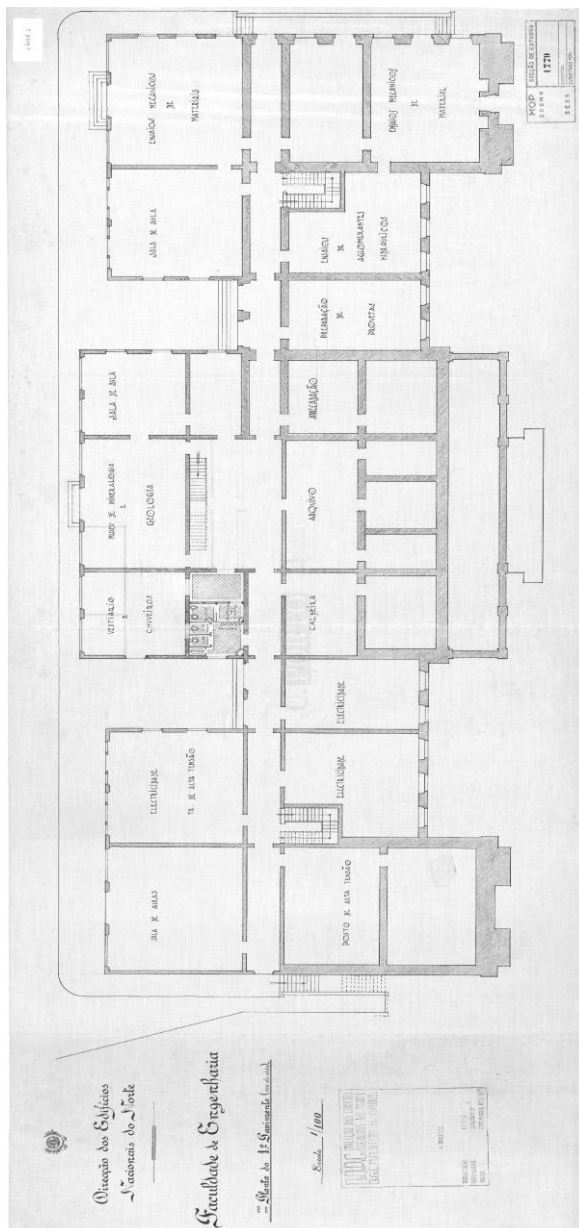
**Ilustração 40:** Vista actual da Fachada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Fotografia de autor desconhecido, s/d).



**Ilustração 41:** Novo edifício da Faculdade de Engenharia em construção, Rua dos Bragas. (Fotografia do Arquivo da Universidade do Porto, 1934).



**Ilustração 42:** Fachada Principal da Faculdade de Engenharia, sita na Rua dos Bragas, 1927. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 43:** Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte - Faculdade de Engenharia, planta do 1º Pavimento (rés-do-chão). (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



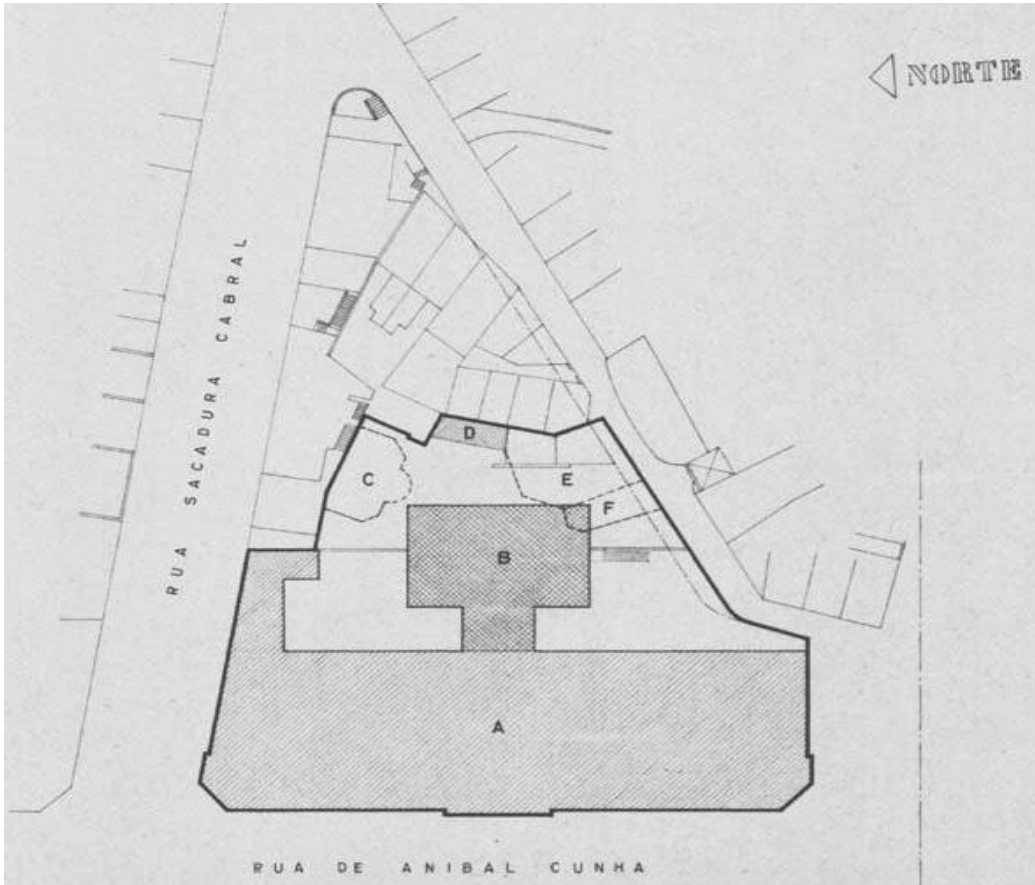
**Ilustração 44:** Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2009. (Arquivo Digital da UP).



**Ilustração 45:** Vista aérea da Faculdade de Engenharia. (Fotografia de autor desconhecido, s/d).



**Ilustração 46:** Nova Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - Pólo da Asprela. Planta dos arranjos exteriores. (Arquivos da Universidade do Porto, 1993).



**Ilustração 47:** Planta geral da faculdade de Farmácia. Dezembro de 1962. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).

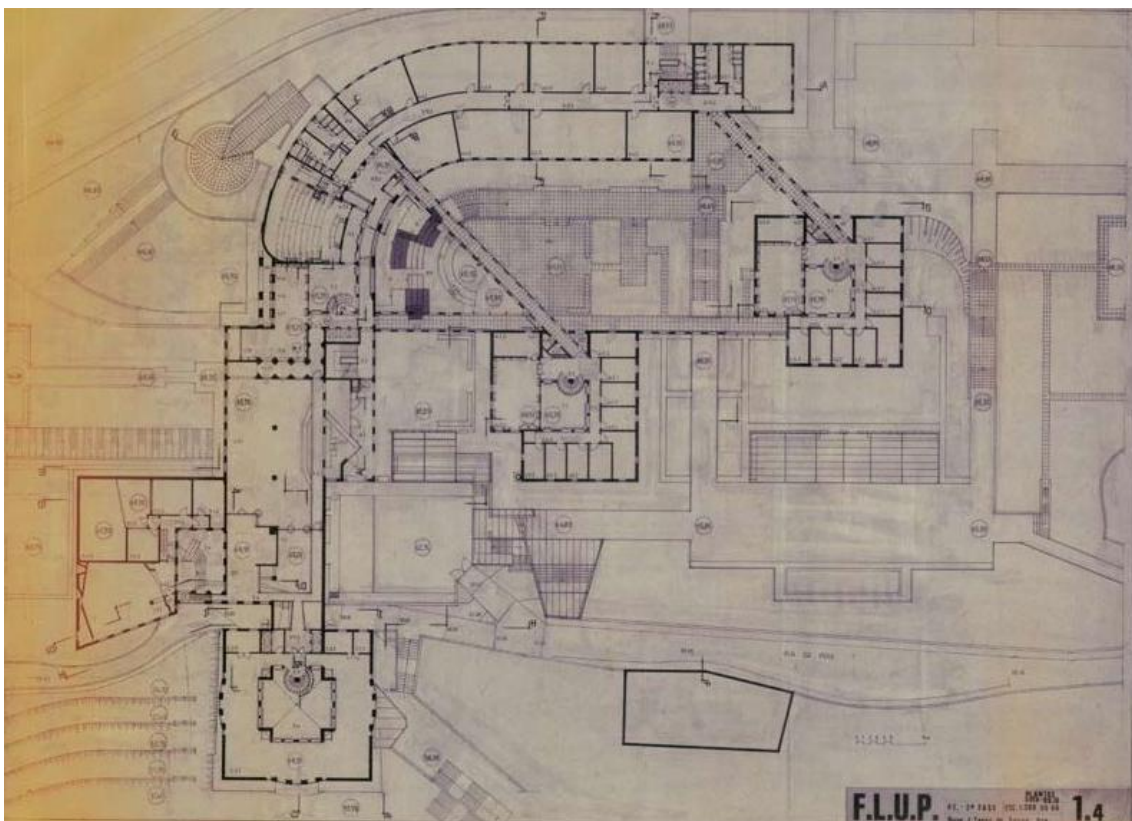


**Ilustração 48:** Vista a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. À esquerda uma fotografia de 1934 e à direita uma fotografia actual. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).





**Ilustração 50:** Notícia da ocupação do Seminário de Vilar pela Faculdade de Letras durante o ano lectivo de 1975/1976. O Comércio do Porto, 15 de Março de 1975. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 51:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Projecto de execução da autoria do Arquitecto Nuno J. Tasso de Sousa. Agosto, 1990. (Arquivo da Universidade do Porto).



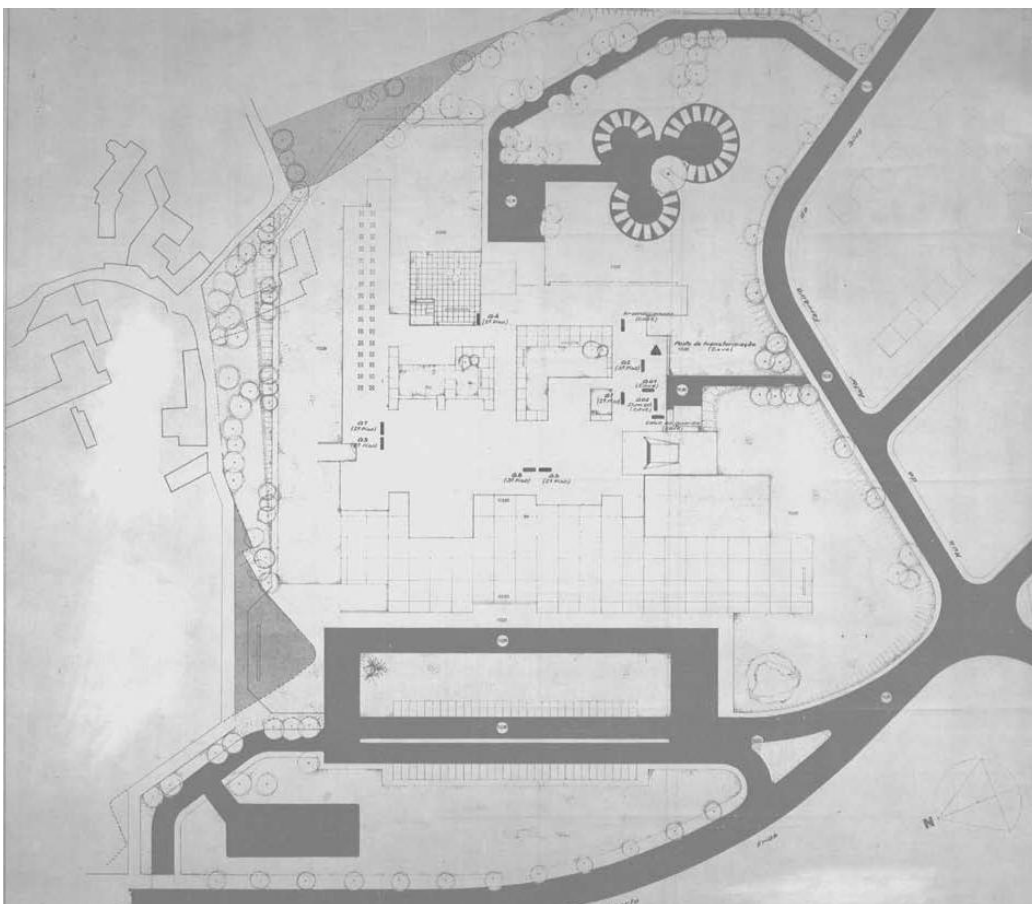
**Ilustração 52:** Vista da Via Panorâmica da Faculdade de Letras, Pólo 3 - Campo Alegre. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 53:** Faculdade de Letras, Pólo 3 - Campo Alegre. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



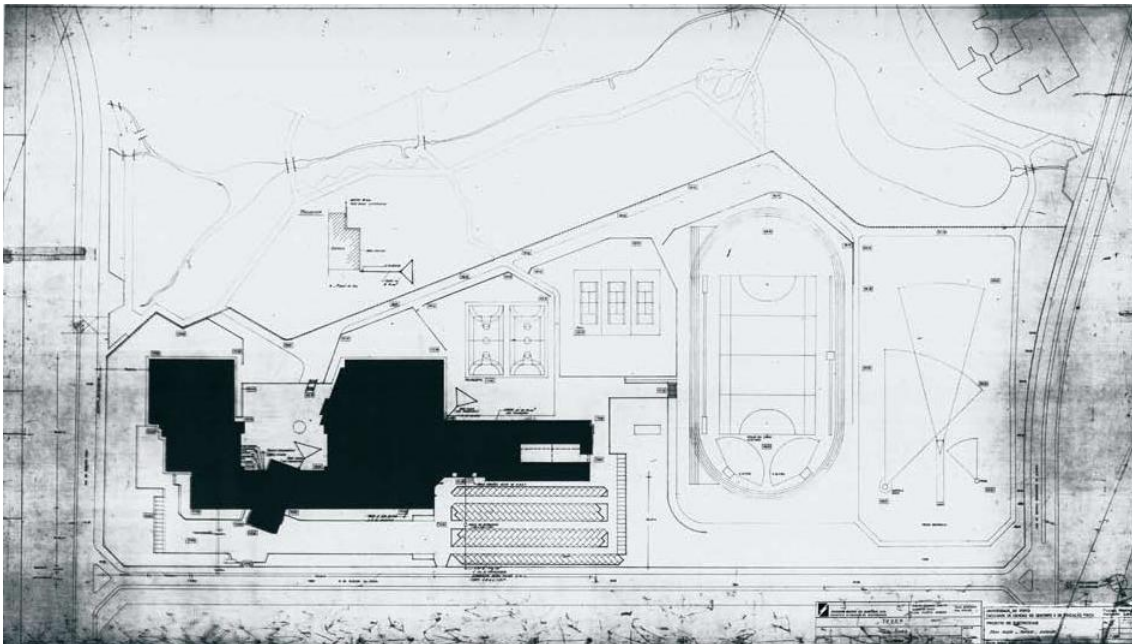
**Ilustração 54:** Faculdade de Economia no Pólo 2 – Asprela. O projecto arquitectónico está assinado por Viana de Lima. A escultura de bronze, com cerca de 18m de altura, é da autoria de José Rodrigues. Os estudos para a construção desta Faculdade, começaram por volta de 1960, no entanto só dez anos de depois se assinara o contrato que dera início à construção. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 55:** Planta geral da Faculdade de Economia, 19 de Fevereiro de 1974. (Arquivo da Universidade do Porto).



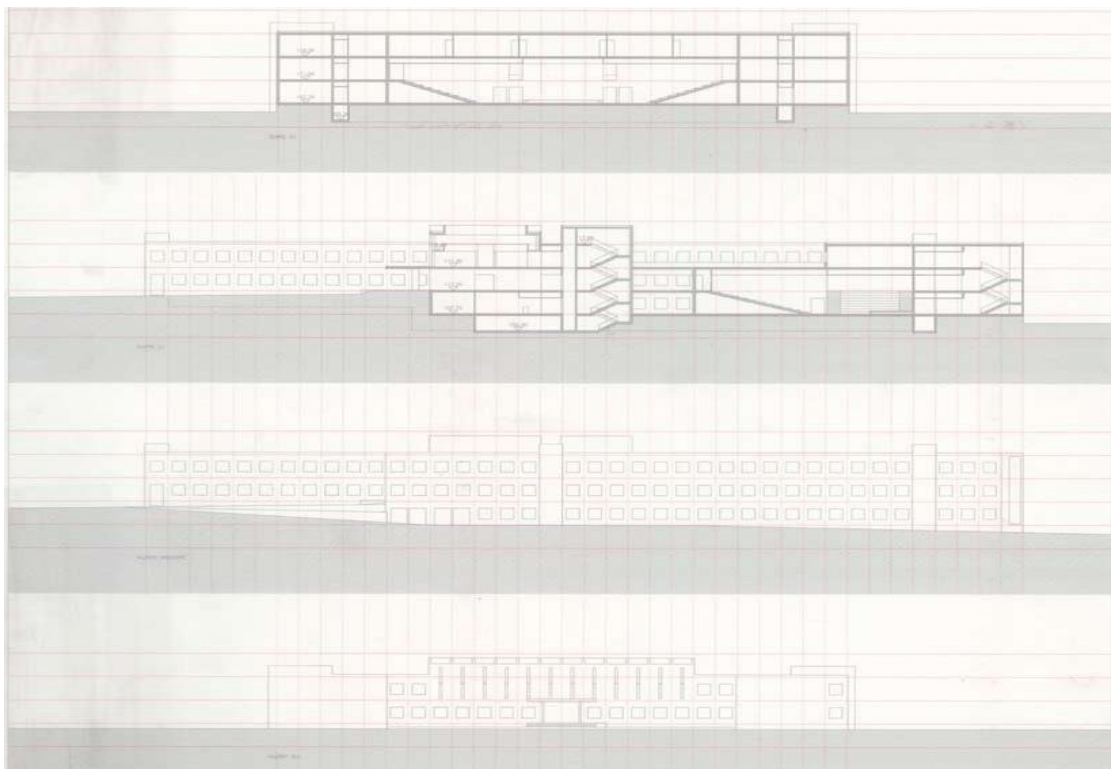
**Ilustração 56:** Fachada da Faculdade de Desporto da UP, Pólo 2 - Asprela. Projectada pelo Arquitecto Cristiano Moreira e inaugurada a 26 de Maio de 1997. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 57:** Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Projecto de electricidade. 1993-1995. (Arquivo da Universidade do Porto).



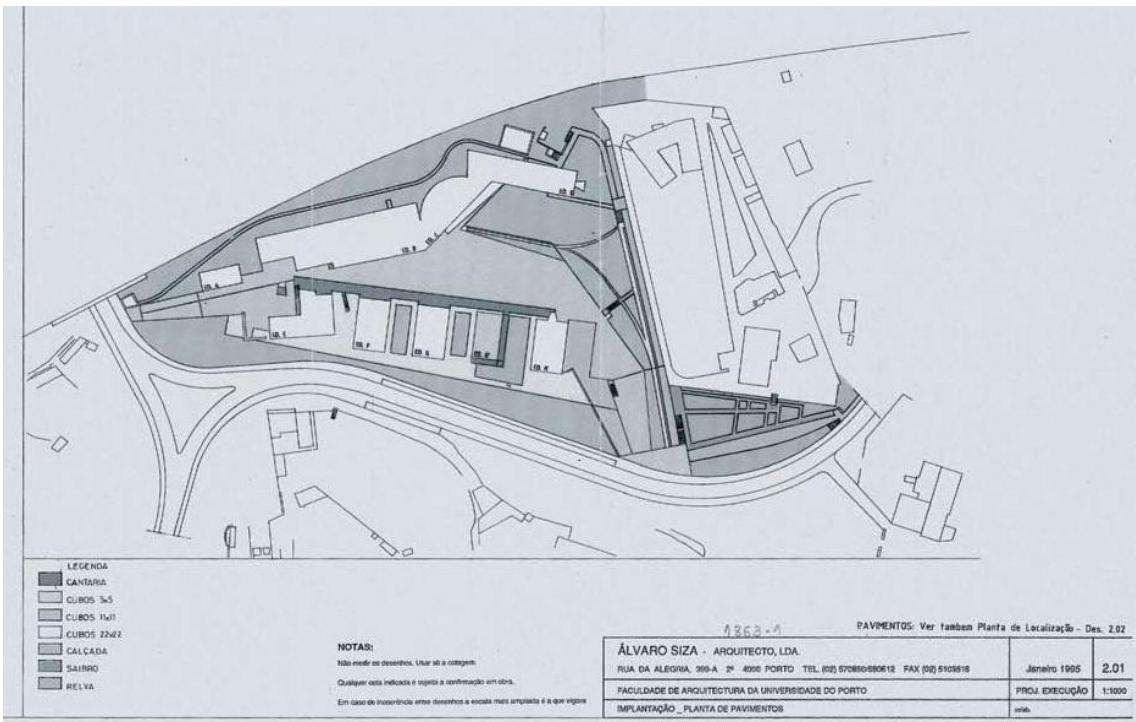
**Ilustração 58:** Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Pólo 2 – Asprela. Após ter seguido os rastros da Faculdade de Letras no que diz respeito a instalações e chegando mesmo a partilha-las, com a recém criada Faculdade de Direito, tem finalmente direito a um edifício próprio. Projectado pelo reconhecido Arquitecto Fernando Távora, foi inaugurada no ano de 2005. (Arquivo Digital da UP).



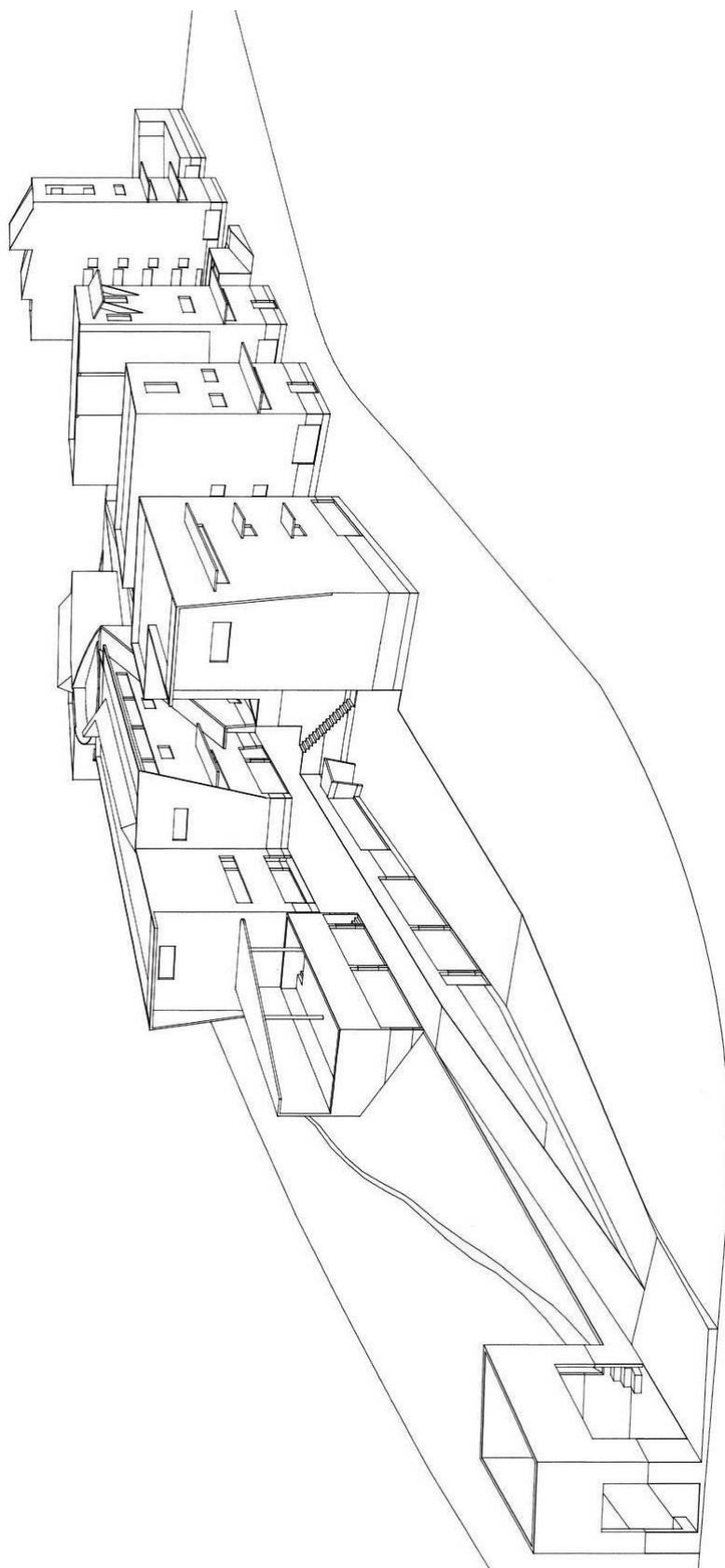
**Ilustração 59:** Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Estudo prévio. Julho 1997. (Arquivo da Universidade do Porto).



**Ilustração 60:** Faculdade de Arquitectura, Pólo 3 – Campo Alegre. Projectada em 1987 pelo reconhecido e antigo aluno da casa, o Arquitecto Álvaro Siza Vieira.



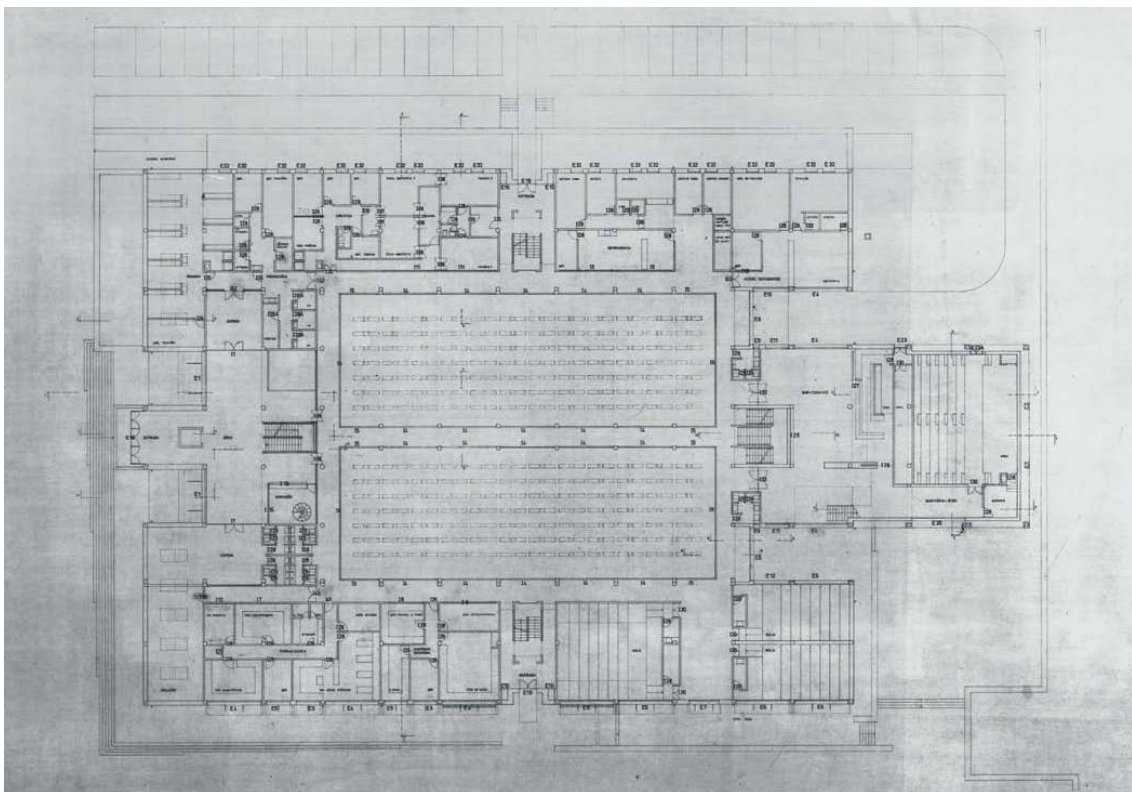
**Ilustração 61:** Faculdade de Arquitectura. Planta de Pavimentos. Janeiro de 1995. (Arquivo da UP).



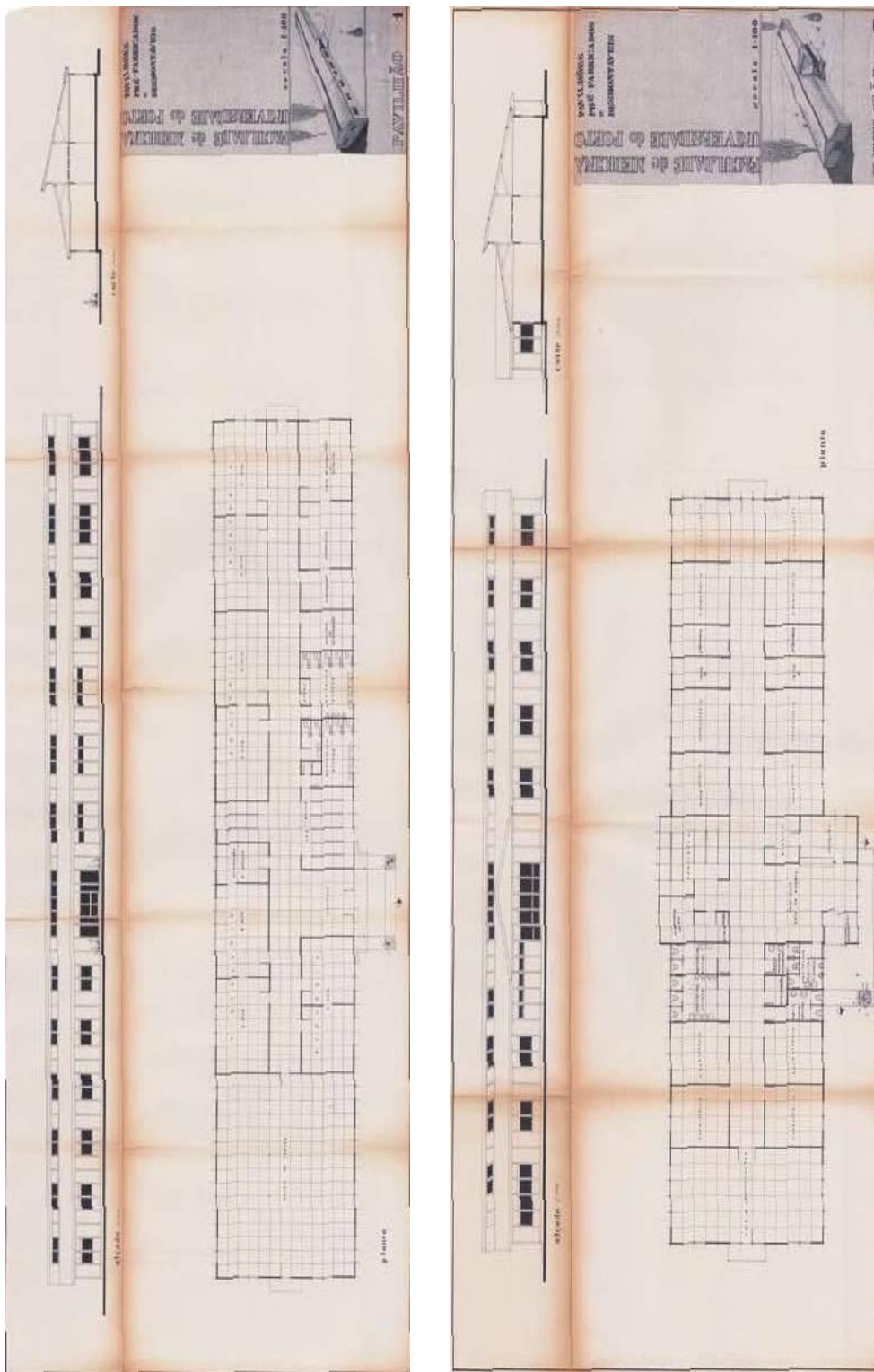
**Ilustração 62:** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Perspectiva. (Arquivo da UP).



**Ilustração 63:** Faculdade de Medicina Dentária da UP, Pólo 2 – Asprela. Anteriormente instalada nos pavilhões pré-fabricados do Hospital escolar São João onde viria, a partir de 1992, partilhar com a Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação. Muda-se para o novo edifício em 1997, tendo sido este projectado pelo respeitado Arquitecto Domingo Tavares.



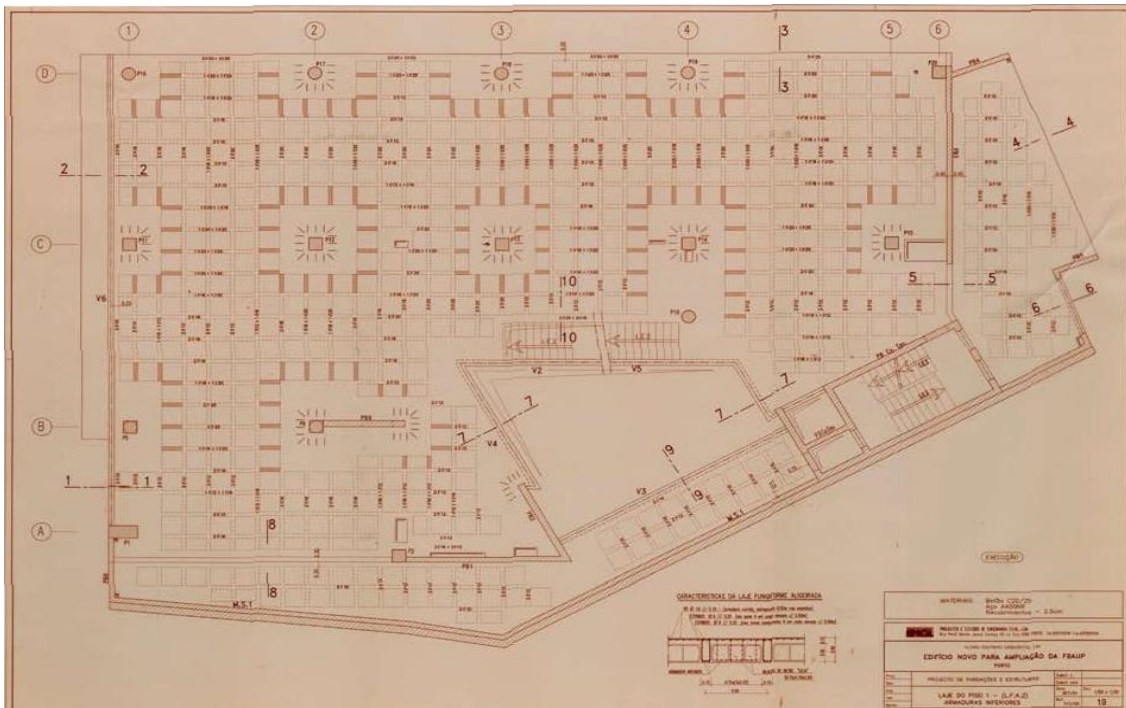
**Ilustração 64:** Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto. Projecto de execução. Arquitectura. Dezembro, 1990. (Arquivo da UP).



**Ilustração 65:** Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Pavilhões pré-fabricados e desmontáveis. Pavilhão 1 e 2. Onde funcionaram a Faculdade de Medicina Dentária e Ciências da Nutrição, esta última mudara-se temporariamente, em 2009, para a Faculdade de Engenharia. (Arquivo da Universidade do Porto).



**Ilustração 66:** Palacete Braguinha onde sede a Faculdade de Belas-Artes desde 1928. Foi sujeito a varios projectos de aumento e remodelação, no entanto este fora efectivamente da autoria do Arquitecto Octávio Lixa Filgueira que depois fora substituído por Eduardo Brito. (Arquivo Digital da UP).



**Ilustração 67:** Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Execução. Projecto de fundações e estruturas. Setembro, 2001. Este edifício tem mais novos pavilhões cada um serve a uma arte maior, tendo sido da autoria dos Arquitectos Manuel Lima Fernandes de Sá e Carlos Ramos, (Arquivo da UP).



**Ilustração 68:** Notícia do Diário de Lisboa, 20 de Abril de 1974. (Arquivo Digital da UP).



**Ilustração 69:** Escadaria nobre do edifício da Praça Gomes Teixeira, após forte incêndio em Abril de 1974. Na parede vimos um dos três frescos de Salgado Veloso neste edifício, tendo sido um totalmente destruído. (Arquivo Digital da Universidade do Porto).



**Ilustração 70:** Fotografia do Coro Clássico do Orfeão Universitário, 1951. Que nos mostra o destruído Salão Nobre antes do incêndio de 1974 e nos deixa para sempre registado o fresco que completa a obra de Salgado Veloso neste edifício. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



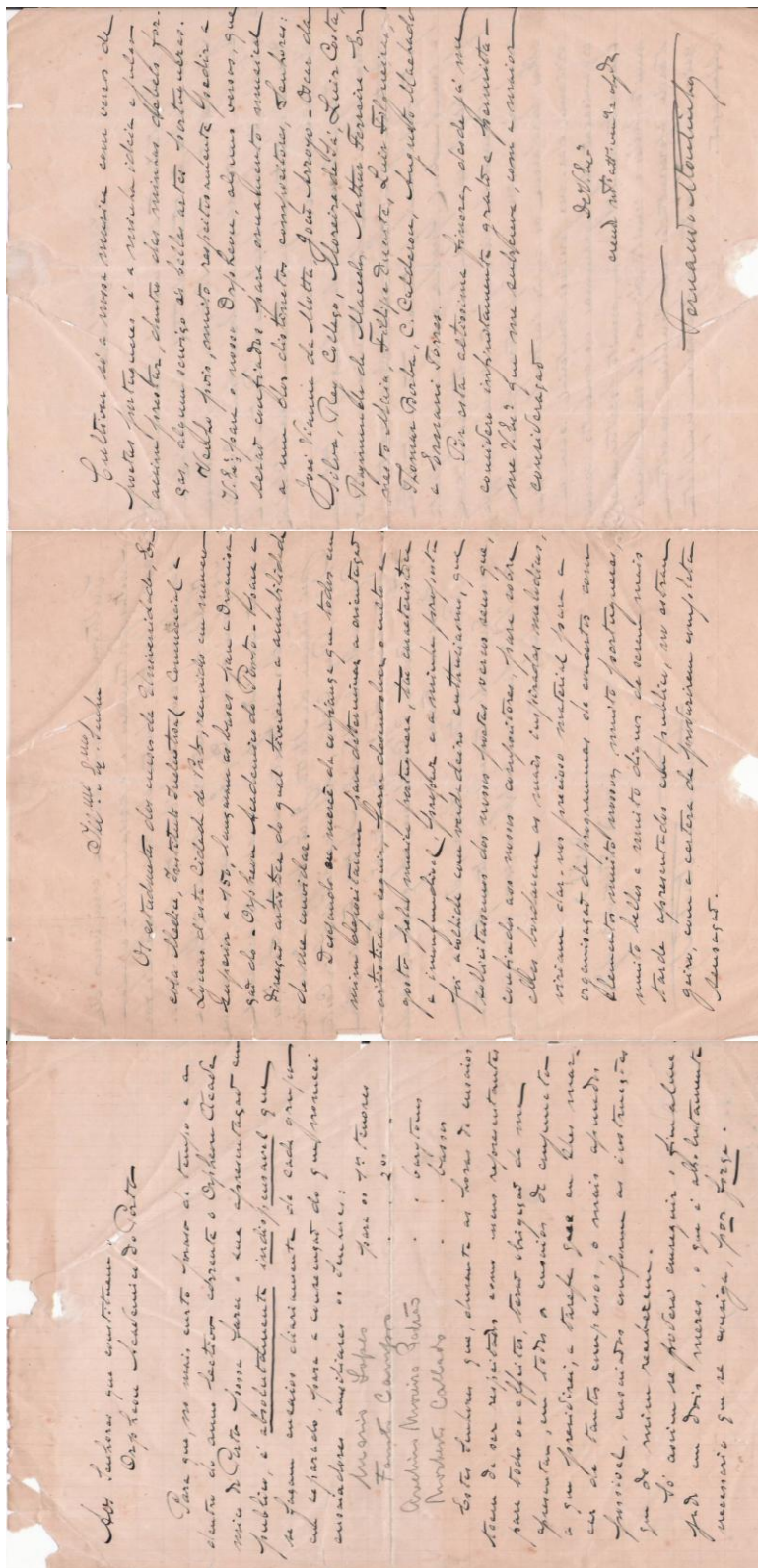
**Ilustração 71:** Fotografia do Coro Clássico do Orfeão Universitário do Porto, a 7 de Janeiro de 2010. Nesta fotografia podemos notar as obras de restauro feitas após o incêndio, registando o aspecto actual do Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Porto.



**Ilustração 72:** Ex-quartel da Torre da Marca, ex-CICAP e antiga sede de Reitoria da Universidade do Porto. Este edifício encontra-se em remodelação desde 2007 para receber o ICBAS e da Faculdade de Farmácia, pensa-se que esteja pronto já em 2011.



**Ilustração 73:** Maqueta do que será o resultado das últimas obras. Um projecto da responsabilidade do Arquitecto José Manuel Soares que o iniciou em 2002 tendo até à data do início das obras, 2008, sofrido algumas alterações. (Arquivo Digital da UP).



**Ilustração 74:** Documentos de Fundação da Instituição, assinados pelo Director Artístico do Orfeão Académico do Porto. A folha mais à esquerda trata-se de uma carta dirigida aos orfeonistas incentivando a virem aos ensaios diários. As restantes folhas é uma carta redigida pelo Maestro dirigida a vários poetas portugueses pedindo ajuda na contribuição de obras para adaptar, podendo assim responder ao objectivo fundador do OAP.



**Ilustração 75:** Orpheon Académico do Porto, 1913. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 76:** Programa do primeiro espectáculo do Orfeão Académico do Porto, a 1 de Junho de 1912. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 77:** Palácio de Cristal, já demolido. Orfeonistas após espectáculo de beneficência das Escolas Gratuitas da Cidade do Porto, 1913. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 78:** Espectáculo de 13 de Abril de 1937, Teatro Rivoli. Sendo esta fotografia o registo da primeira actuação de um Coro Universitário com naipes femininos. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 79:** Tuna Académica do Porto, 1937. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 80:** Orquestra Universitária de Tangos, 1940. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 81:** Aureliano da Fonseca e Paulo Pombo (já falecido), respectivamente. Autores “de café” do ainda hoje, Hino dos Estudantes Universitários Portugueses, “Amores de Estudante”, 1937. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 82:**Capa da *tango-canção* “Amores de Estudantes” nascida em 1937. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).

**AMORES DE ESTUDANTE**  
TANGO

Letra de Dr. Paulo Pombo      Música de Aureliano Fonseca

Piano

**I**

São como as rosas dum dia  
os amores de estudante  
que o vento logo levava.  
Pétalas embebecidas  
deixam no ar o perfume  
dum Sétimo que se levava.

Capas negras de estudantes  
vão como asas de andorinhas  
enquanto dura o verão:  
—Peijilam, sobram um instante,  
ambuladas nos beirais  
do Palácio da Realde!

**II**

Os amores de estudante  
são franjas de ondas do mar  
que os ventos logo arrebanam.  
Eschem a vida um instante,  
logo dessem, depois marrom,  
mal se sabe se insurreiam!

Modéstia, oh modéstia,  
louca, ingenua, generosa  
e fanfarrina de flautão,  
que nunca sabe os motivos  
de quanto quita o capricho  
ou lhe diga o coração!

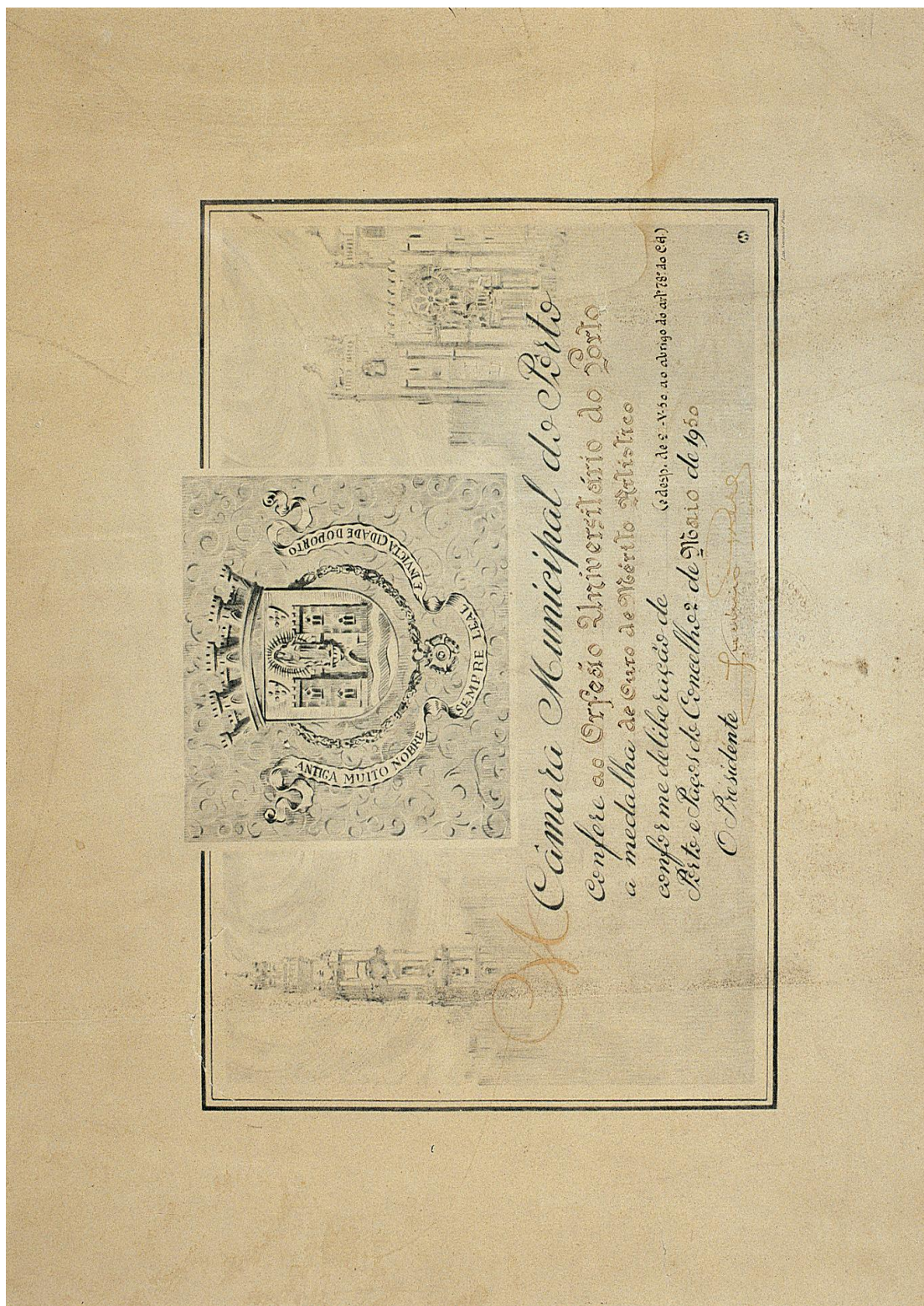
**Ilustração 83:** Partitura do tango “Amores de Estudante”, letra de Paulo Pombo e Música de Aureliano da Fonseca, 1937. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 84:** Actuação do Coro Clássico no Sarau Anual de 1973, onde vemos a presença do traje feminino. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 85:** Grupo de Bailados Regionais do OUP. Pelos trajes sabe-se que interpreta uma dança típica da Ilha da Madeira, no Coliseu do Porto no ano de 1956. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 86:** Diploma pelo recebimento da Medalha de Ouro de Mérito Artístico da Cidade do Porto a 25 de Maio de 1950. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 87:** Orquestra Ligeira do OUP, 1958. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



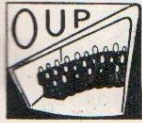
**Ilustração 88:** Grupo de Danças de Pauliteiros de Miranda do OUP, dançando no Sarau Anual de 1960. Este grupo foi fundado no ano de 1955. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto)



**Ilustração 89:** Actuação no Palácio de Cristal, Porto, a 29 de Março de 2009, no âmbito da Mostra da Universidade do Porto. Este mesmo grupo, actualmente, traja-se com um maior rigor correspondente à exigência etnográfica da Instituição.



**Ilustração 90:** Lápide comemorativa do título de Sócio Honorário atribuído ao Orfeão Universitário pela Casa do Distrito do Porto de Luanda, no dia 19 de Agosto de 1956. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



BOLETIM

DO

# ORFEÃO

UNIVERSITÁRIO DO PORTO



## PRIMEIRAS PALAVRAS

A quando da publicação do "número único" comemorativo do 45º aniversário da fundação do Orfeão Académico e 20º do Orfeão Universitário do Porto, a comissão encarregada de tal havia pensado igualmente das possibilidades da emissão duma folha periódica, do tipo "Boletim", informativo das actividades e aspectos da vida interna do nosso ORFEÃO.

Com efeito, julgava-se de bastante utilidade a existência dum órgão que, além de possuir um carácter informativo, oferecesse aos orfeonistas a possibilidade de colaboração literária e no qual - aspecto importante - os mesmos orfeonistas tivessem a oportunidade de apresentar os seus problemas e sugestões, efectuando um trabalho de crítica constructiva à orientação seguida pelos corpos directivos, apontando erros e indicando possíveis soluções; numa

palavra, colaborando útil e conscientemente com os colegas que têm a seu cargo a difícil tarefa da condução dos destinos do OUP.

É com base, portanto, nestas asserções, que se inicia a publicação deste Boletim. A comissão dele encarregada está animada da melhor das boas vontades e esperançada na maior proficuidade dos seus resultados.

Uma coisa porém é certa: não será apenas a comissão que construirá o sucesso desta iniciativa, mas sim todos os orfeonistas. Deles portanto dependerá o seu melhor êxito.

Colegas orfeonistas:

- O Boletim é vosso; pertence-vos por isso mesmo a tarefa de zelar também pela sua continuidade!

A comissão.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO a cargo dos orfeonistas Fernando Reis Lima, Manuel José Vieira da Silva Caspurro,

Mário de Caldeilla Paula Santos e José da Paz dos Santos

ANO I

13-Dezembro-1957

N.º 1

**Ilustração 91:** Boletim do Orfeão, 13 de Dezembro de 1957. Este Boletim inaugura a imprensa orfeónica. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 92:** Orquestra de Tangos, na RTP, no dia 1 de Março de 1959, promovendo a sua ida a Moçambique. Logo depois um espectáculo completo é dado e transmitido em directo no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).



**Ilustração 93:** Excerto da primeira página do Jornal do Orfeão, Ano 3, nº 13, Dezembro de 1960. A fotografia testemunha o momento em que o Chefe de Estado coloca a fita no Estandarte do OUP, distinguindo-o com a Comenda da Ordem de Benemerência durante a sessão solene de abertura desse ano lectivo, 1960/1961.



REPÚBLICA PORTUGUESA  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

7.1 Instituições Governamentais e Não Governamentais sem Fim Lucrativo

A actividade regular do OUP é apoiada, em primeiro lugar, pela Retoria da Universidade do Porto através de um subsídio ordinário de manutenção e de outros encargamentos para as suas actividades próprias (produção e edição).

O presente diploma é conferido ao Orfeão Universitário do Porto, com sede na Rua D. Manuel II, Porto por ter sido reconhecido(a) como pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, conforme consta do despacho publicado no «Diário da República», II série, n.º 144, de 24 de Junho de 1988.

Lisboa, 30 de Junho de 1988.

O Primeiro-Ministro,

(Aníbal A. Cavaco Silva)

**Ilustração 94:** Diploma de reconhecimento do Orfeão Universitário do Porto como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Conselho de Ministros. Este documento está assinado pelo então primeiro-ministro, Prof. Aníbal Cavaco Silva. Diário da República, II Série, nº 144, de 24 de Junho de 1988. (Arquivo Histórico do Orfeão Universitário do Porto).